

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO

TALES WILLYAN FORNAZIER MOREIRA

**MOVIMENTO ESTUDANTIL DE SERVIÇO SOCIAL E O PROJETO
ÉTICO-POLÍTICO NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL**

Uberaba

2016

TALES WILLYAN FORNAZIER MOREIRA

MOVIMENTO ESTUDANTIL DE SERVIÇO SOCIAL E O PROJETO
ÉTICO-POLÍTICO NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
à Universidade Federal do Triângulo
Mineiro, como requisito parcial para
obtenção do título de Bacharel em Serviço
Social.

Orientadora: Profa. Dra. Lesliane Caputi

**Catálogo na fonte: Biblioteca da Universidade Federal do
Triângulo Mineiro**

F326m Fornazier Moreira, Tales Willyan
Movimento estudantil de serviço social e o projeto ético-político na
formação profissional / Tales Willyan Fornazier Moreira. -- 2016.
112 f. : il., fig., graf., tab.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Uni-
versidade Federal do Triângulo Mineiro, Uberaba, MG, 2016
Orientadora: Profª Drª Leslieane Caputi

1. Serviço Social. 2. Formação profissional. 3. Movimentos estudantis. 4.
Estudantes de serviço social. 5. Ética. 6. Política. I. Caputi, Leslieane. II. Uni-
versidade Federal do Triângulo Mineiro. III. Título.

CDU 364

TALES WILLYAN FORNAZIER MOREIRA

MOVIMENTO ESTUDANTIL DE SERVIÇO SOCIAL E O PROJETO
ÉTICO-POLÍTICO NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Federal do Triângulo Mineiro, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

05 de Julho de 2016.

Banca Examinadora:

Profa. Dra Leslieane Caputi – Orientadora
Universidade Federal do Triângulo Mineiro

Profa. Dra Tais Pereira de Freitas
Universidade Federal do Triângulo Mineiro

Esp. Luana Braga
Serviço Integrado de Saúde Dona Maria Modesto - Uberaba/MG
Supervisora de Estágio

Dedico este trabalho a todas e todos militantes que lutam, cotidianamente, pela construção de uma sociedade justa, igualitária e fraterna.

AGRADECIMENTOS

Não poderia iniciar meus agradecimentos diferente, desta forma, inicio agradecendo ao Movimento Estudantil de Serviço Social/MESS, pois ele quem foi/é responsável pela construção da minha identidade acadêmica e profissional. Indubitavelmente, se não fosse pelo MESS eu não seria quem sou. Os seus espaços coletivos de construção, desconstrução e fortalecimento ético-político, proporcionaram me reconhecer, me identificar e me forjar dentro do processo de formação profissional. No MESS pude compreender as significâncias e a necessidade da luta coletiva no delineamento de um projeto societário anticapitalista, isento de qualquer forma de exploração, dominação, opressão e barbárie. Serei sempre grato. Com toda certeza, sou filho do MESS.

Agradeço a todas as companheiras de luta da gestão “TransFormAção” do Centro Acadêmico XV de Maio de Serviço Social da UFTM. Com vocês vivi os momentos mais felizes, mais cansativos, mais fortalecedores. Mesmo quando o desânimo e a desesperança tentavam me sucumbir, vocês me ajudavam a reerguer e me fortalecer na ação política e coletiva. Em todos meus momentos de “crise”, de sobrecarga e de estresse vocês estavam comigo, lado a lado, ombro a ombro. Vivemos muitos momentos juntos/as nesses dois anos: espaços políticos, viagens do MESS, saraus. Sem dúvidas, vocês serão sempre exemplo pra mim de coletividade e que, no trabalho coletivo, nos fortalecemos e nos (re)construímos. O meu muito obrigado em especial para as companheiras sempre presentes: Gabriele Ponciano, Mércia Gonçalves e Letícia Rodrigues. Levarei vocês por toda vida!

A todos e todas integrantes do Grupo Temas Raciais. Com vocês pude viver e ter a certeza de que O POVO PRETO RESISTE! Acompanhar e contribuir na criação desse grupo na UFTM, certamente, foi uma experiência extremamente fortalecedora e sinônimo de resistência, pois numa universidade que ainda, pra muitos, é uma faculdade de medicina, que negam a existência de outros cursos, sobretudo, da área das humanas, criar um grupo constituído majoritariamente de negros e negras, é dar voz ao povo preto que é cotidianamente silenciado. É dar voz e consciência política ao povo que, historicamente, foi/é marginalizado, escravizado, humilhado, segregado, subalternizado. A vocês eu só tenho a agradecer. E que cada dia mais a universidade se pinte de pretos e pretas.

A todos e todas companheiras de luta que pude conhecer e compartilhar momentos coletivos nos fóruns da Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social/ENESSO e também às/aos que compõem a atual gestão da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em

Serviço Social/ABEPSS, biênio 2015/2016, “Ousadia e Sonhos em Tempos de Resistência”. Estar com vocês nessa gestão, na condição de representante nacional discente de graduação, me possibilitou o fortalecimento na ação política e coletiva, na direção de um projeto de formação atrelado a uma educação pública, gratuita, de qualidade, laica, socialmente referenciada e, não obstante, a outro projeto societário. Agradeço em especial minha grande companheira de gestão, sempre presente, Lana Zizo. Você foi/é fundamental pra mim neste processo. Foi/é meu bálsamo em muitos momentos e com você não me senti só!

Aos/Às companheiros/as do Grupo de Estudo e Pesquisa em Fundamentos, Formação e Exercício Profissional em Serviço Social/GEFEPSS da UFTM que, em tempos de findar a graduação, compartilhar espaços coletivos de discussões, reflexões e construções com vocês, foi fundamental para me fortalecer na luta por um projeto de educação e formação popular, para a classe trabalhadora e não para atender a interesses mercantis!

Agradeço, de forma muito especial, à minha querida orientadora Dra. Leslieane Caputi. Obrigado pelo compromisso com meu processo de orientação e construção deste trabalho. Você é um exemplo de coerência ética e política e do comprometimento com o processo de formação profissional, em consonância com a direção social da profissão. Sem você meu processo formativo, indubitavelmente, não seria o mesmo. Serei sempre grato por tudo!

Também agradeço à minha eterna supervisora de campo e companheira de várias lutas, Luana Braga. Com você pude aprender e vivenciar a indissociabilidade entre o exercício profissional e os espaços de lutas coletivas. Aprendi, de fato, que na prática a teoria não é outra. Você será sempre minha referência profissional.

A todos/as profissionais e docentes que contribuíram para construção da minha identidade profissional, na direção hegemônica da profissão. Agradeço especialmente a professora Dra. Tais Pereira de Freitas pela disciplina de Movimentos Sociais e Serviço Social II, pois ela foi fundamental para compreensão das lutas sociais numa perspectiva classista e para construção deste trabalho.

Agradeço a todos/as que fazem parte do meu cotidiano, minhas queridas amigas “xitobetas” de sala: Suellen Carolina Silva, Sandy Oliveira e, especialmente, a Gabriele Ponciano que, para além de amiga de sala de aula, é uma grande companheira de luta e esteve comigo nos momentos mais importantes da graduação e foi com quem pude vivenciar, construir e compartilhar de diversos espaços coletivos no âmbito do MESS que, sem dúvidas, foram fundamentais para nossa formação e construção da nossa identidade profissional. Vocês são muito mais que amigas. O laço que criamos é algo que quero levar pra vida toda!

Por fim, e não menos importante, agradeço meus pais Ana Cléria e Nilton por toda atenção, compreensão e também pelo apoio financeiro durante esse período. Agradeço demasiadamente a vocês por me ensinarem valores tão nobres como a coragem, a resistência, o companheirismo. Sem vocês não teria sido possível finalizar este curso e realizar este sonho. Serei sempre grato. Vocês são exemplos concretos de que a luta é necessária!

Também agradeço ao meu companheiro Thiago Paião que, apesar de apenas onze meses juntos, já faz parte de minha vida e é alguém que quero levar pra sempre ao meu lado. Obrigado por aturar meus dias de estresse e continuar comigo, me apoiando e dando força.

São tantos/as companheiros/as de luta, amigos/as queridos/as que encontrei nessa trajetória que ainda gostaria de agradecer... Entretanto, para não correr o risco de ser injusto, agradeço de modo geral, a todos e todas que acreditam e lutam cotidianamente por outro projeto de sociedade e contra todas as formas de opressão, dominação, injustiças.

Assim, finalizo meus agradecimentos com uma reflexão poética de Bertolt Brecht que se chama “Nada é impossível de mudar”, a qual me acompanhou e foi impulsionadora para o robustecimento na luta, durante grande parte da minha graduação, e também nos encoraja para os enfrentamentos cotidianos, ainda que em tempos totalmente adversos.

“Desconfiai do mais trivial, na aparência singelo.

E examinai, sobretudo, o que parece habitual.

Suplicamos expressamente: não aceiteis o que é de hábito como coisa natural, pois em tempo de desordem sangrenta, de confusão organizada, de arbitrariedade consciente, de humanidade desumanizada, nada deve parecer natural nada deve parecer impossível de mudar.” (Bertolt Brecht)

DO AMOR AO MESS

Um amor diferente
Que nasceu de repente
Da imensa insatisfação,
Da vontade de mudar.
Foi tomando proporção
Querendo tudo transformar.
Aos poucos fui conhecendo
E, logo, percebendo.
Seu jeito de lutar
Me fez, por ti, apaixonar.
Sua bravura e seu encanto
Me fez de novo sonhar
Com um mundo possível
Mas difícil de concretizar.
Meu rosto já não é só meu
Minha voz não é só minha!
Sua garra me conquistou

E agora, cá estou
Nesta busca árdua e incessante
Mas doce, forte e militante!
Ousando ser livre
Ousando ser crítica
Ousando buscar mais
Querendo fazer mais.
Não apesar, mas para além dos olhares
Dos cochichos e rótulos
Das mentes que ainda não entendem
Caminhando e lutando logo
Nem sempre com sorrisos
Mas com coragem e fé em nós
Sabendo que não estamos sós
Sabendo que mesmo em meio à multidão
Nossos sonhos sobreviverão!

(Bianca Ribeiro)

RESUMO

Este trabalho versa sobre o compromisso do Movimento Estudantil de Serviço Social/MESS com o Projeto Ético-Político na Formação Profissional, cujo objetivo foi conhecer o que os/as estudantes que estão nas atuais direções das gestões da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social/ABEPSS e da Executiva de Estudantes de Serviço Social/ENESSO, referente à 2015/2016, pensam acerca do MESS e a importância deste como organização política da categoria profissional e para consolidação do Projeto Ético-Político. Nos pautamos no materialismo histórico dialético por entendermos que este referencial teórico é o único que nos possibilita a análise da totalidade social, bem como se constitui enquanto sustentáculo teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo para a efetivação e legitimação do Serviço Social na sociedade brasileira, com base na perspectiva hegemônica da categoria, construída a partir da década de 1980. Utilizamos pesquisa bibliográfica, documental, bem como pesquisa de campo, entendendo que o método adotado recusa o distanciamento do/a pesquisador/a com o objeto pesquisado. No processo de pesquisa de campo, recorreremos à técnica de levantamento de dados via questionário, a qual foi realizada via formulário *online* com os/as participantes da pesquisa, haja vista que os/as mesmos/as estão localizados em diversas regiões do país. Ademais, trabalhamos com análise de dados quantitativos e qualitativos, entendendo que ambas se complementam e possibilitam uma apreensão na perspectiva de totalidade do objeto pesquisado. Num todo, as falas dos/as estudantes participantes da pesquisa, tonificam a perspectiva do MESS enquanto fundamental para o robustecimento da categoria profissional, nos marcos do Projeto Ético-Político do Serviço Social.

Palavras-Chave: Movimento Estudantil de Serviço Social; Formação Profissional; Projeto Ético-Político.

RESUMEN

Este trabajo trata sobre el compromiso del Movimiento Estudiantil de Trabajo Social con el Proyecto Ético-Político para la Formación Profesional, que tiene como objetivo conocer qué los/las estudiantes que son las direcciones actuales de las gestiones de la Asociación Brasileña de Enseñanza y Investigación en Trabajo Social y la Ejecutiva Nacional de Estudiantes de Trabajo Social, en referencia a 2015/2016, piensan por el Movimiento Estudiantil de Trabajo Social y la importancia de este como una organización política de la profesión y para consolidar el proyecto ético-político. Nosotros nos dirigimos en el materialismo histórico dialéctico porque creemos que este marco teórico es el que nos permite analizar la totalidad social, y se constituye como fundamento teórico-metodológico, ético-político y técnico-operativo para la eficacia y la legitimidad de Trabajo Social en la sociedad brasileña, basado en la perspectiva hegemónica de la categoría, construido a partir de la década de 1980. Utiliza la investigación bibliográfica, documental y de investigación de campo, la comprensión de que el método adoptado negarse la distancia del investigador/a con el objeto investigado. En el proceso de investigación de campo, se utilizó la técnica de recolección de datos a través de cuestionario, que se llevó a cabo a través del formulario en línea con los/las participantes, dado que el/la mismo/as se encuentran en diversas regiones del país. Además, trabajamos con el análisis de datos cuantitativos y cualitativos, entendiendo que ambas se complementan entre sí y permiten una convulsión en vista de todo el objeto investigado. Sin embargo, en su conjunto, los discursos de los estudiantes participantes de la investigación, el tono de voz la perspectiva de MESS como una clave para el endurecimiento de la categoría profesional, en el marco del proyecto ético-político de Trabajo Social.

Palabras-Clave: Movimiento de Estudiantes de Trabajo Social; Formación Profesional; Proyecto Ético-Político.

LISTAS DE SIGLAS

ABA – Associação Brasileira de Assistentes Sociais

ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social

AI 5 – Ato Institucional número 5

ANAS – Associação Nacional de Assistentes Sociais

CA – Centro Acadêmico

CBAS – Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

CEAS – Centro de Estudos e Ação Social

CFESS – Conselho Federal de Serviço Social

CN – Coordenação Nacional

CONESS – Conselho Nacional de Entidades Estudantis de Serviço Social

CR – Coordenação Regional

CRESS – Conselho Regional de Serviço Social

DA – Diretório Acadêmico

DC – Diretrizes Curriculares

DCE – Diretório Central dos Estudantes

EAD – Ensino a Distância

ENESS – Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social

ENESSO – Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social

ERESS – Encontro Regional de Estudantes de Serviço Social

FAPEMIG – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais

FAPSS/SP – Faculdade Paulista de Serviço Social de São Paulo

FHC – Fernando Henrique Cardoso

IES – Instituições de Ensino Superior

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação

MEC – Ministério da Educação

MESS – Movimento Estudantil de Serviço Social

PEP – Projeto Ético-Político

PNE – Política Nacional de Estágio

PNF – Política Nacional de Fiscalização

PT – Partido dos Trabalhadores

PUC/SP – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

REUNI – Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

SESSUNE – Subsecretaria de Estudantes de Serviço Social da União Nacional dos Estudantes

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

UEL – Universidade Estadual de Londrina

UFA – Unidade de Formação Acadêmica

UFPE – Universidade Federal de Pernambuco

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

UFTM – Universidade Federal do Triângulo Mineiro

UNE – União Nacional dos Estudantes

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO: CAMINHOS DE RESISTÊNCIA E ORGANIZAÇÃO POLÍTICA	19
2.1	A TRAJETÓRIA DE LUTA E O SIGNIFICADO SOCIAL DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL	19
2.2	O PROTAGONISMO DO MOVIMENTO ESTUDANTIL ENQUANTO ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DA CATEGORIA PROFISSIONAL NA (RE)CONSTRUÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO	38
3	FORMAÇÃO PROFISSIONAL E MOVIMENTO ESTUDANTIL: RELAÇÃO DE UNIDADE NO FORTALECIMENTO DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL	50
3.1	AS DIRETRIZES CURRICULARES DA ABEPSS DE 1996 E OS VALORES ÉTICOS E POLÍTICOS PARA A FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL	50
3.2	ENTIDADES REPRESENTATIVAS DA CATEGORIA NA DEFESA DO PROJETO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL HEGEMÔNICO	68
4	SERVIÇO SOCIAL SE FAZ NA LUTA: A PRÁXIS POLÍTICA DOS/AS ESTUDANTES NA DEFESA DO PROJETO PROFISSIONAL	79
4.1	LUTAR QUANDO É FÁCIL CEDER: A REALIDADE DO MESS EM ÂMBITO NACIONAL	79
4.1.1	O tempo no Serviço Social e a expressiva militância em nível nacional	81
4.1.2	Significâncias do MESS no processo de Formação Profissional no Brasil	84
4.1.3	O MESS como dimensão político-organizativa na materialidade do PEP	88
4.1.4	Dimensão ético-política no âmbito do MESS	95
4.1.5	A responsabilidade política das representações estudantis	99
5	ELEMENTOS CONCLUSIVOS	103
	REFERÊNCIAS	106
	APÊNDICE A – Formulário de questões enviado aos/às participantes	110
	APÊNDICE B – Parecer consubstanciado do CEP	111

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho de conclusão de curso traz a baila pesquisa sobre o Movimento Estudantil de Serviço Social/MESS no compromisso com o Projeto Ético-Político na Formação Profissional, para qual o objetivo geral se constituiu em conhecer o que os/as estudantes, que compõem a atual gestão da ENESSO e da ABEPSS (2015/2016), pensam acerca do MESS e a importância deste como organização política da categoria e para consolidação do Projeto Ético-Político da profissão.

Os objetivos específicos se constituíram em historicizar o MESS, conhecer a partir de estudos bibliográficos e documentais as lutas e conquistas da categoria profissional que envolveram o MESS, estudar a dimensão ética, política e organizativa da categoria de Serviço Social, significar o MESS na formação profissional e sua relação com o Projeto Ético-Político e evidenciar a história do MESS no Brasil.

Tais objetivos se consolidaram considerando que os/as participantes da pesquisa são protagonistas em endossar as lutas e ampliar a formação política e de quadros no âmbito do MESS, pelo fato de estarem em espaços estratégicos enquanto representações estudantis.

Ademais, estudantes que militam no MESS, a partir de sua formação política-ideológica neste espaço poderão vir a ocuparem, futuramente, outros espaços de representações nas demais entidades da categoria e também de outros setores. Isso tem relação direta com o delineamento da direção social, ética, política e ideológica da profissão.

Assim, se debruçar a estudar, construir e fortalecer o MESS, sobretudo num cenário tão adverso, também significa o fortalecimento da categoria profissional de Serviço Social, possibilitando a construção de mediações com vistas à se concretizar o Projeto Ético-Político, gestado no seio profissional a partir da década de 1980.

O ensejo da presente pesquisa surgiu a partir da participação do estudante-pesquisador no MESS, tanto em âmbito local: organizado na entidade de representação dos/as estudantes de Serviço Social da Universidade Federal do Triângulo Mineiro/UFTM – Centro Acadêmico de Serviço Social XV de Maio, durante a gestão “*TransFormação*” (2014/2015); quanto a nível nacional: na condição de representante discente de graduação da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social/ABEPSS, gestão “*Ousadia e Sonhos em Tempos de Resistência*”, biênio 2015/2016.

A experiência na militância estudantil trouxe demanda por mais estudos e conhecimentos acerca do MESS, na UFTM e no Brasil. Assim, para fins local, foi desenvolvida pesquisa de nível de iniciação científica, intitulada “O significado da

militância na formação profissional em Serviço Social: um estudo realizado no curso da UFTM”, a qual teve fomento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais/FAPEMIG, e para fins de ampliar a pesquisa e as reflexões acerca do MESS em âmbito nacional, realizamos maior aprofundamento no estudo e abrangência, neste Trabalho de Conclusão de Curso/TCC, conforme aqui apresentamos.

Os/as participantes desta pesquisa se constituíram de estudantes que estão nas atuais direções da Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social/ENESSO e da ABEPSS (2015/2016), sendo: Coordenação Nacional e Regional/CN e CR da ENESSO e Representantes Discentes em ABEPSS Nacional e Regionais.

A pesquisa se pautou no método do materialismo histórico dialético. Referencial este que dá sustentação teórico-metodológica, ético-político e técnico-operativa na efetivação e legitimação do Serviço Social na sociedade brasileira e que, com sua interlocução, a categoria profissional construiu o projeto ético-político a partir dos anos de 1980.

O método de pesquisa adotado não é, para Marx, um conjunto de regras formais e pré-estabelecidas que se “encaixam” ou se “aplicam” a um determinado objeto que será pesquisado, tampouco, um conjunto de regras que o pesquisador escolhe, conforme sua vontade, para “adequar” a seu objeto de investigação.

De acordo com Paulo Netto (2011, p. 53) “O método implica, pois, para Marx, uma determinada *posição (perspectiva)* do sujeito que pesquisa: aquela em que se põe o pesquisador para, na sua relação com o objeto, extrair dele as múltiplas determinações.”

Para a teoria marxista, não há modelos ou regras aprioristicamente estabelecidas. Não existe o “como fazer”, pois a realidade é dinâmica e dialética e o conhecimento teórico é o conhecimento do objeto, tal como ele é em si mesmo, na sua existência real e efetiva, independentemente dos anseios e das representações do pesquisador (PAULO NETTO, 2011).

O autor supracitado aponta ainda que, na tradição marxista, a teoria é a reprodução ideal do movimento real do objeto pelo sujeito que pesquisa e que, a partir da teoria, o sujeito reproduz em seu pensamento a estrutura e a dinâmica do objeto de pesquisa. Entretanto, ressalta que o objeto da pesquisa apresenta uma existência objetiva e concreta e independe do/a pesquisador para existir. Elucida ainda que este método tem como eixo fundante a perspectiva materialista e histórica e que propicia o conhecimento teórico, partindo da aparência, mas visando sempre alcançar a essência do fenômeno/objeto, ou seja, capturar a estrutura e dinamicidade, através de procedimentos analíticos.

[...] a teoria é a reprodução, no plano do pensamento, do movimento real do objeto. Esta reprodução, porém, não é uma espécie de reflexo mecânico, com o pensamento espelhando a realidade tal como um espelho reflete a imagem que tem diante de si. Se assim fosse, o papel do sujeito da pesquisa, no processo de conhecimento, seria meramente passivo. Para Marx, ao contrário, o papel do sujeito é essencialmente *ativo*: precisamente para apreender não a aparência ou a forma dada ao objeto, mas a sua essência, sua estrutura e sua dinâmica (mais exatamente: para apreendê-lo como um *processo*), o sujeito deve ser capaz de mobilizar um máximo de conhecimentos, criticá-los, revisá-los e deve ser dotado de criatividade e imaginação (PAULO NETTO, 2011, p. 25).

Metodologicamente, e para alcance dos objetivos propostos, com base no método marxista, adotamos pesquisa bibliográfica, a qual é desenvolvida com base em materiais já elaborados, constitutiva principalmente de livros e artigos científicos. Segundo Gil (2002, p. 45), “a principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente”. Ou seja, pelo fato desta técnica de pesquisa se constituir de materiais já elaborados, possibilita o acesso do/da pesquisador/a à uma vasta produção científica. Além do mais, o autor aponta que a pesquisa bibliográfica é indispensável nos estudos históricos e, deste modo, ela se torna fundamental para nós que partimos do materialismo histórico dialético, que tem a categoria da historicidade como imprescindível.

Adotamos também a pesquisa documental, a qual vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, materiais de “primeira mão” e, além disso, por ser “fonte rica e estável de dados”, não implica altos custos e possibilita uma leitura aprofundada das fontes, conforme aponta GIL (2002). Assim, os documentos que utilizamos foram: Estatuto da ABEPSS, Estatuto da ENESSO, Caderno de Deliberação da ENESSO, Código de Ética Profissional do/a Assistente Social de 1947, 1965, 1975 e 1993, Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996, Documento “Pro Dia Nascer Feliz” da gestão “Enquanto a chama arder” de 1994 da ENESSO, Cartilha “ENESSO: que bicho é esse?”, Cartilha “Discente em ABEPSS: que bicho é esse?”, Manifesto CFESS, ABEPSS e ENESSO e Plataforma da chapa “Ousadia e Sonhos em Tempos de Resistência” da gestão 2015/2016 da ABEPSS.

A pesquisa de campo se fez pertinente considerando o objeto e objetivos do estudo, já que esta, a nosso ver, permite a aproximação do/a pesquisador/a com a realidade sobre a qual formulou perguntas. O trabalho de campo é, em si, um momento relacional específico e prático é, portanto, uma porta de entrada para o novo, sem, contudo, apresentar-nos essa

novidade claramente, MINAYO (2008). A autora aponta ainda que entende a pesquisa de campo como o recorte especial que diz respeito à abrangência, em termos empíricos, do recorte teórico correspondente ao objeto que está sendo pesquisado. Deste modo, a partir da realização da pesquisa bibliográfica, documental e de campo, teremos uma visão de totalidade do objeto pesquisado.

No processo de pesquisa de campo, recorreremos à técnica de levantamento de dados via questionário, entendendo que há um conjunto de questões que são respondidas por escrito pelo pesquisando, GIL (2002), a partir da elaboração de questões bem formuladas. As técnicas de levantamento de dados mostram-se bastante úteis para a obtenção de informações acerca do que a pessoa "sabe, crê ou espera, sente ou deseja, pretende fazer, faz ou fez, bem como a respeito de suas explicações ou razões para quaisquer das coisas precedentes" (SELLTIZ, 1967, p. 273 *apud* GIL, 2002, p. 115).

A coleta de dados com os/as participantes da pesquisa foi realizada via formulário *online*, através do *Google Drive*, haja vista que os/as estudantes que participaram da pesquisa, são membros das atuais gestões da ENESSO e da ABEPSS (2015/2016) e estão localizados/as em diversos estados do país, conforme relação de divisão de regiões apresentada no item 3.2 deste TCC¹.

Em virtude do estudante-pesquisador estar organicamente vinculado ao MESS e à atual direção da ABEPSS, conseqüentemente, também é participante da pesquisa, não respondendo ao questionário, mas na direta interlocução com os/as participantes e na interpretação dos dados coletados para se copilar a realidade expressa.

Trabalhamos com análise de dados qualitativos e quantitativos, considerando o estudo de totalidade da realidade que envolve o presente objeto, pois entendemos que uma análise complementa a outra, possibilitando a apreensão do todo pesquisado.

Concorde Minayo (2008, p.21):

A análise qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas Ciências Sociais, com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes. Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e

¹ Pelo fato do pesquisador também ser membro da atual direção da ABEPSS, realizou um processo de sensibilização das demais representações discentes de graduação da ABEPSS, bem como dos/das coordenadores/as regionais e nacionais da ENESSO – com os/as quais mantêm uma relação cotidiana, através de grupos de comunicação (*Facebook e WhatsApp*) – para que respondessem o questionário.

partilhada com seus semelhantes. O universo da produção humana que pode ser resumido no mundo das relações, das representações e da intencionalidade e é o objeto da pesquisa qualitativa, dificilmente pode ser traduzido em números e indicadores quantitativos.

A análise quantitativa, se dá, por entendermos que ambas se complementam entre si, pois a realidade abrangida por elas interage dinamicamente, excluindo qualquer dicotomia e reafirmando a visão da totalidade da pesquisa.

A partir das reflexões de Simão e Souza (2008), concordamos que, no âmbito do Serviço Social, a discussão referente às possibilidades e limites de conjugar as metodologias qualitativas e as quantitativas ainda é bastante esparsa. Isto pode estar associado ao fato de que, por muito tempo, estabeleceu-se uma dicotomia entre elas, e o Serviço Social, pelo foco da sua atuação, voltou-se, predominantemente, para aquelas de natureza qualitativa, secundarizando as possibilidades de se utilizar metodologias de cunho quantitativo.

Ademais, as críticas que vêm sendo feitas à predominância de uma ou outra metodologia na categoria, nos leva a refletir sobre as possibilidades de se utilizar ambas metodologias como forma de possibilitar uma apreensão de totalidade do objeto pesquisado e, não obstante, contribuir para uma intervenção crítica e criativa.

Para fins expositivos da síntese da pesquisa, o TCC está estruturado em três capítulos, cujos conteúdos estão articulados entre si e expressam a totalidade da análise do objeto de estudo. Deste modo, no primeiro capítulo trazemos um compêndio da gênese do Serviço Social no Brasil, pontuando seus marcos de fundamentação, bem como seu significado social, evidenciando como se deu a construção do perfil profissional hegemônico, o qual se coloca na contramão dos ideários do modo de produção operante. Para isso, abordaremos a contribuição do Movimento Estudantil de Serviço Social/MESS enquanto organização política da categoria profissional, na luta pela (re)construção do Serviço Social Brasileiro.

No segundo capítulo, versamos acerca do projeto de formação profissional hegemônico do Serviço Social, nos marcos da nova direção social, ética e política da profissão, engendrada a partir da construção do Projeto Ético-Político, enfatizando as Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996 enquanto referência para a formação nesta perspectiva. Apresentamos também o compromisso histórico e político do segmento estudantil e das entidades da categoria no fortalecimento desta proposta de formação profissional e, não obstante, do projeto profissional hegemônico, elucidando que a

articulação entre ABEPSS, CFESS/CRESS e ENESSO, trata-se de um patrimônio político que deve ser preservado.

O terceiro capítulo apresenta reflexões acerca das significâncias do Movimento Estudantil de Serviço Social/MESS, enquanto organização política do segmento estudantil, e seu compromisso político no robustecimento da perspectiva profissional hegemônica. A reflexão se dá a partir da “voz” dos/as estudantes que participaram da pesquisa, trazendo a concepção do MESS e de sua contribuição para a consolidação do Projeto Ético-Político Profissional. Tais vozes são de militantes que estão na luta nos espaços nacionais e regionais da categoria, na representatividade discente na ABEPSS e na ENESSO.

Por fim, apresentamos as considerações finais com elementos conclusivos desta pesquisa, mas que nos apontam caminhos a serem explorados com mais aprofundamento teórico, coerente com o movimento da profissão de Serviço Social, e fortalecimento pertinente do Movimento Estudantil de Serviço Social na defesa do Projeto Ético-Político na direção da formação profissional na perspectiva da educação pública, laica e de qualidade.

“Se sentires a dor dos outros como a tua dor, se a injustiça no corpo do oprimido for a injustiça que fere a tua própria pele, se a lágrima que cair do rosto do desesperado for a lágrima que você também derrama, se o sonho dos deserdados desta sociedade cruel e sem piedade for o teu sonho de uma terra prometida, então serás um revolucionário, terás vivido a solidariedade essencial.” (Leonardo Boff)

2 SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO: CAMINHOS DE RESISTÊNCIA E ORGANIZAÇÃO POLÍTICA

Este capítulo refere-se a um compêndio da gênese do Serviço Social no Brasil, pontuando seus marcos de fundamentação, bem como seu significado social, evidenciando como se deu a construção do perfil profissional hegemônico, o qual se coloca na contramão dos ideários do modo de produção operante. Para isso, abordaremos a contribuição do Movimento Estudantil de Serviço Social/MESS enquanto organização política da categoria profissional, na luta pela (re)construção do Serviço Social Brasileiro.

2.1 A TRAJETÓRIA DE LUTA E O SIGNIFICADO SOCIAL DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL

Ao nos reportarmos à trajetória de luta e o significado social da profissão no Brasil, aprioristicamente, faz-se necessário trazer à baila elementos da constituição e os marcos de fundamentação do Serviço Social brasileiro, bem como o processo de construção da direção ideopolítica, hegemônica da mesma na contemporaneidade. Para tanto, traremos uma síntese teórica e histórica do contexto sociopolítico.

A gênese do Serviço Social no Brasil traz consigo, imbricada e fundamentalmente, elementos muito particulares de uma herança conservadora, os quais evidenciam a relação de sua origem essencialmente atrelada ao bojo da igreja católica, haja vista que a profissão surge e ganha legitimidade através de ações de caridade, filantropia e benevolência, cuja emersão se dá, particularmente, da ação católica.

Na perspectiva de conter a luta de classes, amortizar as reivindicações e desmobilização da classe trabalhadora, a burguesia, o Estado e a Igreja Católica se congregam para a construção de tais estratégias, uma das primeiras iniciativas deste movimento no Brasil, trata-se do “Curso Intensivo de Formação Social para Moças”, realizado em São Paulo em 1932, com a participação das mulheres pertencentes à burguesia e à Igreja, a partir deste marco que se constitui a intervenção do Serviço Social, tendo como referência o Serviço Social europeu, franco-belga, com uma perspectiva religiosa, respaldada pela perspectiva neotomista, moralista da Questão Social [...] (SILVA, 2016, p. 23).

Nesse contexto, surgem as primeiras escolas de Serviço Social brasileiras, a partir da influência religiosa católica e a serviço desta ideologia: em 1936, na cidade de São Paulo, teve origem a primeira escola de Serviço Social do país (atual PUC–SP), a qual advém do CEAS – Centro de Estudos e Ação Social, que se constituía em um grupo de moças preocupadas com

os problemas sociais e que haviam participado do curso de formação organizado pelas cónegas de Santo Agostinho. A segunda escola surge em 1937 na cidade do Rio de Janeiro, impulsionada por Cardeal Leme, Stela de Faro e Alceu Amoroso Lima. Deste modo, têm-se na década de 1930, o marco do surgimento do Serviço Social no Brasil.²

Outros elementos, além da vinculação com a igreja católica, constituíam as características da identidade profissional em seu início: a presença feminina na profissão – apenas moças e, de famílias burguesas, poderiam estudar Serviço Social; o caráter intrinsecamente conservador – a profissão tinha como referência os princípios filosóficos neotomistas³, os quais naturalizam a pobreza, a desigualdade, a condição de exploração e opressão e dizem que o homem/a mulher deve aceitar com paciência e resignação sua situação, pois não cai uma folha da árvore sem a vontade de Deus; o alinhamento aos princípios burgueses – as profissionais da época tinham como objetivo profissional enquadrar o indivíduo⁴ nos padrões impostos pela configuração da sociabilidade burguesa, e exerciam um papel essencialmente coercitivo e de abafamento de qualquer possibilidade política de manifestação de inquietude.

Tais posicionamentos profissional legitimam uma estrutura de sociedade burguesa, desigual, opressora, excludente e alienante, não identificando as contradições postas pela realidade social, transferindo para o indivíduo toda a responsabilidade, bem como criminalizando-o por sua condição social. Servindo, portanto, para a manutenção da ordem do capital:

As condições de pobreza eram observadas como condições em potencial da criminalidade. Não há divergência entre os interesses postos pela profissão e os interesses do contratante, no caso próximo das classes dominantes. O objeto da profissão consistia em corrigir e ajustar os indivíduos e suas disfunções ao meio em que viviam, evitando assim colocar a ordem social em risco principalmente pela manutenção dos valores morais conservadores, burgueses e judaico-cristão (SANTOS, 2007, p. 14).

² Reflexões construídas a partir das aulas de Fundamentos Teórico- Metodológicos e Ético- Políticos do Serviço Social II, ministradas pela professora Dra. Lesliane Caputi no segundo semestre de 2013.

³ Configura-se como uma doutrina filosófica, cuja origem está ligada ao tomismo, de São Tomás de Aquino (1225 – 1274). São princípios adotados oficialmente pela igreja católica, objetivando integrar a perspectiva científica aos ideários cristãos. Tal perspectiva, relacionada às visões metafísicas, sustentavam as relações sociais desiguais como algo natural, do poder divino. “A alma era concebida quase como um ser autônomo, uma espécie de natureza angélica, unida extrinsecamente a um corpo, e a materialidade do corpo era-lhe mau de obstáculo do que instrumento.” **Ver mais:** <http://www.bibliapage.com/tomas.html>.

⁴ A terminologia indivíduo está sendo adota propositalmente para caracterizar a perspectiva burguesa conservadora, no entanto, entendemos que não pode ser apreendida desprovida da concepção humana genérica e limitada à perspectiva binária de homem/mulher.

A igreja, através de uma ação de doutrinação e recristianização da sociedade, compartilha sua atuação junto ao Estado diante da “questão social”, em que apenas o amor ao próximo e os valores cristãos poderiam contribuir para acabar com a desigualdade social.

Como sustenta Iamamoto (1994, p.18, grifos nosso):

Para a Igreja, “questão social”, antes de ser econômico-política, é uma *questão moral e religiosa*. A sociedade é tida como um todo unificado, através de conexões orgânicas existentes entre seus elementos, que se sedimentam pelas tradições, dogmas e princípios morais de que a Igreja é depositária. Deus é a fonte de toda justiça, e apenas uma sociedade baseada nos princípios cristãos pode realizar a justiça social.

Nesta perspectiva, qualquer “problema social”, antes estar necessariamente relacionado à estrutura do modo de produção operante, era visto como uma questão de cunho moral e religioso em que todo indivíduo que foge do padrão de normalidade, ou seja, do funcionamento ideal para a manutenção da ordem, é tido como desviante e está à margem da sociedade, portanto, necessita ser adequado/enquadrado.

Imbricada nessa relação com o tradicionalismo e conservadorismo católico, a profissão sustenta, legitima e ratifica a naturalização da desigualdade e da barbárie, através da criação do primeiro Código de Ética profissional, aprovado em assembleia geral da Associação Brasileira de Assistentes Sociais/ABA, no ano de 1947 em São Paulo:

[...] É dever do Assistente Social:

1. Cumprir com os compromissos assumidos, *respeitando a lei de Deus*, os direitos *naturais* do homem, inspirando-se, sempre, em todos seus atos profissionais, no bem comum e nos dispositivos de lei, tendo em mente o juramento prestado diante do *testemunho de Deus*.

[...] Deveres para com o beneficiário do Serviço Social:

1. Respeitar no beneficiário do Serviço Social a dignidade da pessoa humana, inspirando-se na *caridade cristã*. [...] (CÓDIGO DE ÉTICA, 1947, p. 1-2, grifos nosso).

Brites e Sales (2007, p. 27) trazem reflexões acerca da primeira formulação ética do Serviço Social Brasileiro, materializada no Código de 1947, apontando que “[...] as noções presentes nesse documento fundador da ética profissional conformam um amálgama de humanismo cristão abstrato e incipiente positivismo, condensados por uma lógica formal e profundamente conservadora.”

Evidencia-se, que a relação da profissão com a igreja implicava na reprodução e perpetuação da pobreza, desigualdade e injustiça social, pois essa caridade tradicional e

conservadora, extremamente acrítica, tinha como elemento central curar as mazelas da sociedade, a partir de uma perspectiva de enquadramento, dissociada do movimento da realidade e das contradições a ela inerente.

A partir do momento que o Serviço Social adota os princípios cristãos, passa a colaborar com a manutenção e ascensão do capitalismo e, por conseguinte, com a reprodução das relações sociais desiguais.

A profissão não se caracteriza apenas como nova forma de exercer a caridade, mas como forma de intervenção ideológica na vida da classe trabalhadora, com base na atividade assistencial; seus efeitos são essencialmente políticos: o enquadramento dos trabalhadores nas relações sociais vigentes, reforçando a mútua colaboração entre capital e trabalho (IAMAMOTO, 1994, p. 20).

Deste modo, a atuação profissional servindo totalmente aos interesses da ordem do capital, desenvolvia ações de contenção de manifestações de insatisfação, naturalizando as relações de exploração e subordinação, haja vista o potencial ideológico do qual lançava mão para tal.

A autora supracitada elucida que a profissão emerge como uma atividade com bases mais doutrinárias que científicas, envolta num movimento estritamente conservador. Sendo assim, as ações profissionais, tendo como sustentáculo a tradição conservadora, partem de uma perspectiva fragmentada da sociedade e adere a intervenções imediatas, cuja ação final é a moralização e responsabilização do indivíduo, atribuindo a ele toda a culpa de estar inserido em determinada situação.

O conservador reage aos princípios universalizantes e abstratos do pensamento dedutivo: seu pensamento tende a aderir aos contornos imediatos da situação com que se defronta, valorizando os detalhes, os dados qualitativos, aos casos particulares, em detrimento da apreensão da estrutura da sociedade. A mentalidade conservadora não possui predisposição para teorizar (IAMAMOTO, 1994, p. 24).

A relação da profissão com o conservadorismo/tradicionalismo remete a uma prática profissional limitada, a-crítica, não-reflexiva, meramente tecnicista e mecanizada, em que a atuação se dá a partir do aparente, não buscando a causa real, a essência do fenômeno⁵

⁵ Segundo o filósofo tcheco Karel Kosik, p. 12 “captar o fenômeno de determinada coisa significa indagar e descrever como a coisa em si se manifesta naquele fenômeno, e como ao mesmo tempo nele se esconde. Compreender o fenômeno é atingir a essência. Sem fenômeno, sem a sua manifestação e revelação, a essência seria intangível.” **Ver mais em:** KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto**. 3. ed. Trad. Célia Neves e Alderico Torfio. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1976.

apresentado. Portanto, não se permite ver além do que está posto, obstaculizando, desta forma, no âmbito da formação e trabalho profissional, identificar elementos fundamentais.

Desse modo, as concepções de homem e de sociedade legitimadas pela tríade *Neotomismo / Pensamento Conservador / Positivismo* eliminavam, no âmbito da formação e exercício profissional, a compreensão sobre:

- A substância profundamente desigual da sociedade capitalista, considerada como natural, harmônica e capaz de realizar as necessidades individuais e sociais;
- As condições da exploração capitalista e as relações sociais que sustentam o trabalho alienado, inerentes ao processo de dominação e manutenção da ordem burguesa;
- O caráter contraditório da prática profissional e sua participação no processo de reprodução social dos interesses de classe contrapostos que convivem em tensão (Iamamoto e Carvalho, 1991);
- A dimensão ético-política da prática profissional, em nome de uma neutralidade axiológica, afinada com a necessidade de legitimar a suposta “face humanitária do Estado e do empresariado” (BRITES; SALES, 2007, p. 26, grifos das autoras).

Esse olhar fragmentado sobre a realidade social evidencia a negação da historicidade e a verdadeira raiz da situação, haja vista que os efeitos resultantes da exploração do capital, são transformados em “problemas sociais”, justificadores da ação, entretanto, sem se colocar em discussão as razões históricas para tal (IAMAMOTO, 1994).

A cientificidade no Serviço Social se dá na década de 1940 a partir da interlocução com a teoria positivista, período denominado por autores como fase técnica-científica, considerando também o processo de profissionalização e legitimação da profissão, o qual encontra-se atrelado à expansão das grandes instituições sócio-assistenciais e previdenciárias, majoritariamente estatais, que também surgem nesta década como, por exemplo, o Conselho Nacional de Serviço Social (1938), a Legião Brasileira de Assistência (1942), o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (1942) e o Serviço Social da Indústria (1946)⁶.

Para Yamamoto (1994, p. 30-31):

A criação dessas grandes instituições tem como pano de fundo um período marcado pelo aprofundamento do modelo corporativista de Estado e por uma política econômica favorecedora da industrialização. A expansão do proletariado urbano, reforçada pela migração interna, cria a necessidade política de controlar e absorver esse setor. Nesse processo, o Estado tem de incorporar, necessariamente, parte das reivindicações populares, ampliando a base de reconhecimento legal da cidadania, do proletariado e dos direitos

⁶ Ver mais em IAMAMOTO, Marilda Villela. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social** – Ensaios críticos. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1994, p. 30.

sociais daí decorrentes, através de uma legislação social e sindical abundante no período.

O Estado tende a se colocar num papel de neutralidade entre as classes, pois “o capital monopolista requer que o Estado passe a mediar os conflitos e contradições sócio-econômicas, políticas e culturais decorrentes da consolidação da burguesia como classe dominante em escala mundial” (BRITES e SALES, 2007, p. 24). Todavia, o Estado, na verdade, atende e legitima os interesses da classe dominante. Na medida em que este incorpora parte das pautas da classe trabalhadora e concede alguns direitos, é no sentido de abafar as possibilidades de reivindicações e manifestações, entendendo a grande força política que tem a sociedade organizada.

Destarte, frente a criação/expansão destas instituições, o Estado passa a se utilizar das políticas sociais como um instrumento de controle das reivindicações dos/as trabalhadores/as, contando com o apoio das instituições assistenciais/setores empresariais para tal, sobretudo considerando o período político-econômico desenvolvimentista do país sob influencia norte-americana. Nas palavras de Yamamoto (1994, p. 31):

[...] Em suma, o Serviço Social deixa de ser um instrumento de distribuição da caridade privada das classes dominantes, para se transformar, prioritariamente, em uma das engrenagens de execução da política social do Estado e de setores empresariais.

Em virtude disso, aumenta-se o mercado de trabalho para o Serviço Social, passando a tornar-se uma profissão institucionalizada e legitimada pelo Estado, deixando de ser um mecanismo de doutrinação cristã da igreja católica para servir, de forma mais sistematizada, aos interesses da burguesia através do aparelho do estatal, pois os/as Assistentes Sociais eram os/as agentes que essas instituições utilizavam para conter as inquietações dos/as trabalhadores/as, contribuindo, portanto, para manutenção da ordem do capital.

Observa-se, portanto, o caráter contraditório da profissão: por um lado, é convocada pelo Estado, que representa os interesses da burguesia, pra atuar em meio às expressões da “questão social”, na perspectiva de manutenção das relações sociais vigentes. Entretanto, por outro lado, contribui para o atendimento das necessidades mais básicas e urgentes da classe trabalhadora e se estabelece enquanto uma profissão intermediária entre os interesses da instituição e os da população atendida podendo, de acordo com a perspectiva política e ideológica do/a profissional, fortalecer a luta pelos interesses desta.

Yazbek (2014, p. 681) nos aponta que:

[...] a prática profissional do Serviço Social é necessariamente polarizada pelos interesses das classes sociais em relação, não podendo ser pensada fora dessa trama. [...] é essencialmente contraditória e na qual o mesmo movimento que permite a reprodução e continuidade da sociedade de classes cria as possibilidades de sua transformação.

A prática profissional está imersa em um cenário social permeado de contradições e de interesses de classes em disputa, portanto, se faz imprescindível o/a profissional ter discernimento sobre essa questão, conforme nos atenta Iamamoto:

[...] apreender o movimento contraditório da prática profissional como atividade socialmente determinada pelas condições histórico-conjunturais, reconhecendo, no entanto, que estas são mediatizadas pelas respostas dadas pela categoria – dentro dos limites estabelecidos pela própria realidade –, é condição básica para se apreender o perfil e as possibilidades do Serviço Social hoje, as novas perspectivas do espaço profissional (IAMAMOTO, 1994, p. 103).

Deste modo, tendo a atuação polarizada entre os interesses das classes em disputa, o/a profissional de Serviço Social precisa apreender o movimento contraditório em que está inserido/a e estabelecer um posicionamento ético e político de se (re)afirmar cotidianamente sobre “qual lado” está e aos interesses de quem irá atender. Imerso/a no antagonismo entre a burguesia e a classe trabalhadora, é impossível se colocar numa condição de neutralidade, haja vista que a prática profissional passará por um destes dois pólos: aquele que objetiva “[...] reforçar os mecanismos de legitimação, exploração e reprodução da Questão Social, ou reforçar o pólo oposto de interesses sociais próximos às classes subalternas” (SANTOS, 2007, p. 31).

A profissão, na década de 1950, apesar de ainda estar estritamente permeada pelo conservadorismo/tradicionalismo em seu âmago, teve dois marcos importantes que também contribuíram para o processo de profissionalização e legitimação, bem como para o caráter de cientificidade do Serviço Social, a saber: a criação da Lei 1.889 de 1953, que regulamentada pelo Decreto nº 35.311 de 2 de Abril de 1954 traz prerrogativas acerca do ensino em Serviço Social e a criação da Lei de 3.252 de 27 de Agosto de 1957, a qual se caracteriza como a primeira lei de regulamentação do exercício profissional do/a Assistente Social.

Sendo assim, concordamos com Silva (2016, p. 26) que “tais documentos não possuem uma complexidade reflexiva do fazer profissional, mas demarcam a busca pela consolidação da profissão com um caráter técnico-científico inserida nas relações sociais.”

Em 1965, têm-se a criação do segundo Código de Ética Profissional do/a Assistente Social, o qual apresenta avanços no sentido da perspectiva técnico-científica da profissão, entretanto, continua calcado nos ideários tradicionais e conservadores, e logo em seu início já traz que “[...] só a luz de uma concepção de vida, *baseada na natureza e destino do homem*, poderá de fato o Serviço Social desempenhar a tarefa que lhe cabe na complexidade do mundo moderno [...]” (p. 1, grifo nosso). Nessa perspectiva, trechos deste código ratificam o conservadorismo, dentre os quais, destacamos:

Art. 6º - O assistente social deve *zelar pela família*, grupo natural para o desenvolvimento da pessoa humana e base essencial da sociedade, defendendo a prioridade dos seus direitos e encorajando as medidas que favoreçam a sua estabilidade e integridade.

Art. 7º - Ao assistente social cumpre contribuir para o *bem comum*, esforçando-se para que o maior número de *criaturas humanas* dele se *beneficiem*, *capacitando* indivíduos, grupos e comunidades para sua melhor *integração social*.

Art. 9º - O assistente social estimulará a participação individual, grupal e comunitária no desenvolvimento, propugnando pela *correção dos desníveis sociais*.

Art. 11º - Ao assistente social cumpre respeitar a justiça em todas as suas formas: comutativa, distributiva e social, lutando para o seu fiel cumprimento, dentro dos princípios de *fraternidade* no plano nacional e internacional.

Art. 19º - O assistente social em seu trabalho junto aos *clientes*, grupos e comunidades, deve ter o sentido de justiça, empregando o máximo de seus conhecimentos e o melhor de sua capacidade profissional, para a *solução de vários problemas sociais*.

Art. 22º - O assistente social deve interessar-se por todos os grandes problemas sociais da comunidade, dentro de uma perspectiva da realidade brasileira, colaborando com seus recursos pessoais e técnicos, para o desenvolvimento solidário e harmônico do país (CÓDIGO DE ÉTICA, 1965, p. 1-5, grifos nosso).

Nesta mesma década, o Serviço Social, em consonância e a partir da dinâmica mais geral da sociedade – a qual estava permeada por um contexto de efervescência dos movimentos sociais – também adentra a um processo de (re)construção no âmbito ideopolítico e ético, haja vista que se propõe a reconfigurar-se enquanto profissão. “No Brasil esse processo de erosão das bases do Serviço Social Tradicional está ligado e, fortemente influenciado, pelos fatores sociopolíticos da década de 1960 e pelo avanço das forças democráticas do país” (SANTOS, 2007, p. 15).

Em meados da década de 1960, a profissão adentra a um processo de (re)pensar-se, ou seja, começa-se a questionar sobre a eficácia de sua prática, pois se evidenciou que a atuação

das profissionais eram ineficazes frente à tamanha expansão da miserabilidade ferrenha que se agravou naquele período histórico.

Contraditoriamente, a pobreza aumentava na mesma proporção em que se aumentava a capacidade de produzir riqueza. Ocorreu uma expansão estarrecedora do número de desempregados/as, instaurando na sociedade o estado de pauperismo de grande parcela da população. E assim, a profissão inicia uma busca por novos procedimentos de análise e intervenção na realidade social.

Este processo ocorreu na América Latina e no Brasil, ficando conhecido como Movimento de Reconceituação da profissão, o qual indagava sobre a contribuição do Serviço Social em relação à superação do subdesenvolvimento. Por conseguinte, os/as Assistentes Sociais passam a discutir, enquanto profissão, sobre seus procedimentos tradicionais, pertinência da fundamentação teórica aplicada face às realidades regionais e nacionais, a eles imbuídos.

Iamamoto (1994, p. 37, grifos da autora) aponta que:

A ruptura com a herança conservadora expressa-se como uma procura, uma luta por alcançar novas bases de legitimidade da ação profissional do Assistente Social, que, reconhecendo as contradições sociais presentes nas condições do exercício profissional, busca colocar-se, objetivamente, a serviço dos interesses dos usuários, isto é, dos setores dominados da sociedade. Não se reduz a um movimento interno da profissão. Faz parte de um movimento social mais geral, determinado pelo confronto e a correlação de forças entre as classes fundamentais da sociedade, o que não exclui a responsabilidade da categoria pelo rumo dado às suas atividades e pela forma de conduzi-las.

Deste modo, atrelado ao movimento mais geral da sociedade, a profissão adentrou a uma incessante procura de novas possibilidades para a intervenção na realidade social, a partir da busca por novas bases de legitimação profissional.

Esse processo de renovação profissional não se deu de forma homogênea, mas antes, se configurou enquanto um processo heterogêneo, em que no seio profissional haviam sujeitos que buscavam a ruptura com a perspectiva acrítica e tecnicista, entretanto, outra parcela dos/as profissionais continuavam na perspectiva tradicional.

Assim, os debates que se erigiram no início da década estavam sendo pulverizados, além disso, dentro do cotidiano profissional se consolidavam diversas perspectivas de atuação, de um lado, profissionais que buscavam a ruptura com prática alienada dentro dos limites impostos a sua atuação, de outro lado, profissionais estagnados na prática acrítica (SILVA, 2016, p. 30).

Destarte, longe de possuir uma homogeneidade, o movimento de reconceituação se expressou de acordo com Paulo Netto (2004 *apud* Santos, 2007), basicamente em três vertentes: vertente modernizadora, vertente de reatualização do conservadorismo e a vertente de intenção de ruptura. Tendências profissionais estas que estão vinculadas diretamente a projetos societários distintos, que disputam hegemonia dentro da profissão (SILVA, 2016).

A primeira vertente se configura atrelada à lógica de manutenção e reprodução das relações sociais vigentes, que respondem aos interesses do capital. Se constitui com um caráter conservador, cujas bases são acrítica, não-reflexiva, não-classista, descoladas do movimento contraditório da realidade social. Santos (2007) aponta que essa vertente teve hegemonia nos seminários de teorização da profissão – Araxá (1967) e Teresópolis (1970), influenciando a atuação dos/as profissionais na perspectiva de modernizar a prática profissional frente ao tradicionalismo, mas caminhando para uma perspectiva conservadora, atendendo as demandas do projeto societário posto.

A vertente de reatualização do conservadorismo adota a perspectiva fenomenológica como necessária para intervenção profissional, negando tanto as matrizes do pensamento positivista, quanto do materialismo histórico dialético. De acordo com Santos (2007), os maiores pólos difusores dessa perspectiva, são as escolas de Serviço Social do Rio de Janeiro e de São Paulo e essa vertente se expressa de forma mais contundente nos seminários de Sumaré (1978) e Alto da Boa vista (1984). Aponta ainda que tanto a segunda quanto a terceira vertente surgem em meio à crise do regime militar na década de 1970, mas que apresentam propostas de atuação profissional eminentemente diferentes.

Deste modo, a vertente de intenção de ruptura, opostamente às demais supracitadas, tinha como característica principal, a crítica ao tradicionalismo/conservadorismo e as atuações profissionais concernentes a estas direções. Essa perspectiva conquistou hegemonia no seminário de teorização de Belo Horizonte (1972-1975), conhecido como “método BH”, e enriqueceu os debates no âmbito profissional, significando o início de uma história de muitas lutas da categoria profissional, ao lado da classe trabalhadora.

Este enriquecimento do debate profissional contém ainda implicações prático-operativas de indescartável gravitação (ainda que sua exploração esteja longe do patamar necessário para que o caráter de intenção desta perspectiva seja superado). O esclarecimento cuidadoso da inserção da profissão na divisão sociotécnica do trabalho e sua localização na estrutura sócio-ocupacional e a compreensão histórica da sua funcionalidade no espaço de mediações entre classes e Estados redimensionam amplamente o

alcance e os limites da sua intervenção, bem como o estatuto das suas técnicas, objetos e objetivos. Ou seja: a renovação crítico-analítica viabilizada pelo desenvolvimento teórico da perspectiva da intenção de ruptura propicia novos aportes no nível prático-operativo da profissão – donde, por exemplo, a circunscrição de formas alternativas de intervenção, no bojo das políticas sociais, junto a movimentos sociais e o reequacionamento do desempenho profissional no marco da assistência pública (PAULO NETTO, 2010, p. 303).

Assim, apesar das problemáticas contidas nessa vertente, que Iamamoto (1994) caracteriza como “marxismo vulgar”, ou seja, a aproximação ao marxismo se deu a partir de autores que se referenciavam em Marx e não diretamente nas obras dele, tal perspectiva se constituiu como elemento fundamental para o delineamento do projeto profissional e do significado social, ético e político hegemônico que o Serviço Social possui na contemporaneidade.

Em síntese, Paulo Netto (1991, p. 140 *apud* Brites e Sales 2007, p. 30-31), refere-se com precisão a despeito das três vertentes, na ideia de desenvolvimento de comunidade, e os projetos em disputa:

Vislumbra-se, no primeiro lustro dos anos sessenta, um duplo simultâneo movimento: o visível desprestígio do Serviço Social ‘tradicional’ e a crescente valorização do que parecia transcendê-lo no próprio terreno profissional, a intervenção no plano ‘comunitário’. E aqui rebatendo mediatamente o processo sócio-político em curso e as suas tensões, divisavam-se três vertentes profissionais – uma corrente que extrapola para o Desenvolvimento de Comunidade os procedimentos e as representações ‘tradicionais’, apenas alterando o âmbito da sua intervenção; outra, que pensa o Desenvolvimento de Comunidade numa perspectiva macrossocietária, supondo mudanças socioeconômicas estruturais, mas sempre no bojo do ordenamento capitalista; e, enfim, uma vertente que pensa o Desenvolvimento de Comunidade como instrumento de um processo de transformação social substantiva, conectado à libertação social das classes e camadas subalternas.

Necessita-se evidenciar os sujeitos/elementos fundamentais neste processo de renovação profissional, em que destaca-se: o amadurecimento de setores da profissão, o afugentamento das práticas profissionais atreladas à igreja católica, o protagonismo do Movimento Estudantil de Serviço Social neste processo, bem como a aproximação com novas bases teóricas a partir da interlocução com as ciências sociais.

Nas palavras de Paulo Netto, (2004, p. 139-140 *apud* Santos, 2007, p. 16, grifos do autor):

O primeiro remete ao próprio amadurecimento de setores da categoria profissional, na sua relação com outros protagonistas (profissionais: nas equipes multiprofissionais; sociais: grupos populares politicamente organizados) e outras instâncias (núcleos administrativos e políticos do Estado). **O segundo** refere-se ao desgarramento de segmentos da Igreja católica em face do seu conservadorismo tradicional; a emersão de “católicos progressistas” e mesmo de uma esquerda católica, com ativa militância cívica e política, afeta sensivelmente a categoria profissional. **O terceiro** é o espriar do movimento estudantil, que faz seu ingresso nas escolas de Serviço Social e tem aí uma ponderação muito peculiar. **O quarto** é o referencial próprio de parte significativa das ciências social do período imantada por dimensões críticas e nacional-populares.

Entendemos que foi o contato de ambas as partes que possibilitou inúmeros questionamentos no seio da profissão que, em tempos amplamente adversos de contexto ditatorial do regime autocrático, se propôs a repensar-se enquanto corpo profissional, visando a renovação da profissão a partir Movimento de Reconceituação.

Todavia, conforme já mencionado o contexto macrosocietário instaurado naquela época, cujo cenário social estava permeado pelo endurecimento da repressão militar, do abafamento político, sobretudo após a criação do AI-5⁷, esta conjuntura, extremamente antagonica, contribuiu para estagnar o movimento de renovação profissional, haja vista que:

De 1964 a 1979, uma diminuta minoria de profissionais, docentes e estudantes resistiu à ditadura pelos meios que encontrou, e boa parte deles recebeu do regime a resposta do terror estatal – também em nosso corpo profissional contam-se exemplos de destemor, fidelidade a grandes ideais, sacrifícios, solidariedade, enfim grandeza humana em meio a perseguições, tortura, prisão e exílio. Efetivamente, na imediata sequência do golpe de 1º de abril de 1964, dezenas de assistentes sociais foram objetos de perseguição, e muitas agências de formação (escolas, faculdades) sofreram constrangimentos ponderáveis, envolvendo seus corpos docentes e discentes. E, no período entre o golpe e a edição do AI-5, os impactos da luta antiditatorial refletiram-se entre assistentes sociais e, especialmente, entre jovens estudantes de Serviço Social [...], não poucos profissionais, docentes e estudantes foram alvo da sanha repressiva, engrossando o rol das vítimas do terror estatal (PAULO NETTO, 2009, p. 665).

Frente ao cenário de grande coerção política, Paulo Netto (1975, *apud* Iamamoto 1994, p. 33, grifos da autora) elucida que:

⁷ O AI-5 (Ato Institucional número 5) foi o quinto decreto emitido pelo governo militar brasileiro (1964-1985). É considerado o mais duro golpe na democracia e deu poderes quase absolutos ao regime militar. O AI-5 dava ao presidente da República poderes para perseguir e reprimir as oposições. Podia decretar estado de sítio, intervir nos estados e municípios, cassar mandatos e suspender direitos políticos, demitir funcionários, confiscar bens. Além disso, instituiu o banimento do livre-arbítrio por parte da imprensa e reduzia a liberdade de expressão.

Na medida em que fechava o caminho para uma crítica efetiva da vida social, o Serviço Social Brasileiro iniciou a crítica de suas próprias modalidades de intervenção. Em outras palavras: impossibilitado de questionar-se *socialmente*, o Serviço Social brasileiro se questionou *metodologicamente*. As preocupações sobre a função social do Serviço Social, a análise de seus valores ideológicos, o tratamento de suas implicações sociopolíticas, tudo isso foi substituído pelo excessivo cuidado com o instrumental que deveria ser utilizado no exercício profissional [...].

O movimento de reconceituação da profissão, neste período, significou um rompimento com o monopólio conservador⁸, o que não significa que tenha-se rompido, de fato, com o conservadorismo na profissão, por se configurar um movimento heterogêneo e de adesão não uniforme, paulatina.

Nesse sentido, por não ser um processo homogêneo, não foram todos/as profissionais e estudantes que contribuíram nesta construção. Tal afirmação ratifica-se, inclusive, no número de participantes que estiveram presentes nos eventos do Movimento de Reconceituação da profissão. Houve-se uma participação decrescente do quantitativo que estivera presente no primeiro para os demais, conforme tabela a seguir:

Tabela 1 – Número de participantes no Movimento de Reconceituação

Evento	Número total de participantes	Deixaram de participar em relação ao evento anterior	Estiveram presentes no evento anterior	Novas participações em relação ao evento anterior
Araxá	38	-----	-----	-----
Teresópolis	33	05	13	20
Sumaré	25	13 Araxá 08 Teresópolis	09 Araxá 07 Teresópolis	16 Araxá 18 Teresópolis
Alto da Boa Vista	24	14 Araxá 09 Teresópolis 01 Sumaré	01 Araxá 02 Teresópolis 03 Sumaré	23 Araxá 22 Teresópolis 21 Sumaré

Fonte: Elaborado pelo Autor, 2016.

Nota: Adaptado de PAULO NETTO, 2010.

⁸ PAULO NETTO, José. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. São Paulo: Cortez, 2010.

Deste modo, a partir das informações da tabela, observa-se que o número de participantes de um encontro para o outro foram se reduzindo e que, majoritariamente, as pessoas que participaram dos novos encontros, não haviam participado do evento anterior, apresentando grande rotatividade entre os/as participantes o que, em certa medida, entendemos que poderia prejudicar o acúmulo no processo de construção coletiva, bem como dificultar a perspectiva da continuidade na mesma linha de discussão.

Mesmo com o fluxo rotativo de participantes, os encontros foram selados como documentos ímpares de debates de renovação do Serviço Social brasileiro e que culminaram na década de 1980 na intenção de ruptura, com densas reflexões teóricas e metodológicas possibilitadoras da construção do projeto profissional e que até o tempo presente, os documentos de reconceituação nos convocam ao compromisso com debate coletivo da categoria para se avançar nas lutas, resistências e organização política profissional.

Importante elucidar acerca da ausência do “Método BH” na tabela acima. Isso se dá pelo fato de que este, ao contrário dos demais, não se configurou enquanto um evento em específico, mas antes, caracterizou-se enquanto um processo amplo de estudos, discussões e aprofundamentos, protagonizado pelo grupo de profissionais da Universidade Católica de Minas Gerais, entre 1972 e 1975. E, tal como aponta Paulo Netto (2010), foi a partir das atividades deste grupo que a perspectiva de intenção de ruptura ganhou concretude no cenário brasileiro, assumindo legitimidade incontestável.

Além disso, o processo ditatorial contribuiu para o fortalecimento do conservadorismo no interior do corpo profissional, influenciando a reatualização de perspectivas já em processo de superação. Nas palavras de Barroco (2010, p. 111 *apud* Silva, 2016, p. 31):

A ditadura também fortalece o conservadorismo. No interior das determinações que favorecem a erosão do Serviço Social tradicional, a direção fascista imprimida à ditadura militar a partir de 1968 favorece também a reatualização do *ethos* profissional conservador.

Segundo Paulo Netto (2010), apesar do clima repressivo e autoritário que desencadeou a estagnação do movimento naquele período, este processo proporcionou avanços para a profissão, tais como: o debate entre Assistentes Sociais da América Latina e a interlocução mundial com a literatura do Serviço Social; o entendimento da dimensão política da ação

profissional, interdisciplinaridade e pluralismo profissional⁹, aproximação com a teoria crítica de Marx, os quais foram integrados ao exercício profissional. Deste modo,

É inegável a contribuição do Movimento de Reconceituação e o contato com a teoria social crítica no meio acadêmico, para a formulação das bases do Projeto Ético Político hegemônico nos dias de hoje, voltadas para à análise da realidade social de forma a almejar o aprofundamento e o rigor teórico, que outrora não havia sustentação nas determinações sociais, políticas, econômicas e históricas, para além dos muros da profissão desvendando as bases concretas sob as quais se estrutura a sociedade (SANTOS, 2007, p. 23).

O movimento de reconceituação acompanhou a dinâmica da realidade social. Para fins didáticos, pode-se situar o começo das movimentações no âmbito profissional a partir de meados da década de 1960, passando por diversos momentos durante a década de 1970, tendo como marco decisivo para renovação da profissão, o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, ocorrido em 1979.

Todavia, é na construção dos documentos a partir da década de 1980 (currículo mínimo em 1982 e Código de Ética Profissional em 1986), que tem-se delineado, de fato, a nova direção ética e política do Serviço Social Brasileiro. Assim, a construção desses elementos representa a síntese da maturação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa da profissão, as quais serão ainda mais adensadas a partir da década seguinte.

Vale elucidar que o período de renovação profissional é evidenciado nos documentos de Araxá (1967) e Teresópolis (1970) que apresentam, conforme já mencionado acima, uma proposta modernizadora a atuação profissional, calcada em técnicas sociais moralizadoras e culpabilizadoras. Ainda nesse processo com a intenção de reatualização, a profissão rejeita o positivismo e adere ao pensamento fenomenológico, mas que essencialmente tinha a mesma base. Encontros como Sumaré (1978), Alto da Boa Vista (1984) e o Seminário de Teorização que ocorreu em Belo Horizonte (1972-1975) também são marcos no processo de renovação profissional, pois fazem parte do processo de amadurecimento teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo da profissão do Serviço Social.

O seminário de BH, por exemplo, representou um marco importante para a profissão, pois teve como objetivo a ruptura com a tendência de modernização conservadora, tão disseminada pelo projeto de ditadura militar vigente na época. Essa vertente de intenção de ruptura possui um diferencial das demais, pois “possui como substrato nuclear uma crítica

⁹ Entendemos que o pluralismo não surge neste contexto, haja vista que este já foi apontado anteriormente quando tratamos das três vertentes teóricas evidenciadas no início do Movimento de Reconceituação.

sistemática ao desempenho tradicional, aos seus suportes técnicos, metodológicos e ideológicos, de tradição positivista e reformismo conservador.” (PAULO NETTO, 2010, p. 159).

No período em que ocorre o seminário de teorização de BH, têm-se também a criação do terceiro Código de Ética Profissional do/a Assistente Social, aprovado em 30 de Janeiro de 1975. Este não apresenta grandes mudanças no que concerne à perspectiva ídeo-política da categoria profissional “[...] porém, em 1975, ocorre uma mudança: a indicação do Código anterior de que a participação profissional nos órgãos públicos subordina-se aos ‘princípios democráticos’, na perspectiva ‘luta pelo estabelecimento de uma ordem social justa’” (BARROCO, 2010, p. 113 *apud* SILVA, 2016, p. 32). Sendo assim, mesmo não apresentando avanços substanciais sobre o significado social da profissão, se configura como um avanço no campo jurídico.

Entretanto, apenas no III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais/CBAS, ocorrido em Setembro de 1979 e que ficou conhecido como “Congresso da Virada”, que a profissão realmente assume seu compromisso com a classe trabalhadora, se identificando como tal, e rompendo com o monopólio conservador que por tanto tempo fora a base dos/das Assistentes Sociais no Brasil.

Vale ressaltar que desde sua constituição no Brasil até o Movimento de Reconceituação, o Serviço Social manteve uma perspectiva de atuação profissional endógena, não se reconhecendo dentro da reprodução das relações sociais a favor da manutenção do capital e, portanto, distanciados da consciência de classe trabalhadora, que não detém os meios de produção, mas vende sua força de trabalho para manutenção de suas vidas [...] (SILVA, 2016, p. 29).

Deste modo, é na “virada da mesa” do III CBAS quando se têm o reconhecimento enquanto classe trabalhadora, por parte da categoria, e que a atuação profissional deverá atender aos interesses desta, é que se começa a delinear novos caminhos para a profissão no cenário brasileiro.

Pela primeira vez na história da profissão, esta assume um posicionamento político que se coloca na contramão do que é posto pelos interesses das classes dominantes. Portanto, concordamos com Paulo Netto (2009, p. 671, grifo nosso) quando refere-se a este congresso como “[...] um episódio de *significação histórica* para o Serviço Social no Brasil. Depois dele – e não por acaso – o Serviço Social, neste país, nunca mais foi o mesmo.”

O autor subscrito elucida, contudo, que em toda sua história, desde seus primórdios, a profissão possui sua dimensão política – mesmo que aprioristicamente atendendo de forma incontestemente aos interesses da burguesia – e seria um equívoco, então, pensar que anterior ao III CBAS não houvesse articulações políticas e mobilizações dentro do corpo profissional, por isso:

O III Congresso não trouxe a categoria profissional para a cena política, da qual ela nunca esteve ausente: *trouxe para a cena política os componentes democráticos até então reprimidos na categoria profissional*. E se o fez tardiamente, a responsabilidade deve ser debitada à força do conservadorismo que, derrotado naquele episódio histórico, nem por isto viu suprimida a pesada e duradoura hipoteca que impôs e impõe ao Serviço Social no Brasil (PAULO NETTO, 2009, p. 669, grifo nosso).

Abramides e Cabral, (1995, p. 170 *apud* Santos, 2007, p. 26) trazem que:

O III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais significou, portanto, um momento de ruptura da categoria, sobre a direção das entidades sindicais, com as posições conservadoras que estavam à frente do evento e há muito detinham as direções do conjunto CFAS/CRAS, que tradicionalmente organizavam os congressos brasileiros.

Faz-se *mister* compreender a relevância política do III CBAS na construção do significado social da profissão no Brasil pois, para além de demarcar um posicionamento ético e político da categoria profissional – alinhado aos anseios da classe trabalhadora e se reconhecendo como tal – as implicações deste congresso transcendem o âmbito estritamente político e são elementos que contribuem para a construção de uma nova proposta de formação profissional a partir da década seguinte.¹⁰

A década de 1980 se apresenta como um novo cenário, cheia de novas possibilidades, não só para o Serviço Social Brasileiro, mas para as lutas mais gerais da classe trabalhadora, pois nessa década “se expressa o auge das lutas democráticas no Brasil, cenário de fortes mobilizações populares pela redemocratização e luta por direitos sociais, civis e políticos” (SANTOS, 2007, p. 23). Dentre esse contexto, destacamos as “Diretas Já” e a Constituição Federal Brasileira de 1988, a qual traz avanços substanciais acerca dos direitos sociais.

No âmbito profissional destaca-se: a (re)organização do movimento estudantil de Serviço Social, a organização sindical dos/as Assistentes Sociais, a elaboração do currículo mínimo para a forma em Serviço Social (1982), a criação da Associação Nacional de Assistentes Sociais/ANAS em 1983 e o quarto Código de Ética Profissional de 1986, o qual:

¹⁰ No próximo capítulo aprofundaremos sobre essa questão.

[...] representou um extraordinário avanço por expressar, no plano da reflexão ética, grande parte das conquistas e acúmulo da categoria profissional nas décadas de 1970/1980. Tratou-se da inversão Ético-Política do Serviço Social tradicional, nitidamente conservador, rompendo politicamente, enquanto referência filosófica, com as bases neotomistas – negando valores abstratos e metafísicos como a ideia de “bem comum” ou a concepção de “pessoa humana”. Opõe-se a concepção de ética neutra, estabelece-se a clara noção de compromisso dos Assistentes Sociais com a classe trabalhadora, explicitando os princípios éticos historicamente situados buscando objetivar os sujeitos não como meros objetos passíveis de intervenção profissional, mas como sujeitos históricos que possuem necessidades concretas (SANTOS, 2007, p. 28).

Infere-se, pois, que o Código de Ética Profissional de 1986, representou avanços substanciais, rompendo com a herança conservadora que fora tanto tempo balizadora da atuação profissional. Além disso, é correto dizer que este documento caracteriza o processo de maturação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa e dos novos valores que a profissão começa a construir.

Contudo, é na década seguinte, com o processo de revisão do currículo mínimo e construção da nova proposta de formação profissional, a partir das Diretrizes Curriculares de 1996¹¹ da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social/ABEPSS, bem como da Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão no território brasileiro, e do quinto Código de Ética Profissional em 1993 que têm-se, de fato, os elementos que caracterizam os valores éticos e políticos crítico e dialético do Serviço Social Brasileiro, calcado na perspectiva marxista e, então, dão sustentação ao projeto profissional hegemônico.

Entre a década de 1980 e 1990, que a profissão amadurece a perspectiva ética, identificando-se enquanto coletivo profissional que responde as demandas complexas que exige uma reflexão e atuação sistemática específica, compreendendo que a construção da ética responsável por este novo *ethos* profissional deve se constituir desde o processo de formação até o exercício profissional (SILVA, 2016, p. 39).

Nesta direção, o Código de Ética dos/as Assistentes Sociais de 1993, vigente até os dias atuais, apresenta princípios que não deixam dúvidas sobre de “qual lado” e a serviço de quem a profissão está, sua perspectiva ídeo-política, seu projeto de sociedade a ser construído. Em outras palavras, o atual Código de Ética expressa o significado social da profissão:

¹¹ Trataremos desse item no capítulo subsequente.

- I. Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes – autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais;
- II. Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo;
- III. Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda a sociedade, com vistas a garantias dos direitos civis, sociais e políticos das classes trabalhadoras;
- IV. Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida;
- V. Posicionamento em favor equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática;
- VI. Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando respeito à diversidade, à de grupos socialmente discriminados e a discussão das diferenças;
- VII. Garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas e existentes e suas expressões teóricas e constante aprimoramento intelectual;
- VIII. Opção por um projeto profissional vinculado a construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero;
- IX. Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios desse Código e a luta geral dos/as trabalhadores/as;
- X. Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual na perspectiva de competência profissional;
- XI. Exercício do Serviço Social sem ser discriminado, nem discriminar, por questão de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, idade e condição física. (CÓDIGO DE ÉTICA DO/A ASSISTENTE SOCIAL, 1993, p. 23-24).

Deste modo, a profissão possui princípios ético-políticos que caminham para a construção de uma sociedade anticapitalista, livre, emancipada política e humanamente, isenta de exploração, opressão, injustiça social; se reafirmando cotidianamente na construção desses valores e de uma atuação profissional coerente com os mesmos. Sobretudo, em um cenário econômico, político e social estritamente adverso, ameaçado por um nefasto avanço do conservadorismo, permeado por discursos de ódio e intolerância à qualquer forma de diversidade.

Por isso, concordamos com Santos (2007, p. 38) sobre o projeto profissional hegemônico da categoria, ao afirmar que:

[...] está ameaçado por uma contra hegemonia conservadora e pelos desafios postos pela conjuntura no capitalismo contemporâneo. A defesa deste projeto coletivo deve, necessariamente, passar pelo cotidiano profissional, na qualidade do atendimento aos usuários dos serviços prestados, rompendo com as práticas de tutela, clientelista, assistencialista e de todo legado

conservador, reafirmando os valores e compromissos nos marcos do PEP, organizando a categoria profissional e a luta geral dos trabalhadores [...].

Sendo assim, se colocar na contramão do modo de produção operante na contextura hodierna é um desafio, pois num contexto de retrocessos no campo do social, da saúde, dos direitos trabalhistas, da educação, a luta pela defesa e afirmação dos direitos se constitui, necessariamente, a luta contra o capital.

Portanto, o cenário atual requer organização política, nos convoca ao enfrentamento e construção de mediações, para o rompimento de tendências que caminham à opção neoconservadora e para o fortalecimento de estratégias de construção de novas possibilidades. Nesse sentido, a juventude possui papel fundamental na construção de novas alternativas ao sistema do capital, contribuindo para um projeto societário livre, fraterno, emancipado.

Nessa direção, o movimento estudantil teve/tem protagonismo incontestado no processo de desenvolvimento da profissão de Serviço Social no Brasil, articuladamente com as demais entidades da categoria.

2.2 O PROTAGONISMO DO MOVIMENTO ESTUDANTIL ENQUANTO ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DA CATEGORIA PROFISSIONAL NA (RE)CONSTRUÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO¹²

Faz-se imprescindível destacar o histórico protagonismo político dos/as estudantes na construção e no delineamento do significado social da profissão no Brasil. A trajetória do Movimento Estudantil de Serviço Social/MESS, vem sendo construída por diversas gerações, se configurando enquanto elemento constitutivo da história do Serviço Social. Têm-se registros desta contribuição do segmento estudantil, bem como de sua organização política, sendo um diferencial no processo histórico do Serviço Social brasileiro.

De acordo com Ramos (2011, p. 119), “os estudantes, por exemplo, não são considerados, em muitos países, partícipes das articulações profissionais como o são no Brasil, onde organizam eventos, participam de campanhas e elaboram documentos em conjunto com as demais entidades representativas da categoria”. Tal afirmação, explicita uma característica da profissão no cenário brasileiro e também nos traz a responsabilidade ética e política em garantir a participação coletiva construída historicamente no Serviço Social.

¹² Elementos deste item foram publicados pelo pesquisador, juntamente com a orientadora, no II Seminário Nacional da Teoria Marxista 2016 (UFU/Uberlândia), como fragmentos deste Trabalho de Conclusão de Curso.

O MESS se configura enquanto movimento social e não pode ser concebido fora da trama das relações macrosociais, sendo necessário pensá-lo a partir das múltiplas determinações e contradições que abrangem a totalidade social. Somente a partir destas relações e das dinâmicas inerentes a elas, as quais rebatem diretamente na organização política do MESS, é que podemos pensar este movimento.

Enquanto Movimento Social, o MESS, pode ser compreendido também como sujeito coletivo na busca de uma questão em comum, ou seja, uma coletividade que expressa consciências compartilhadas e lutam por vontades históricas determinadas. Este sujeito coletivo elabora e cria uma identidade, se organizam através de práticas políticas das quais seus membros defendem os seus interesses, e expressam essas vontades construindo suas lutas.

De acordo com Gohn (2011, p. 335), “se configuram enquanto ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam formas distintas de a população se organizar e expressar suas demandas.” Nesse sentido, em sua ação concreta, esse sujeito coletivo lança mão de diversas estratégias de lutas para darem visibilidade às suas pautas, que varia desde uma simples denúncia, até mobilizações, marchas, concentrações (GOHN, 2011).

Nesta direção, o MESS se insere, enquanto organização política dos/as estudantes de Serviço Social, na defesa intransigente de uma educação pública, gratuita, laica, de qualidade, socialmente referendada, de uma formação profissional que esteja na direção hegemônica da profissão, ou seja, a serviço dos/as trabalhadores/as. Ademais, as lutas travadas no âmbito do MESS, não obstante, contribuem para o delineamento do projeto profissional, denominado Projeto Ético-Político, o qual está vinculado a outro projeto societário – conforme abordaremos no próximo capítulo.

Apesar de alguns setores entenderem que o MESS não se constitui enquanto movimento social por ser um movimento transitório, concordamos com Guimarães quando aponta que:

[...] o argumento da transitoriedade dos estudantes é absolutamente insuficiente para negar o acúmulo e a perspectiva histórica do ME, especialmente porque acreditamos que o debate deve ser pautado sob a ótica não do indivíduo, mas de um sujeito coletivo. Evidente que o(a) estudante enquanto sujeito individual tem diante de si um período temporal bastante limitado para intervenção e articulação no âmbito do movimento estudantil, mas faz-se necessária a capacidade de se reconhecer no outro e perceber a história como a continuação da obra coletiva. O processo de disputa por uma educação voltada para a transformação e construção de uma outra sociabilidade, sem dúvidas, transcende trajetórias individuais. Daí temos a convicção de que a transitoriedade se refere de fato aos sujeitos que militam

no ME e de forma alguma ao movimento estudantil em si (GUIMARÃES, 2014, p. 80).

Assim, é fundamental apreendermos as particularidades da organização política do MESS atreladas, sobretudo, ao significado social do Serviço Social, no contexto de reprodução das relações sociais, bem como das demandas colocadas à profissão e às necessidades sociais que buscamos responder frente às expressões da “questão social”, o que confere evidentes implicações à nossa organização (GUIMARÃES, 2013).

Portanto, entendendo o MESS enquanto movimento social, inscrito no processo que permeia a totalidade da realidade social, não estando isento dos rebatimentos, bem como de todas as contradições postas neste cenário e, também, enquanto um movimento que possui particularidades concernentes à categoria profissional de Serviço Social, apreender os elementos estruturais e conjunturais que envolvem todo esse conjunto de complexos, é imprescindível.

As múltiplas alterações que têm ocorrido nos últimos períodos tanto na esquerda brasileira, como na própria juventude, têm provocado, também, várias dificuldades no processo de organização e mobilização dos(as) estudantes, o que corresponde a determinações diversas de ordem estrutural e conjuntural. Nesse sentido, a ação política do MESS vem sendo materializada em um contexto enorme de ofensiva à organização coletiva crítica e combativa, mas este continua configurando-se como um espaço potencial de luta política (GUIMARÃES, 2013, p. 101).

Infere-se, pensar aqui, o quanto o modelo societário burguês vigente e sua constante articulação para regressão dos direitos e perpetração da ofensiva à organização coletiva, os processos de criminalização dos movimentos sociais¹³, bem como de qualquer possibilidade de inquietação política na contextura neoliberal, rebatem na participação e organização do movimento estudantil, visto que, há um fortalecimento ideológico do individualismo, da concorrência, da desmobilização política e da fragilidade de identidade com as lutas sociais, se estabelecendo como característica central das relações sociais.

Este processo tem se intensificado com o agudizamento do projeto neoliberal a partir, sobretudo, da década de 1990 com o governo de Fernando Henrique Cardoso. Nesse sentido,

¹³ A esse respeito, destacamos a criação da lei antiterrorismo (Lei nº 13.260 de 16 de Março de 2016), a qual foi sancionada no governo da presidente Dilma Rousseff/PT. Tal lei representa um retrocesso no campo democrático dos processos de mobilização e organização política, pois estabelece como crime algumas das estratégias históricas de lutas de alguns movimentos sociais.

Se o movimento não aglutina e nem mobiliza tanto os estudantes, como no passado, isso se torna mais problemático numa conjuntura marcada pelo neoliberalismo. A realidade dos últimos 20 anos de uma sociedade baseada na concorrência – imposta pelas leis de mercado – no individualismo, e numa “inversão de valores” subjacentes a uma ideologia conservadora e estruturante do status quo, faz parte da retórica estudantil para explicar a falta de participação dos estudantes e o distanciamento destes das entidades (MESQUITA, 2003, 124).

Apesar deste cenário que tende ao solapamento do protagonismo dos/as estudantes de Serviço Social, o MESS tem se mantido firme em sua perspectiva política e contribuindo na construção da história da profissão no Brasil. Assim, concordamos com Braz e Matos (2008, p. 180) quando dizem que “apesar da conjuntura de desmobilização política, podemos afirmar que o Movimento Estudantil em Serviço Social, e notadamente a ENESSO, vem contribuindo para a formação de sujeitos críticos e ativos [...], com inserção nos debates e lutas políticas.”

Historicamente, o MESS atrelado às demais entidades de organização da categoria profissional (como Conselho Federal de Serviço Social/CFESS; Conselhos Regionais de Serviço Social/ CRESS; Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social/ABEPSS; e Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social/ENESSO), tem demonstrado um protagonismo político que tem fortalecido a mesma em suas diferentes instâncias, contribuindo para uma formação crítica, reflexiva e propositiva na reafirmação do projeto ético-político/PEP da profissão. Nas palavras de Ramos (2011, p. 119):

[...] o segmento estudantil é considerado como sujeito fundamental no processo de organização política da categoria dos (as) assistentes sociais, no Brasil. Considerados como profissionais em formação, são incluídos, pelos demais segmentos da profissão, no processo de articulação e mobilização do Serviço Social.

Os/as estudantes possuem papel fundamental no processo de organização política da categoria profissional e, há longas datas, vem contribuindo para a (re)construção do Serviço Social no cenário brasileiro. São estes sujeitos que colaboram na reafirmação e defesa dos valores éticos e políticos hegemônicos da categoria, se colocando na contramão dos ideários concernentes ao projeto neoliberal e neoconservador, os quais também estão presentes no corpo profissional.

De acordo com Santos (2007), há registros históricos da existência de documentos no Centro Acadêmico do Instituto de Serviço Social (Atual Centro Acadêmico 3 de Março da FAPSS/SP) que são de 26 de Maio de 1953, entretanto, há registros que constam

organização política das/os estudantes anterior à essa data. Desde essa época, as/os estudantes de Serviço Social estão imbricadas/os com a trajetória de luta, mobilização e organização dos movimentos reivindicatórios da sociedade brasileira, sendo partícipe fundamental no processo de organização política da categoria profissional.

A participação e o protagonismo do segmento estudantil também ocorreram quando o corpo profissional começou a questionar suas ações e formas de intervenção na realidade social. Segundo Santos (2007, p.16) “mesmo sob condições de abafamento político, possuem evidências do contato dos estudantes com o Movimento de Reconceituação na América Latina no período de 1965 a 1975 e o contato das vanguardas estudantis com as teorias sociais críticas.”

Durante o contexto autocrático ditatorial, diversos movimentos sociais – entre eles o MESS – sofreram várias tentativas de repressão, sobretudo após a criação do AI 5, em que teve-se o aumento das medidas coercitivas dos militares. Neste cenário, era proibida qualquer forma de manifestação política, assembleia, reunião e organização, o que nos faz refletir, inclusive, nossos tempos atuais com o avanço exarcebado de processos criminalizatórios dos movimentos sociais e das lutas coletivas que questionam o que está posto.

Assim, tentava-se imprimir ao segmento estudantil um processo de desmobilização política, fazendo com que os/as estudantes sofressem as consequências caso não cumprissem as ordens.

A partir do endurecimento e das medidas coercitivas do regime militar a ENESS, bem como a UNE, CA's e DA's e DCE's – entidades que compõem a estrutura do movimento estudantil – foram proibidas de exercerem suas atividades. Os registros dos encontros, bem como muitos documentos históricos da ENESS foram queimados e/ou extraviados pelo regime militar, sendo inexistentes nos arquivos da atual Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social – ENESSO (SANTOS, 2007, p. 113).

Mesmo em meio a esse período de repressão e abafamento político, têm-se registros dos encontros dos/das estudantes, os/as quais mantiveram suas reuniões mesmo que na condição de “clandestinidade”. Tal característica de luta e resistência se faz presente na contextura hodierna, em que mesmo com uma conjuntura extremamente adversa e desoladora, perpetrada por um cenário político de ofensiva à organização coletiva, o MESS se articula e constrói os espaços de organização política, fazendo um verdadeiro convite à rebeldia aos/às estudantes.

No ano de 1963 foi realizado um Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social, em Porto Alegre, em que surge a Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social. No final da década de 1970, o MESS passa por um processo de reorganização política, sobretudo com a organização do I Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social/ENESS em 1978 e, mesmo apesar de ter ocorrido outro encontro nacional antes do golpe militar, convencionou-se em contar os encontros a partir dessa reorganização do movimento.

O I ENESS ocorreu no Paraná, na Universidade Estadual de Londrina/UEL, e este espaço evidenciava, desde então, a preocupação dos/das estudantes em discutirem a conjuntura, a realidade brasileira, bem como suas implicações na formação profissional e na organicidade do MESS. Segundo Doria:

Em 78 já com o processo de abertura política e, impulsionada pelo desejo de alçarmos a democracia, os movimentos sociais se inflamam a organizar-se politicamente; dentro do insurgente Movimento Estudantil de Serviço Social, a reorganização estudantil, no bojo da renovação do Serviço Social, temos o I ENESS como base para construção de uma nova orientação para a Formação Profissional (DORIA, 2007, p. 1).

Destacam-se dois elementos importantes ocorridos no I ENESS: os/as estudantes começam a incorporar o debate acerca da reformulação do currículo mínimo e aprova-se uma comissão responsável pelo aprofundamento desta discussão, demonstrando o compromisso com a formação profissional e com o rompimento do conservadorismo na profissão.

O outro aspecto é que fora aprovada também uma comissão para organizar o II ENESS, denotando a necessidade de continuidade dos debates e do fortalecimento do MESS. De acordo com Doria (2007), a comissão foi considerada o embrião da organização política do MESS, pois incentivou a criação das regiões e dos Encontros Regionais de Estudantes de Serviço Social/ERESS, nestas regiões.¹⁴

Em 1979, a Universidade Católica de Salvador/UCSAL sediou o II ENESS. Neste encontro ocorreu a efetivação da divisão das sete regiões, a fim de possibilitar maior capilaridade nas ações da executiva. Este ENESS também protagonizou a criação do

¹⁴ Conforme apresentado no capítulo 3, a ENESSO se divide estrategicamente em 7 regiões, devido à dimensão territorial do país, para conseguir dar capilaridade em suas tarefas políticas em âmbito nacional. Os Estados que compõem as regiões, são: Região I – Acre, Amapá, Amazonas, Roraima, Rondônia, Pará, Maranhão e Piauí; Região II – Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco; Região III – Alagoas, Sergipe e Bahia; Região IV: Tocantins, Goiás, Distrito Federal, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul; Região V: Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro; Região VI: Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul; Região VII: São Paulo.

Conselho Nacional de Entidades Estudantis de Serviço Social/CONESS, o qual é responsável pela discussão e organização dos ENESS.

Além disso, houve a criação da Secretaria Executiva Nacional, a qual foi composta por integrantes da escola sede do próximo encontro nacional, bem como por membros de uma escola de cada região. Tal encontro apresentou um processo de construção de maturidade ética e política e preocupação com a discussão de formação profissional.

A linha política do II ENESS é direcionada para a reformulação da Formação Profissional, visando uma ruptura com o processo vigente – o conservadorismo – e na busca da construção do pensamento social crítico como base de sustentação do ensino em Serviço Social [...] (DORIA, 2007, p.2).

Destarte, o segmento estudantil incorporou de forma significativa o compromisso e a preocupação de contribuir com esta discussão, engendrada no processo de formação, que os encontros subsequentes sinalizavam esta temática. Nesta direção, o engajamento político do MESS era tamanho que, conforme Doria nos aponta:

[...] no ano seguinte o III ENESS organizado pelo Diretório Acadêmico da PUC-Minas teve como tema: “Serviço Social, Formação Profissional e Intervenção na Realidade”, dentro do encontro mais uma vez a direção política, como já sinalizava a temática, foi direcionada para o debate de formação profissional, o que culminou com a construção de uma proposta unificada de currículo, tendo ainda o encaminhamento de buscar junto a ABESS – Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social – o debate sobre a proposta dos estudantes, além de levantar a questão de ampliação da representatividade da entidade junto aos estudantes, através da participação dos estudantes como membros desta entidade (DORIA, 2007, p. 3).

Em 1981 ocorre o IV ENESS na Universidade Federal de Pernambuco/UFPE e, segundo o documento da ENESSO “Pro dia Nascer Feliz” (1994), os debates relacionados à formação profissional evidenciavam a necessidade do rompimento com o modelo tradicional norte-americano e com a dicotomização entre teoria e prática no Serviço Social. É nesse encontro também que se tem o marco da representatividade estudantil na ABESS, pois de acordo com Ramos (1993)¹⁵, na última convenção da ABESS realizada em setembro de 1981 em Vitória, os/as estudantes garantiram a mudança da estrutura da entidade que contaria, a partir de então, com um estudante por região, além de um vice-presidente (professor).

¹⁵ A esse respeito, consultar o documento da ENESSO “Pro Dia Nascer Feliz” no endereço eletrônico da executiva: <https://enessooficial.files.wordpress.com/2012/04/pro-dia-nascer-feliz-contribuic3a7c3a3o-para-o-mess-julho-1994.pdf>

Nesta linha de argumentação, concordamos com Doria (2007) que a conquista da representatividade estudantil no âmbito da associação que discute o ensino e a formação em Serviço Social, representou um marco na estrutura da entidade. Ademais, também evidencia-se que as reivindicações estudantis apresentaram resultado e que os debates travados pelo MESS tiveram legitimidade em meio às entidades. Além disso, em 1981 inicia-se a discussão, no âmbito da executiva, sobre a criação da Subsecretaria de Serviço Social na UNE/SESSUNE.

Nos próximos anos a executiva continua realizando encontros nacionais e regionais e estes expressavam a preocupação com a discussão da formação profissional, bem como o amadurecimento político que a categoria vinha trilhando. Nas palavras de Doria:

Nos anos que se segue continuamos no debate sobre formação profissional e aproximação com os interesses populares [...] dentro da perspectiva de aproximação com os anseios das classes subalternizadas, dentro dessa constante de debate formação profissional, cada vez mais, os encontros tornam-se espaço profícuo de formulação para a atuação profissional (DORIA, 2007, p. 3).

Acerca do debate sobre a criação da SESSUNE, esta discussão surge novamente no VIII ENESS, em 1985, fomentada principalmente por estudantes do Rio de Janeiro. Entretanto, somente em 1988¹⁶, no X Encontro Nacional ocorrido na Universidade Federal do Rio de Janeiro/UFRJ, é que tem-se a criação da SESSUNE, a qual tinha como tarefa principal articular as lutas do MESS com as demais entidades das categorias, bem como as demais executivas de curso, presentes na União Nacional dos Estudantes/UNE.

Contudo, a SESSUNE vigorou apenas por cinco anos e, no XV ENESS que ocorreu em São Leopoldo/RS em 1993, os/as estudantes de Serviço Social deliberam pela mudança de SESSUNE para Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social/ENESSO, devido a divergências com a UNE, tendo em vista que esta se afasta dos princípios que o MESS coaduna, alinhando-se às tendências governistas.

Nesse sentido, o MESS rompe com a UNE e passa a gozar de maior autonomia e fortalecer as lutas específicas do Serviço Social, a partir da executiva de curso.

A mudança de nome da entidade, posteriormente, para Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO) reflete a opção política do

¹⁶ O X ENESS era pra ter sido realizado em 1987, entretanto, por dificuldades enfrentadas pela escola que iria sediar o encontro (Universidade Federal do Rio Grande do Norte/UFRN), não ocorreu o X ENESS, sendo escolhida como nova escola sede para sediá-lo no ano subsequente, a Universidade Federal do Rio de Janeiro/UFRJ.

MESS de almejar maior autonomia frente à UNE (Ramos, 1996). Importante ressaltar que esta não foi uma alternativa isolada no Serviço Social, mas uma estratégia de organização política dos(as) estudantes das diversas áreas, que defendiam as executivas de curso como alternativa viável no processo de reorganização estudantil (GUIMARÃES, 2013, p. 95).

Nos últimos anos, a ENESSO tem protagonizado diversas lutas no âmbito da categoria profissional, bem como articulada com outros setores de esquerda. Os/as estudantes participaram e contribuíram em momentos históricos para o Serviço Social Brasileiro como, por exemplo, na elaboração do Código de Ética profissional de 1993, das Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996.

Também vem encampando lutas acirradas em defesa de uma formação profissional pública, gratuita, de qualidade, socialmente referendada, se colocando contrária a todo processo de mercantilização, aligeiramento e precarização da formação.

Além disso, vem cada vez mais construindo outros espaços coletivos de luta para além das pautas específicas dos/as estudantes, o que evidencia que o MESS não se constitui enquanto um movimento endógeno, ao contrário, apresenta um caráter de classe, alinhado às lutas mais gerais dos/as trabalhadores/as. Conforme elucidada Mesquista (2003, p. 121):

Além do aparecimento das diversas expressões estudantis, surgem também de maneira expressiva temas mais amplos como a discussão da cultura, do meio ambiente, da paz, dos movimentos de minoria, entre outros.

A ENESSO, enquanto entidade máxima de representação dos/as estudantes de Serviço Social, responsável pelo direcionamento da organização política no âmbito do MESS – o qual deve estar em sintonia com nosso projeto profissional – possui documentos que representam de forma incontestável a direção ético-política da entidade, como por exemplo, o caderno de deliberações e estatuto.

O compromisso da ENESSO com os/as trabalhadores brasileiros e com um projeto transformador da sociedade está expresso no Estatuto da ENESSO, que apresenta e define as formas de organização e representação de seus membros, bem como está expresso no Caderno de Deliberações – CD, que contém todos os resultados acumulados das discussões políticas e de formação profissional em Serviço Social realizadas em cada ENESS (EXECUTIVA NACIONAL DE ESTUDANTES DE SERVIÇO SOCIAL – ENESSO, 2013, p. 8).

Tais documentos expressam o posicionamento político da entidade e o compromisso desta alinhado com as lutas dos/as trabalhadores/as, a partir dos seis eixos norteadores das discussões nos encontros da ENESSO, à saber: Conjuntura, Movimento Estudantil, Universidade e Educação, Formação Profissional, Cultura e Combate às opressões. É a partir destas discussões que são tirados os posicionamentos e as estratégias de lutas da entidade, os quais estão alinhados também a um projeto de sociedade a ser construído. Projeto este que a categoria profissional têm muito bem delimitado qual é: uma sociabilidade emancipada, livre de exploração, opressões, desigualdades e injustiças.

Frente a todo exposto, evidencia-se o protagonismo político do MESS, sendo um diferencial no processo histórico do Serviço Social brasileiro e, além disso, enquanto dimensão político-organizativa do segmento estudantil possui papel essencial no fortalecimento da organização política da categoria profissional, na materialização do Projeto Ético-Político e, não obstante, para o robustecimento das lutas sociais.

Esta militância política se faz imprescindível, sobretudo, nos tempos atuais de acirramento das lutas de classes, num cenário político envolto pela perspectiva de mercantilização e retrocesso dos direitos e dos serviços, de desmobilização e adensamento do individualismo.

Assim, nos quase 40 anos de rearticulação do MESS, os/as estudantes veem construindo uma trajetória de lutas e resistências na mesma trincheira de luta da classe trabalhadora. Como sabemos a história não começa quando entramos nela, o caminho percorrido pelo MESS foi/é construído por muitas mãos, em diversas gerações, que coletivamente conduziram o direcionamento político da ENESSO em solo fértil de criticidade e enfrentamento aos ditames do capital.

A história do Serviço Social vem sendo escrita a muitas mãos. É uma história-síntese de muitas gerações de estudantes e profissionais, de lutas e contribuições de diversos sujeitos individuais e coletivos. Mesmo em um contexto de regressão de direitos e ofensiva à organização coletiva, continuamos a escrever a história do Serviço Social brasileiro na luta e, neste percurso, o Movimento Estudantil de Serviço Social é apenas um dos sujeitos coletivos que fazem a história dessa profissão, mas um sujeito fundamental para o enfrentamento ao conservadorismo político e acadêmico que paira sobre o Serviço Social e que tem suas primeiras manifestações expressas ainda no momento da formação profissional e da condição do sujeito como estudante. Entretanto, a relevância da organização crítica dos(as) estudantes de Serviço Social não se esgota aí e transborda o campo estritamente político (GUIMARÃES, 2014, p.79).

É, em virtude disso, que o MESS tem se colocado frente às lutas e resistências em defesa do projeto de formação profissional hegemônico da categoria, contribuindo para a construção de mediações que visem concretizar os princípios éticos e políticos gestados no seio profissional nas últimas décadas, conforme trataremos no próximo capítulo.

SERVIÇO SOCIAL NA LUTA CONTRA O CAPITAL

Nos anos 1960, em meio ao contexto de repressão militar,

Essa profissão, tão linda, ousou resistir e lutar!

Mesmo sob contexto de abafamento político,

A categoria começou a desenvolver seu senso crítico.

Questionando os procedimentos de intervenção,

Deu-se início, no seio profissional, à uma verdadeira revolução!

Na busca de romper com a herança conservadora,

Deu-se início à uma perspectiva inovadora!

A aproximação com o materialismo histórico dialético,

Possibilitou visualizar a construção de um horizonte estratégico.

Isento de exploração, desigualdade, injustiça e opressão,

Galgando passos para o caminho da transformação!

O projeto hegemônico profissional, com sua perspectiva densa, crítica e radical,

Se propõe a desvelar as contradições inerentes ao capital.

São 80 anos de muita história pra contar,

E, sem dúvidas, a luta irá continuar!

Caminhando juntos/as na construção coletiva,

Na direção de uma sociedade anticapitalista!

(Tales Willyan Fornazier Moreira)

3 FORMAÇÃO PROFISSIONAL E MOVIMENTO ESTUDANTIL: RELAÇÃO DE UNIDADE NO FORTALECIMENTO DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL

Este capítulo versa acerca do projeto de formação profissional hegemônico do Serviço Social, nos marcos da nova direção social, ética e política da profissão, engendrada a partir da construção do Projeto Ético-Político, enfatizando as Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996 enquanto referência para a formação nesta perspectiva. Apresentamos também o compromisso histórico e político do segmento estudantil e das entidades da categoria no fortalecimento desta proposta de formação profissional e, não obstante, do projeto profissional hegemônico, elucidando que a articulação entre ABEPSS, CFESS/CRESS e ENESSO, trata-se de um patrimônio político que deve ser preservado.

3.1 AS DIRETRIZES CURRICULARES DA ABEPSS DE 1996 E OS VALORES ÉTICOS E POLÍTICOS PARA A FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL

Para a compreensão da proposta de formação profissional de Assistente Sociais, expressa nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996, bem como todo seu significado ético, político e ideológico, faz-se necessário, a priori, historicizar acerca da construção do projeto profissional hegemônico na categoria. Somente a partir da apreensão de como se constituiu e como se configura este projeto, é que é possível pensar nesses novos valores para a nova configuração de formação, expressos nas Diretrizes da ABEPSS.

Tal proposta de formação profissional, construída e gestada pela categoria no Brasil, teve como força motriz, o processo de (re)construção da profissão, o qual teve como marco fundamental, o Movimento de Reconceituação – conforme já discutido no capítulo anterior. Este movimento possibilitou que o Serviço Social caminhasse para a superação do monopólio conservador no âmbito profissional e construísse outras bases de legitimação, vinculadas à perspectiva de intenção de ruptura.

O Projeto de Formação construído no Serviço Social brasileiro tem como marco os desdobramentos do Movimento de Reconceituação e posterior Movimento de Ruptura, quando a profissão passa a construir as bases para a atual perspectiva que articula o debate da Formação aliada ao Exercício Profissional orientado pelo denominado, Projeto Ético-político do Serviço Social (PAULO NETTO, 2005; 1998 *apud* ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL – ABEPSS, 2012).

O projeto profissional hegemônico da categoria de Serviço Social, no Brasil, é denominado como Projeto Ético-Político/PEP, o qual, de acordo com José Paulo Netto (1999), se estrutura a partir do processo de recusa e crítica ao conservadorismo na profissão. Assim, este projeto profissional rejeita os ideários conservadores – que foram referência para o Serviço Social por muitos anos – e se vincula a outra perspectiva de formação e atuação profissional que, não obstante, também está alinhada a um ideal de projeto societário a ser construído.

Paulo Netto (1999) traz acerca da concepção de projetos societários, em que os concebe como projetos coletivos que apresentam uma imagem de sociedade a ser construída, ou seja, se configura como a idealização de um modelo de sociabilidade. Os projetos societários – que são também projetos coletivos – possuem a peculiaridade de se apresentarem enquanto projetos macroscópicos, evidenciando um conjunto de valores a serem gestados para a construção de uma nova ordem social, ou, num pólo oposto, para a manutenção do modo de produção operante.

Um projeto de sociedade também se configura enquanto um projeto de classe, pois explicita a perspectiva ídeo-política do coletivo que o constrói, possibilitando a correlação de forças, bem como a disputa de interesses presentes nos diversos projetos societários. A esse despeito, é fundamental que haja a liberdade política, pois:

É somente quando se conquistam e se garantem as liberdades políticas fundamentais (de expressão e manifestação do pensamento, de associação, de votar e ser votado etc.) que distintos projetos societários podem confrontar-se e disputar a adesão dos membros da sociedade (PAULO NETTO, 1999, p. 3).

Importante ressaltar que, quando falamos de liberdades políticas fundamentais, estamos nos referindo a uma concepção de Estado Democrático de Direito limitado, muito aquém dos reais interesses e necessidades da classe trabalhadora. Estamos nos referindo à conquista de direitos que são sim necessários, entretanto, construídos dentro da lógica burguesa, e que não trazem, de fato, uma perspectiva de rompimento com o sistema de exploração do capital, com a construção da emancipação política e, menos ainda, da emancipação humana.

Historicamente, quando pensamos na concepção de um projeto societário que represente os interesses da classe trabalhadora, este sempre sofre os rebatimentos da

cooptação, do abafamento político, da deslegitimação e é pressionado a se sucumbir à ordem vigente – mesmo que vivamos num contexto de “democracia”. Conforme nos alude o professor José Paulo Netto (1999, p. 3):

[...] na ordem do capital, por razões econômico-sociais e culturais, mesmo num quadro de democracia política, os projetos societários que respondem aos interesses das classes trabalhadoras e subalternas, sempre dispõem de condições menos favoráveis para enfrentar os projetos das classes proprietárias e politicamente dominantes.

Entendendo as correlações de forças, bem como as contradições presentes nos diversos projetos societários e que, num todo, as demandas da classe trabalhadora tendem a ser silenciadas, se faz *mister* o fortalecimento de projetos coletivos que se coloquem na contramão do sistema do capital. Nesta direção, pensar no PEP enquanto um projeto profissional hegemônico do Serviço Social, que se vincula à construção de uma sociedade anticapitalista, é imprescindível.

Os projetos profissionais, também são projetos coletivos e, não obstante, se articulam e propõem a construção e/ou fortalecimento de um determinado projeto de sociedade. Tais projetos se circunscrevem no âmbito de uma dada profissão, elucidando suas características e valores. Assim,

[...] delimitam e priorizam seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, práticos e institucionais) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as bases de suas relações com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais privadas e públicas [...] (PAULO NETTO, 1999, p. 4).

Infere-se, pois, que estes projetos espelham a atuação e a perspectiva teórica, ética, ideológica e política de determinada profissão, não se tratando, também, de um espaço isento de disputas e contradições, haja vista que, conforme afirma Paulo Netto (1999, p. 5), “todo corpo profissional é um campo de tensões e de lutas. A afirmação e consolidação de um projeto profissional em seu próprio interior não suprime as divergências e contradições.”

Pensando no PEP enquanto um projeto hegemônico e não homogêneo, significa dizer que há outros projetos profissionais que disputam hegemonia no âmago do Serviço Social. Sendo assim, se faz necessário que o coletivo de profissionais que acreditam neste projeto

hegemônico, atrelado à outra sociabilidade – livre de exploração, desigualdade, dominação, opressão e injustiça social – possam construir as mediações necessárias para o seu fortalecimento, uma vez que têm-se muito bem delimitado seu direcionamento:

A dimensão política do projeto é claramente anunciada: ele se posiciona a favor da equidade e da justiça social, na perspectiva da universalização do acesso a bens e a serviços relativos às políticas e programas sociais; a ampliação e consolidação da cidadania são explicitamente postas como garantia dos direitos civis, políticos e sociais das classes trabalhadoras. Correspondentemente, o projeto se declara radicalmente democrático – considera a democratização como socialização da participação política e socialização da riqueza socialmente produzida (PAULO NETTO, 1999, p. 16).

Tal projeto se configura como um horizonte estratégico a ser alcançado, ou seja, traz, sobretudo, uma perspectiva de projeto societário a ser construído. Destarte, os projetos profissionais não podem ser concebidos descolados de uma perspectiva macrosocietária, haja vista que os interesses que permeiam tais projetos também trazem um posicionamento iminente político: ou em defesa dos direitos dos/as trabalhadores/as, galgando para a transformação radical desta sociabilidade ou, antagonicamente, em defesa da manutenção da ordem do capital e todas as suas consequências nefastas à classe trabalhadora.

Também, na mesma proporção, não podem ser concebidos como algo pré-estabelecido, determinado e acabado, pois:

Os projetos profissionais também são *estruturas dinâmicas*, respondendo às alterações no sistema de necessidades sociais sobre o qual a profissão opera, às transformações econômicas, históricas e culturais, ao desenvolvimento teórico e prático da própria profissão e, ademais, às mudanças na composição social do corpo profissional. Por tudo isto, os projetos profissionais igualmente se renovam, se modificam (PAULO NETTO, 1999, p. 5).

De acordo com Braz (2008), a materialidade do PEP se viabiliza em três elementos constitutivos e essenciais, à saber: I – dimensão da produção científica da categoria: diz respeito a toda produção de conhecimento e sistematização das ações profissionais, seja na academia ou em outros espaços sócio-ocupacionais; II – dimensão político-organizativa: refere-se à militância e todos os espaços deliberativos e de representações na categoria, seja no conjunto CFESS/CRESS, na ABEPSS ou na ENESSO; III – dimensão jurídico-política: entendida como o conjunto de leis, resoluções, documentos e textos políticos que balizam a

atuação profissional como, por exemplo: Código de Ética Profissional (1993), Lei de Regulamentação da profissão 8.662/1993, Diretrizes Curriculares de 1996, Constituição Federal de 1988, Resoluções do Conjunto CFESS/CRESS, dentre outros.

Essas dimensões articuladas entre elas compõem o corpo material do projeto ético político profissional que, como foi dito, deve ser compreendido como uma construção coletiva que, como tal, tem uma determinada direção social que envolve, valores, compromissos sociais e princípios que estão em permanente discussão exatamente porque participante que é do movimento vivo e contraditório das classes na sociedade (BRAZ, 2008, p.7).

A dimensão político-organizativa da categoria é imprescindível no processo de formação dos/das Assistentes Sociais brasileiros/as, pois fortalece as dimensões essenciais da profissão e contribui para a construção/fortalecimento do Projeto Ético-Político. Conforme Duriguetto (2014, p.183) “as perspectivas do fortalecimento da relação do Serviço Social brasileiro nas ações de mobilização e organização popular estão imbricadas com o constructo do projeto ético-político profissional”.

Para que um projeto profissional se afirme na sociedade e ganhe solidez, é imprescindível que se tenha uma base profissional fortemente organizada. Tal organização política se dará somente a partir da articulação das entidades da categoria na construção de espaços coletivos que vislumbrem o fortalecimento dos princípios éticos e políticos do projeto profissional, gestados no bojo da profissão nas últimas décadas.

É através dos fóruns consultivos e deliberativos destas entidades representativas que são tecidos os traços gerais do projeto, quando são reafirmados (ou não) determinados compromissos e princípios. Assim, subentende-se que o projeto ético-político (como uma projeção) pressupõe, em si mesmo, um espaço democrático, aberto, em construção e em permanente tensão e conflito (BRAZ, 2008, p.6).

Nesta direção, é verdadeiro dizer que a participação em espaços de construções coletivas que contribuam para o delineamento e robustecimento da dimensão político-organizativa, na qual o Movimento Estudantil de Serviço Social/MESS se insere, contribui de forma incontestável para o fortalecimento da organização política da categoria profissional e, não obstante, do Projeto Ético-Político.

Sendo assim, o contato do/a estudante com o MESS durante seu processo formativo é fundamental e se configura como uma possibilidade de fortalecer tal dimensão durante a graduação, o PEP e, por conseguinte, as lutas sociais, pois na medida em que se fortalece tal dimensão, fortalece-se, concomitantemente, outras diversas lutas sociais que caminham rumo à construção de uma sociabilidade anticapitalista.

Neste entorno é que o projeto de formação profissional hegemônico ganha concretude, sendo delineado nas Diretrizes Curriculares/DCs da ABEPSS de 1996, a partir de amplo debate da categoria profissional¹⁷, calcada na perspectiva crítica dialética, no entendimento de que a formação de um novo *ethos* profissional do/a assistente social, poderá alavancar a profissão no compromisso com a classe trabalhadora rumo à outra sociabilidade, numa visão de formação profissional para além de mercado, mas para a vida social.

As DCs se configuram enquanto outro paradigma de valores éticos e políticos para a formação profissional em Serviço Social, haja vista que “expressa uma concepção de ensino e aprendizagem calcada na dinâmica da vida social, o que estabelece os parâmetros para inserção profissional na realidade sócio-institucional” (ABEPSS, 1996, p. 7). Deste modo, este documento construído coletivamente por toda categoria profissional se constitui, indubitavelmente, como um marco histórico do Serviço Social Brasileiro, no que concerne à proposta de formação profissional em consonância com o PEP.

Faz-se necessário dizer que, anteriormente às DCs de 1996, tínhamos enquanto proposta para a formação de Assistentes Sociais no Brasil, o Currículo Mínimo de 1982, o qual também fora construído coletivamente pela categoria profissional e, apesar de conter equívocos teóricos e aspectos ainda muito sutis da perspectiva de formação profissional hegemônica na contemporaneidade, já representava um avanço no âmago profissional, na direção da intenção de ruptura.

O Código de Ética de 1986 e o Currículo de 1982 são influenciados pela construção teórica de Gramsci, marcados pela explicitação da direção social da formação e prática profissional e o compromisso ético-político com a classe trabalhadora. A aproximação com a produção gramsciniana representa um grande avanço na intenção de ruptura, pois possibilita à categoria reavaliar sua retirada dos espaços institucionalizados, bem como potencializa a compreensão da contradição inerente ao fazer profissional e a realidade social e propicia a apreensão da coexistência entre hegemonia e contra-

¹⁷ Importante apontar que, conforme expresso nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS, foi realizado entre 1994 e 1996, um amplo processo de debate e construção com toda a base da categoria profissional, a partir da realização de aproximadamente 200 (duzentas) oficinas locais nas 67 (sessenta e sete) Unidades de Formação Acadêmicas filiadas à ABEPSS, 25 (vinte e cinco) oficinas regionais e 2 (duas) nacionais.

hegemonia, reconhecendo a profissão como contribuinte da construção de uma nova hegemonia. (SILVA, 2016, p. 37).

Sendo assim, o Currículo Mínimo de 1982 já trazia alguns elementos na consonância com a direção social, ética, política e ideológica que o Serviço Social assume na cena contemporânea, a qual é oriunda e gestada pela categoria a partir do Movimento de Reconceituação e toma concretude, sobretudo, com a perspectiva de intenção de ruptura a partir da década de 1980.

Todavia, nesse período histórico, a profissão estava num processo muito inicial de construção e fortalecimento ético-político e galgava ainda passos maiores no sentido de se robustecer nas dimensões teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política, no compromisso e em sintonia com as lutas mais gerais da classe trabalhadora.

Nesse período histórico, a questão da capacitação ética não estava colocada. É uma demanda em potencial que só vai se desenvolver na década de 1990, no contexto de uma nova etapa de consolidação da ética profissional, marcada pela ampliação do debate e da produção teórica, bem como da capacitação ética de novos quadros profissionais, articulando a organização política à educação ética (BARROCO, 2004, p. 31 *apud* SILVA, 2016, p. 39).

Portanto, é na década de 1990 que a profissão adquire, de forma mais robustecida, condições éticas e políticas de se forjar no sentido da ampliação do debate, da produção teórica, da capacitação ética de novos profissionais, que são elementos fundamentais para a construção e organização política da categoria na defesa de um projeto de formação profissional, o qual está atrelado a um projeto de profissão e, não obstante, também a um projeto societário – conforme já mencionado aprioristicamente neste capítulo.

Assim, objetivando avançar na discussão e fortalecimento do Serviço Social Brasileiro na perspectiva de intenção de ruptura e na busca de superar os equívocos presentes no Currículo Mínimo de 1982 – tais como: a forte presença do ecletismo teórico, a fragilidade de produção do conhecimento sobre a ética – a profissão, pautada também na concepção de que a formação profissional deve ser compreendida como processo continuado que acompanhe o movimento dinâmico, contraditório e dialético da sociabilidade capitalista, iniciou o novo processo de revisão curricular, resultando nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996 (SANTOS, 2007). Nesse sentido,

As DC reafirmam uma forma particular de compromisso com a formação profissional direcionada por valores e princípios no horizonte do projeto societário de superação da ordem burguesa, assumido por setores da categoria profissional e expresso em seu Código de Ética (1993) [...] Adota o referencial marxista na formação profissional, recuperando categorias centrais da teoria marxiana como o trabalho, ontologia e classes sociais (SANTOS, 2007, p. 65).

É nesse sentido que entendemos que a nova proposta de formação profissional de Assistentes Sociais no cenário brasileiro, está vinculada a uma formação para a vida social, entendendo, numa perspectiva de totalidade, que as contradições e os determinantes postos à realidade social, são inerentes ao modo de produção do capital. Com base nessa concepção, é que o/a profissional terá condições de se inserir na realidade sócio-institucional e atuar em consonância com a direção hegemônica da profissão, ou seja, atendendo aos interesses da classe trabalhadora e não da classe dominante.

Importante aqui destacar os principais elementos constitutivos das Diretrizes Curriculares de 1996, os quais são responsáveis e materializam o que estamos chamando dos novos princípios e valores ético-políticos da formação profissional para o Serviço Social. Tais elementos foram construídos com base na dinâmica da realidade social, pois “os novos perfis assumidos pela questão social frente à reforma do Estado e às mudanças no âmbito da produção requerem novas demandas de qualificação do profissional, alteram o espaço ocupacional do assistente social, exigindo que o ensino superior estabeleça padrões de qualidade adequados” (ABEPSS, 1996, p. 4).

As DCs possuem quatro pilares, alguns constitutivos de subitens, que são os norteadores que garantem o direcionamento ético e político ao processo de formação profissional. São eles: I – Pressupostos da Formação Profissional, II – Princípios e Diretrizes da Formação Profissional, III – Nova Lógica Curricular e IV – Observações e Recomendações.

O primeiro elemento constitutivo das diretrizes para a formação em Serviço Social traz que os anos 1990 apresentaram expressivas transformações nos processos de produção e reprodução da vida social, as quais decorreram da reestruturação produtiva, da reforma do Estado, bem como das novas formas encontradas para o enfrentamento da questão social, dentre outros aspectos que também contribuíram para a alteração das demandas postas à profissão (ABEPSS, 1996).

Nesse ínterim, o trabalho profissional do/a Assistente Social também passa por transformações, uma vez que as necessidades sociais dos/as usuários/as, que chegam em forma de demandas para o/a profissional de Serviço Social, são condicionadas e determinadas pelo movimento da realidade do capital, não podendo ser concebidas fora desta relação. Assim, os pressupostos da formação profissional que balizam estas DCs são:

- 1 - O Serviço Social se particulariza nas relações sociais de produção e reprodução da vida social como uma *profissão interventiva no âmbito da questão social*, expressa pelas contradições do desenvolvimento do capitalismo monopolista.
- 2 - *A relação do Serviço Social com a questão social* - fundamento básico de sua existência - *é mediatizada por um conjunto de processos sócio-históricos e teórico-metodológicos constitutivos de seu processo de trabalho.*
- 3 - O agravamento da questão social em face das particularidades do processo de reestruturação produtiva no Brasil, nos marcos da ideologia neoliberal, determina uma inflexão no campo profissional do Serviço Social. Esta inflexão é resultante de *novas requisições* postas pelo reordenamento do capital e do trabalho, pela reforma do Estado e pelo movimento de organização das classes trabalhadoras, *com amplas repercussões no mercado profissional de trabalho.*
- 4 - *O processo de trabalho do Serviço Social é determinado pelas configurações estruturais e conjunturais da questão social e pelas formas históricas de seu enfrentamento*, permeadas pela ação dos trabalhadores, do capital e do Estado, através das políticas e lutas sociais (ABEPSS, 1996, p. 5, grifos nosso).

Nesse sentido, entendendo o significado social da profissão e que a mesma intervém no âmbito da questão social, têm-se como requisição para o Serviço Social, um/a profissional com uma formação generalista, na perspectiva de totalidade da realidade social, para que tenha condições teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa de atuar nas expressões da questão social, formulando alternativas profissionais que possibilitem a construção de mediações, com vistas ao enfrentamento das demandas apresentadas.

Tal concepção de formação profissional exige, necessariamente, abandonar as formas tradicionais e limitadas de atuação, convocando o/a Assistente Social para um olhar ampliado, ou seja, que consiga fazer leitura crítica da realidade social e suas contradições, entendendo também que sua atuação profissional é perpassada por diversas contradições, pois só assim terá possibilidades de intervir qualitativamente na vida do/a usuário/a, objetivando modificá-la e superando a perspectiva a-crítica, a-histórica e fragmentada.

Nesse intervalo cabe destacar o significado e o compromisso sócio-histórico do Serviço Social, enquanto profissão construída na perspectiva de sujeito coletivo, histórico, político e crítico, capaz de fazer parte do complexo da totalidade da construção da organização das classes subalternas [...] que cotidianamente tem seus direitos negados e buscam o Serviço Social para viabilizar o acesso à esses direitos, cabendo ao profissional compreender as demandas explícitas e as implícitas e construir uma proposta de intervenção coerente, estratégica, fundamentada e responsável ética e politicamente (SILVA, 2016, p. 17).

Acerca dos princípios e diretrizes da formação profissional, estes estabelecem, à nível nacional, uma base comum entre os cursos de graduação em Serviço Social e, a partir destas orientações gerais, as Instituições de Ensino Superior/IES, elaboram seus currículos plenos. Dentre estes princípios destacamos: flexibilidade na organização dos currículos, ou seja, autonomia e possibilidade na definição das disciplinas, bem como de outros componentes curriculares; rigoroso trato histórico e teórico-metodológico da realidade social e do Serviço Social; adoção da teoria social crítica e da perspectiva de totalidade social em suas dimensões de universalidade, particularidade e singularidade; construção das dimensões investigativa e interventiva, enquanto central para formação; indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; exercício e respeito ao pluralismo, entendendo-o enquanto elemento factual da vida social; ética enquanto princípio formativo; e indissociabilidade entre estágio e supervisão acadêmica e profissional (ABEPSS, 1996).

Assim, tais princípios consubstanciam e tonificam a proposta de formação profissional expressa nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996, na direção da construção e capacitação teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política para a:

1. Apreensão crítica do processo histórico como totalidade;
2. Investigação sobre a formação histórica e os processos sociais contemporâneos que conformam a sociedade brasileira, no sentido de apreender as particularidades da constituição e desenvolvimento do capitalismo e do Serviço Social no país;
3. Apreensão do significado social da profissão desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade;
4. Apreensão das demandas - consolidadas e emergentes - postas ao Serviço Social via mercado de trabalho, visando formular respostas profissionais que potenciem o enfrentamento da questão social, considerando as novas articulações entre público e privado;
5. Exercício profissional cumprindo as competências e atribuições previstas na Legislação Profissional em vigor (ABEPSS, 1996, p. 7).

Estes elementos expressam a maturidade e compromisso profissional, construído pela categoria nas últimas décadas, indo ao encontro do nosso projeto profissional hegemônico, o qual delinea para a construção de outra estrutura de sociabilidade, em que não haja a exploração do homem pelo homem¹⁸, dominação, opressão e quaisquer formas de injustiça social. Nesta direção, concordamos com Silva que a proposta de formação profissional expressa nas DCs da ABEPSS, implica diretamente na construção da identidade profissional dos/as Assistentes Sociais.

A consolidação desta proposta acarreta transformações na identidade e [...] implica num outro modelo de formação profissional, trazendo outras possibilidades para a atuação profissional por meio da construção de uma nova identidade profissional [...], pois considerando a identidade profissional uma construção social dinâmica, que se transforma na mesma medida em que ocorrem as transformações tanto das condições de ensino e aprendizagem, como as transformações sociais em que se dá sua construção histórica. Assim, concebemos o processo de formação como constituinte primário da construção desta identidade e suas dimensões. Podemos relacionar que a mudança no processo e nas condições da formação profissional, significa uma mudança na identidade profissional (SILVA, 2016, p. 15).

Eis, pois, a necessidade de se fortalecer a proposta de formação profissional contida nas DCs da ABEPSS de 1996, pois “esta concepção implica que o processo de trabalho do assistente social deve ser apreendido a partir de um debate teórico-metodológico que permita o repensar crítico do ideário profissional e, conseqüentemente, da inserção dos profissionais, recuperando o sujeito que trabalha enquanto indivíduo social” (ABEPSS, 1996, p. 8).

Para tanto, e já apontando aqui o terceiro pilar constitutivo das Diretrizes Curriculares, a nova lógica curricular traz que a efetivação deste projeto de formação profissional, está atrelada diretamente a um conjunto de conhecimentos indissociáveis, os quais devem ultrapassar todo o processo formativo, que se traduzem em três núcleos de fundamentação: Núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social; Núcleo de fundamentos da particularidade da formação sócio-histórica da sociedade brasileira e Núcleo de fundamentos do trabalho profissional.

De acordo com a ABEPSS (1996), o primeiro núcleo é responsável pela discussão do ser social enquanto totalidade histórica, elucidando e analisando os componentes fundamentais da vida social para, posteriormente, particularizá-los nos outros dois núcleos.

¹⁸ Entendido aqui enquanto ser social e não na concepção binária e patriarcal de gênero, disseminada e engendrada pela lógica da sociedade do capital.

Constituem-se enquanto eixos articuladores para a formação profissional, desdobrando-se em áreas de conhecimento. Assim,

[...] remetem a um conjunto de conhecimentos indissociáveis para a apreensão da gênese, das manifestações e do enfrentamento da questão social, eixo fundante da profissão e articulador dos conteúdos da formação profissional. Portanto, os Núcleos mencionados não são autônomos nem subsequentes, expressando, ao contrário, níveis diferenciados de apreensão da realidade social e profissional, subsidiando a intervenção profissional (ABEPSS, 1996, p. 9).

Tais núcleos se configuram como elementos que, necessariamente, precisam trabalhar de forma articulada durante o processo formativo, pois, assim, possibilitarão apreender a totalidade da realidade social. Logo, a formação profissional constitui-se de um conjunto de conhecimentos englobados nestes três núcleos, os quais também apresentam suas particularidades, e são essenciais para a formação de Assistentes Sociais na perspectiva da intenção de ruptura.

[...] destacamos a centralidade do processo de formação na construção da leitura crítica da realidade social, necessária à atuação profissional, pois, é no processo de formação que se constitui o encontro da(o) estudante com os núcleos de fundamentos teórico-metodológicos da vida social, da particularidade da formação sócio-histórica da sociedade brasileira e do trabalho profissional. Este é o espaço primeiro em que se discute e se compreende todo o trajeto sócio-histórico e político da atuação da profissão na sociedade, suas transformações, perspectivas teórico-metodológica, ético-política, técnico-operativa, bem como suas relações com a estrutura social, realidade e o modo de desenvolvimento do capitalismo nas particularidades brasileiras. Essas compreensões constituem o arsenal de elementos que dão subsídios para uma prática coerente, reflexiva e comprometida com a transformação societária conforme projeto de profissão, delineado pela categoria na década de 1980/1990 (SILVA, 2016, p. 12).

Deste modo, esta nova lógica curricular se constitui enquanto síntese do processo de construção da categoria profissional e possibilita robustecer a formação de profissionais Assistentes Sociais, na coerência com a direção social, ética e política do projeto profissional hegemônico. Por isso, a luta pela efetivação da formação profissional tal como preconiza as Diretrizes Curriculares de 1996 é, sobretudo, a luta pela manutenção do direcionamento da profissão, atrelada aos anseios dos/as trabalhadores/as.

Este terceiro pilar constitutivo das DCs também aponta as matérias básicas necessárias para a formação nesta perspectiva. Elas se configuram como expressões das áreas de conhecimentos, sistematizadas a partir dos núcleos de fundamentação, e podem se estender em disciplinas, seminários temáticos, oficinas/laboratórios, atividades complementares, bem como outros componentes curriculares (ABEPSS, 1996).

Ademais, apresenta as atividades integradoras e indispensáveis para a formação profissional, a saber: Estágio Supervisionado e o Trabalho de Conclusão de Curso. O Estágio se constitui enquanto atividade curricular obrigatória, a qual se dá a partir da inserção do/a estudante no espaço sócio-institucional, com vistas a capacitá-lo/a para o exercício profissional, a partir da construção de conhecimentos profissionais no campo de estágio. A supervisão é feita pelo/a supervisor/a de campo e também pelo/a acadêmico/a.

O estágio supervisionado em Serviço Social se configura como atividade de inserção do estudante nos espaços sócio-ocupacionais do/a Assistente Social, com o fito de conhecer a dinâmica cotidiana do trabalho profissional. É o momento de aproximação com a realidade deste cotidiano, identificar as demandas postas e tecer reflexões acerca das expressões da questão social que perpassam o campo de estágio.

O estágio supervisionado no curso de Serviço Social apresenta como uma de suas premissas oportunizar ao(a) estudante o estabelecimento de relações mediatas entre os conhecimentos teórico-metodológicos e o trabalho profissional, a capacitação técnico-operativa e o desenvolvimento de competências necessárias ao exercício da profissão, bem como o reconhecimento do compromisso da ação profissional com as classes trabalhadoras, neste contexto político-econômico-cultural sob hegemonia do capital (POLÍTICA NACIONAL DE ESTÁGIO – PNE, 2010, p.14).

A realização do estágio, pautada na perspectiva da Política Nacional de Estágio/PNE da ABEPSS significa, sobretudo, a defesa do Projeto Ético-Político do Serviço Social, bem como uma resistência às investidas do capital, visto que, o ideário neoliberal cada vez mais tende a precarizar, mercantilizar e flexibilizar a educação e, por conseguinte, causa rebatimentos no processo de formação profissional em Serviço Social.

No contexto de precarização e desregulamentação do trabalho e redução dos direitos, é importante destacar que a discussão do estágio supervisionado se coloca, ainda, como estratégica na defesa do projeto de formação profissional em consonância com o projeto ético-político do Serviço Social (PNE, 2010, p. 8).

Assim, o fortalecimento da atual perspectiva de estágio supervisionado a partir da PNE, também se configura enquanto uma defesa do projeto de formação profissional hegemônico da categoria, pois é resultado de uma construção coletiva na perspectiva de qualificação da formação e exercício profissional.

O Trabalho de Conclusão de Curso se constitui enquanto uma exigência para obtenção do diploma do curso de graduação em Serviço Social. Este deve expressar a síntese de todo processo formativo do/a estudante, pois “é o trabalho no qual o aluno sistematiza o conhecimento resultante de um processo investigativo, originário de uma indagação teórica, preferencialmente gerada a partir da prática do estágio no decorrer do curso” (ABEPSS, 1996, p. 19). Esta sistematização, enquanto uma monografia científica elaborada pelo/a estudante sob orientação de um/a professor/a e avaliada pela banca examinadora, deve expressar os conhecimentos construídos ao longo do curso acerca das dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa.

O quarto e último elemento norteador das Diretrizes Curriculares são as observações e recomendações, que aludem sobre os seguintes aspectos: carga horária mínima de duração para o curso de graduação em Serviço Social (3.000 horas com duração de 04 anos); tempo mínimo de duração do curso (08 semestres), sendo o tempo máximo de integralização de até 50% sobre a duração do mesmo em cada IES; autonomia das instituições sobre a indicação de mecanismos de aproveitamento ou reconhecimento de estudos realizados em cursos pelo/a estudante, seja no âmbito da graduação ou da pós-graduação; garantia maior de carga horária para as disciplinas específicas de Serviço Social; necessidade do mesmo padrão de qualidade para cursos diurnos e noturnos; destinação nos currículos plenos de parte da carga horária total para atividades complementares; orientação acerca da carga horária do estágio supervisionado, a qual deve ter, no mínimo, 15% da carga horária mínima do curso, ou seja 450 horas, considerando as 3.000 horas para integralização do curso; e, por fim, traz que estas diretrizes curriculares deverão ser implementadas após a aprovação do MEC e o prazo máximo para conclusão da implantação deve ser de dois anos (ABEPSS, 1996).

Conforme estes principais aspectos aqui apresentados, os quais norteiam a implantação das Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996, entendemos que a proposta de formação profissional, expressa neste documento, representa uma perspectiva inovadora e em sintonia com a direção social da profissão, na intenção de ruptura, a qual requer uma formação para a vida social e que supere a fragmentação do processo de ensino-

aprendizagem, permitindo uma intensa convivência acadêmica entre docentes, discentes e sociedade (ABEPSS, 1996).

Portanto, as reflexões ora tecidas são no sentido de ratificar a necessidade do fortalecimento das DCs enquanto balizador para a formação profissional em Serviço Social na contemporaneidade, entendendo que se faz *mister* o compromisso com a vigia do processo de formação, sobretudo em tempos atuais de precarização, sucateamento e mercantilização da Educação Superior, tendo em vista que:

A formação profissional do assistente social e sua orientação proposta nas Diretrizes Curriculares, passaram a ser implementadas em um contexto adverso, marcado pelos desdobramentos da contra-reforma do Estado e seus rebatimentos no ensino superior no Brasil. Este processo imprimiu desde o final da década de 1990, uma lógica que estimula a precarização do ensino superior público, com forte orientação mercantil, traços da política nacional de educação superior que subordina a educação à acumulação do capital (ABEPSS e CFESS, 2011 *apud* ABEPSS, 2012).

Como evidências deste processo de mercantilização do ensino, temos a Lei de Diretrizes e Bases da Educação/LDB, de 20 de Novembro de 1996, a qual traz, em seu título III sobre o Direito à Educação e do Dever de Educar, no Art. 7 que “O ensino é livre à iniciativa privada” e, mais especificamente no capítulo IV que trata da Educação Superior, têm-se mais elementos que ratificam essa proposta de educação enquanto mercadoria como o Art. 45, por exemplo, alude que instituições privadas podem oferecer Ensino Superior. Este fato contraria, inclusive, o Art. 205 da Constituição Federal de 1988 que diz que a Educação é direito de todos/as e dever do Estado, logo temos que a Educação é direito social.

Além disso, a LDB permite a oferta de Educação na modalidade à Distância/EAD, o que significa a intensificação do processo de precarização da Educação Superior no Brasil. Tais elementos causam rebatimentos nefastos à proposta de formação profissional contida nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS. Assim,

Como resultado da precarização do ensino superior, no Serviço Social têm-se ampliação das instituições de formação privadas, a criação dos cursos EAD, ampliação do número de assistentes sociais formados por currículos flexibilizados, a dificuldade de efetivar o tripé: ensino-pesquisa e extensão. (ABEPSS, 2012).

Este contexto de desmonte, mercantilização e sucateamento da educação, apresenta sérios prejuízos à categoria profissional, pois tal estrutura de ensino atende aos interesses do capital no sentido de formação de profissionais meramente técnicos/as e executores/as das políticas públicas para o mercado. Ademais, “esta expansão desordenada e sem critérios, traz grandes desafios para o projeto de formação profissional e para implementação das Diretrizes Curriculares, para o exercício profissional e para as relações de trabalho e condições salariais” (Manifesto CFESS, ABEPSS e ENESSO, 2011).

Outro aspecto que se coloca enquanto grande complicador para a implementação e fortalecimento da formação profissional orientada pelas DCs de 1996, são as Diretrizes aprovadas pelo Ministério da Educação/MEC. Estas representam um retrocesso à proposta de formação generalista, crítica, para vida social, com ênfase na perspectiva de totalidade para análise da realidade social, tal como orienta as Diretrizes da ABEPSS. Nesse sentido, Iamamoto aponta que as Diretrizes Curriculares homologadas pelo MEC:

[...] sofre forte descaracterização no que se refere à direção social da formação profissional, aos conhecimentos e habilidades considerados essenciais ao desempenho do assistente social. Assim, por exemplo, no perfil do bacharel em Serviço Social constava “profissional comprometido com os valores e princípios norteadores do Código de Ética do Assistente Social”, o que foi retirado e substituído por “utilização dos recursos da informática.” Na definição das *competências e habilidades*, é suprimido do texto legal o direcionamento teórico-metodológico e histórico para a análise da sociedade brasileira [...] Também os *tópicos de estudos* foram totalmente banidos do texto oficial em todas as especialidades [...] Este corte significa, na prática, a dificuldade de garantir um conteúdo básico comum à formação profissional no país. O conteúdo da formação passa a ser submetido à livre-iniciativa das unidades de ensino condizentes com os ditames do mercado [...] (IAMAMOTO, 2014, p. 617, grifos da autora).

Assim, as alterações nas Diretrizes Curriculares realizadas pelo MEC, obstaculizam a concepção de formação profissional defendida hegemonicamente pela categoria de Serviço Social, se configurando enquanto uma afronta ética e política à todo legado que a profissão construiu nas últimas décadas, na perspectiva de uma formação que, de fato, possibilite uma atuação profissional de qualidade, no sentido de atender às reais necessidades dos/as usuários/as do serviço.

Por isso, essa realidade nos coloca a preocupação com o processo de formação profissional, o qual deve compreender a atuação para além da operacionalização das políticas públicas, justamente por se tratar de uma profissão que compreende a sociedade de classes, os

limites destas políticas dentro desta estrutura de sociedade e também por compreender a ação transformadora dos seres humanos na produção e superação da ordem do capital (SILVA, 2016).

Nesse ínterim, são muitos os desafios e limites postos, assim, defender a proposta de formação profissional expressa pelas Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996, significa nos colocarmos no contrafluxo do capital. Portanto, o atual cenário nos exige formular estratégias e nos fortalecer coletivamente, no sentido de robustecer o projeto de formação profissional hegemônico.

A necessidade de retomada da discussão das Diretrizes Curriculares, vem sendo demandada nos encontros da categoria, no sentido de enfrentar o aligeiramento da formação e o avanço das forças neoconservadoras que atravessam o Serviço Social, reduzindo à formação um conjunto de repasses de conteúdos e procedimentos de intervenção numa direção tecnicista e meramente funcional aos interesses do mercado (ABEPSS, 2012).

Destarte, as entidades da categoria historicamente têm construído espaços coletivos de discussões e construções que convergem com a direção social da profissão e contribuem para o fortalecimento do projeto de formação hegemônico e, por conseguinte, do Projeto Ético-Político profissional. Tais espaços expressam e tonificam a construção coletiva da categoria em torno da proposta de formação em Serviço Social, a qual norteia-se:

[...] pela defesa da universidade pública, gratuita e de qualidade, direcionada aos interesses da coletividade e enraizada na realidade regional e nacional; a universidade que cultiva a razão crítica e o compromisso com os valores universais, coerente com sua função pública, não limitada e submetida a interesses particulares exclusivos de determinadas classes ou frações de classes; uma instituição a serviço da coletividade, que incorpore os dilemas regionais e nacionais como matéria da vida acadêmica, participando da construção de respostas aos mesmos no âmbito de suas atribuições (IAMAMOTO, 2014, p. 625).

É baseado nessa defesa também que o MESS tem construído sua base de legitimação no âmago profissional, pois, historicamente, protagonizou ações que evidenciam o compromisso com o debate de formação profissional, alinhada à defesa da classe trabalhadora e na luta pela transformação da atual sociabilidade do capital.

Há longas datas esta pauta tem ganhado concretude e sido foco de discussão nos fóruns do Movimento Estudantil de Serviço Social, pois conforme apontado pela ENESSO (2005 *apud* Santos, 2007) a formação profissional sempre esteve presente nas pautas dos nossos fóruns, e pode ser vista como ponto estratégico de discussão nos espaços.

O projeto profissional afirma a defesa das diretrizes curriculares para o curso de Serviço Social, propostas pelo conjunto das unidades de ensino articuladas pela ABEPSS e a qualificação necessária à sua implementação, de modo a consonância do ensino universitário com o projeto profissional construído ao longo das últimas décadas. Implica reafirmar, ainda, o respeito à autonomia e a presença política do movimento estudantil no Serviço Social, um dos espaços em que esse projeto é vitalizado (IAMAMOTO, 2014, p. 225 *apud* SILVA, 2016, p. 41).

Assim, o MESS tem sido fundamental para dar vitalidade ao projeto profissional, a partir da sua contribuição histórica no processo de construção e defesa da concepção de formação profissional contida nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS. Nesta direção, conforme já apresentado no item 2.2 deste trabalho, desde o I Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social, ocorrido em 1978, os/as estudantes de Serviço Social já evidenciavam a preocupação com a discussão de formação profissional, a partir da formulação de uma comissão para aprofundar o debate acerca do Currículo Mínimo, o que significa, indubitavelmente, um diferencial na contribuição do segmento estudantil nesta discussão.

Frente ao atual contexto avassalador de desmonte, retrocesso, precarização, mercantilização de direitos e, dentre eles a educação, é imprescindível que as entidades da categoria se fortaleçam na direção de uma ação política e coletiva, tonificando a articulação entre elas para a luta em prol de uma educação pública, gratuita, laica, de qualidade e socialmente referenciada.

Dessa forma, o projeto de formação profissional deve ser objeto de permanente preocupação e aprofundamento pelos sujeitos coletivos e entidades da categoria – ABEPSS, CFESS/CRESS e ENESSO, articulando com as lutas históricas por um ensino público, gratuito, laico, de qualidade, presencial e de fato para todos (SANTOS, 2007, p. 70).

No próximo tópico trataremos acerca da importância da articulação das entidades da categoria na defesa do projeto de formação profissional, elucidando que tal articulação se

constitui um legado histórico que deve ser robustecido em tempos de tamanhos retrocessos à opção neoconservadora, avanço exarcebado do sucateamento e privatização da educação. Tal cenário nos convoca ao fortalecimento político-organizativo da categoria no compromisso com o PEP, na perspectiva da nova configuração para a formação profissional.

3.2 ENTIDADES REPRESENTATIVAS DA CATEGORIA NA DEFESA DO PROJETO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL HEGEMÔNICO

O Serviço Social brasileiro se organiza, enquanto categoria profissional, através da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social/ABEPSS, Conselho Federal e Conselhos Regionais de Serviço Social, denominados como conjunto CFESS/CRESS e a Executiva de Estudantes de Serviço Social/ENESSO. Não se pode falar em categoria profissional excluindo uma destas entidades, pois é esta articulação entre as três que se constitui enquanto sustentáculo ético-político e ideológico, construído coletiva e historicamente, no âmago profissional.

A unidade entre as entidades possibilita a manutenção e fortalecimento da direção social e política da profissão no Brasil. Como sustenta Ramos (2011, p. 114):

Tais entidades materializam uma ação política que é um dos fatores que garantem a possibilidade de manutenção da direção social deste projeto coletivo que se vincula a um projeto societário comprometido com o fim da exploração/dominação dos seres humanos, ou seja, com a emancipação humana.

Nesta linha de argumentação, a articulação entre ABEPSS, CFESS/CRESS e ENESSO, representa um legado histórico da profissão no cenário brasileiro, o qual necessita ser cotidianamente preservado e fortalecido. Também se configura enquanto um patrimônio político que contribui, inclusive, para uma cultura política democrática no seio profissional.

A articulação entre essas entidades e o nível de organização dos segmentos profissional e estudantil é referendada como um patrimônio político, historicamente conquistado na profissão e que contribui efetivamente para a construção de uma cultura política democrática no âmbito do Serviço Social (RAMOS, 2011, p. 114).

Assim, se faz fundamental que, cada vez mais, se desenvolva ações coletivas entre as entidades com vistas a fortalecer esta unidade. A esse respeito, vale ressaltar a construção do Plano Nacional de Lutas em Defesa da Formação e do Trabalho Profissional, o qual fora construído em 2008 pelas três entidades, com vistas a gestar uma grande mobilização em âmbito nacional do Serviço Social, no que concerne à qualificação do trabalho e da formação profissional (RAMOS, 2011).

Nas últimas décadas, essa relação de construção coletiva e unidade entre as entidades, expressou-se em diversos momentos como, por exemplo, nos processos de mobilização e construção de espaços a nível nacional para discussão e elaboração do Código de Ética profissional de 1993, das Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996. Outro elemento que se configura enquanto uma das principais expressões desta articulação é a organização conjunta de eventos, dentre os quais, destacam-se os Congressos Brasileiros de Assistentes Sociais/CBAS.

Além do mais, há longas datas, as entidades vêm encampando diversas lutas coletivas o que, fundamentalmente, contribui e enriquece a perspectiva da unidade entre formação e exercício profissional, cujas ações pautam-se na defesa de uma educação pública, gratuita, laica, de qualidade, socialmente referenciada, bem como na defesa de condições dignas para um trabalho profissional de qualidade.

Neste sentido, o CFESS, a Abepss e a Enesso têm se articulado em favor da defesa: das diretrizes curriculares; da qualidade dos cursos de graduação e pós-graduação; da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; da articulação entre formação e exercício profissional do(a) assistente social; enfim, da defesa do projeto de formação construído coletivamente pela categoria profissional, que teve como marco o Currículo Mínimo de 1982. Por outro lado, as entidades têm se posicionado contrárias a várias questões, tais como: exame nacional de cursos (provão); mestrados profissionalizantes; cursos sequenciais e a graduação a distância em Serviço Social (RAMOS, 2011, p. 116).

O conjunto ABEPSS, CFESS/CRESS e ENESSO, confere uma relação eminentemente política, ou seja, não está isenta de embates e contradições e, dependendo da perspectiva ideopolítica de quem estiver a frente das entidades, as disputas e os conflitos poderão surgir. Assim, concordamos com Ramos que:

Os conflitos também podem aparecer em alguns momentos na relação entre as entidades, pois comparecem, neste processo, diferentes forças políticas nas direções das entidades e, por vezes, surgem divergências e dificuldades nas articulações entre as entidades nacionais. A relação entre as entidades não está isenta de tensões e conflitos (RAMOS, 2011, p. 120).

São os/as militantes das entidades que garantirão (ou não) a unidade política entre a ABEPSS, o conjunto CFESS/CRESS e a ENESSO sendo, portanto, imprescindível que estes/as saibam reconhecer as contradições e as diferentes perspectivas nesta relação sem, contudo, perder de vista a direção social da profissão.

Nesse sentido, se faz *mister* salientar o significado histórico e o legado que essa relação/articulação representa, principalmente em tempos de acirramento do conservadorismo e da fragmentação das lutas sociais, o que tende ao distanciamento do horizonte estratégico delineado pelo Serviço Social nas últimas décadas.

Portanto, retomar os elementos históricos constitutivos desta articulação, ressaltando a tarefa política de cada entidade, bem como sua organização, no âmago da categoria profissional, é fundamental para se traçar estratégias com vistas a garantir e fortalecer a manutenção deste legado.

ABEPSS é responsável por coordenar o debate sobre a formação profissional, com base nas Diretrizes Curriculares de 1996, trazendo a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, bem como a articulação entre graduação e pós-graduação. O Art. 2º do Estatuto da ABEPSS (2008) traz que a entidade tem como finalidade:

- I – propor e coordenar a política de formação profissional na área de Serviço Social que associe organicamente ensino, pesquisa e extensão e articule a graduação com a pós-graduação;
- II – fortalecer a concepção de formação profissional como um processo que compreende a relação entre graduação, pós-graduação, educação permanente, exercício profissional e organização política dos assistentes sociais;
- III – contribuir para definição e redefinição da formação do assistente social na perspectiva do projeto ético-político profissional do Serviço Social na direção das lutas e conquistas emancipatórias; [...]
- XV – fortalecer a concepção de ensino de graduação presencial, denso, crítico, laico e numa perspectiva de totalidade (ABEPSS, 2008).

Assim, os princípios, bem como as lutas da entidade, se pautam na defesa de uma universidade pública, gratuita, laica, democrática, presencial, de qualidade e socialmente

referenciada. E, para tanto, historicamente tem se articulado com as demais entidades da categoria e construído, coletivamente, uma plataforma de lutas de maneira a fortalecer a profissão no cenário brasileiro e seu projeto profissional hegemônico, voltado para práticas emancipatórias e libertárias.

Nesta linha de argumentação, a plataforma de chapa da atual gestão (2015/2016) “Ousadia e Sonhos em Tempos de Resistência” aponta que:

[...] é de fundamental importância reforçar a necessária articulação com as entidades da categoria, conjunto CFESS/CRESS e ENESSO, para avançar na luta e resistência contra a precarização da formação e do trabalho profissional, bem como no enfrentamento do aligeiramento do ensino, do produtivismo na universidade e do individualismo no âmbito da graduação e da pós-graduação. É preciso vislumbrar estratégias políticas coletivas que permitam o enfrentamento desta realidade a partir de mecanismos que compreendam o ensino, a pesquisa e a extensão na sua indissociabilidade e na garantia de uma educação de qualidade, fortalecendo as UFAs e seus programas de graduação e pós-graduação (ABEPSS, 2015).

No que concerne à composição da entidade, exatamente pelo fato de que ela tem como basilar a discussão da formação profissional em Serviço Social, ela congrega em sua direção os três segmentos envolvidos nesse processo: docentes, discentes e supervisores/as de estágio.

De acordo com o estatuto da ABEPSS, ela possui sua executiva nacional, cuja composição é: um/a presidente; um/a secretário/a; um/a tesoureiro/a; um/a coordenador/a nacional de graduação; um/a representante discente nacional de graduação; um/a discente suplente de graduação; um/a coordenador/a nacional de pós-graduação; um/a representante discente nacional de pós-graduação; um/a discente suplente de pós-graduação; um/a coordenador/a de relações internacionais; seis vices-presidentes (um/a referente à cada regional) e dois/duas docentes suplentes da diretoria nacional.

A despeito das representações estudantis no âmbito da ABEPSS, estas se configuram de modo diferente das representações no âmbito da ENESSO. Os/as representantes discentes nacionais de graduação são indicados/as no ENESS e os/as regionais são indicados/as no Seminário Regional de Formação Profissional e Movimento Estudantil de Serviço Social/SRFPMESS para concorrerem à chapa da ABEPSS.

Entretanto, é na interlocução e articulação política que estes/as serão (ou não) legitimados/as, enquanto membros/as da gestão, na Assembleia Geral da ABEPSS que ocorre sempre ao final de cada Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço

Social/ENPESS, conforme prevê o estatuto da entidade. As gestões da ABEPSS, diferentemente das gestões da ENESSO, possuem duração de dois anos.

A ABEPSS se divide por regiões, sendo configurada da seguinte maneira: Região Centro Oeste – Distrito Federal, Goiás e Mato Grosso; Região Leste – Espírito Santo, Minas Gerais e Rio de Janeiro; Região Nordeste – Alagoas, Bahia, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Sergipe; Região Norte – Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Pará, Piauí, Rondônia, Roraima e Tocantins; Região Sul I – Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina; Região Sul II – São Paulo e Mato Grosso do Sul.

E a gestão de cada regional é composta por: um/a vice-presidente; um/a coordenador/a regional de graduação; um/a representante discente regional de graduação; um/a discente suplente de graduação; um/a coordenador/a regional de pós-graduação; um/a representante discente regional de pós-graduação; um/a discente suplente de pós-graduação; um/a representante de supervisores de campo de estágio e um/a docente suplente da diretoria regional. Assim compõe a estrutura da entidade, de modo geral, quatorze representações estudantis, sendo duas na direção nacional e duas em cada regional.

O conjunto CFESS/CRESS tem como responsabilidade a orientação, fiscalização, normatização, disciplinamento e acompanhamento do exercício profissional e vem, há longas datas, contribuindo com a materialização de ações políticas, na convergência com a direção social da profissão, a qual está atrelada às lutas mais gerais da classe trabalhadora.

Esta direção do conjunto “[...] aponta para o compromisso com o fortalecimento do projeto ético-político profissional, expresso nos valores e princípios estabelecidos no Código de Ética dos/as Assistentes Sociais, por meio da articulação com os movimentos sociais e com as entidades representativas da categoria: ABEPSS e ENESSO” (CFESS, 2011).

Conforme divulgado pelo CFESS ([200-]),

O Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) é uma autarquia pública federal que tem a atribuição de orientar, disciplinar, normatizar, fiscalizar e defender o exercício profissional do/a assistente social no Brasil, em conjunto com os Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS). Para além de suas atribuições, contidas na Lei 8.662/1993, a entidade vem promovendo, nos últimos 30 anos ações, políticas para a construção de um projeto de sociedade radicalmente democrático, anticapitalista e em defesa dos interesses da classe trabalhadora.

O conjunto CFESS/CRESS constrói diversos documentos que expressam seu posicionamento, nesta coerência ética e política, na mesma trincheira das lutas da classe

trabalhadora. Dentre eles destacamos os diversos CFESS Manifesta, que são documentos que evidenciam as lutas do conjunto no que tange várias temáticas como, por exemplo: à favor de um projeto de educação que contemple os/as trabalhadores, contra a exploração exarcebada do meio ambiente pelas grandes empresas, a favor da democratização dos meios de comunicação, contra as diversas formas de opressões, dentre outros.

Sendo assim, “[...] o conjunto CFESS-CRESS pauta-se na análise crítica da realidade, que alicerça o debate, e por ações estratégicas em torno da valorização da ética, da defesa dos direitos e do enfrentamento à desigualdade, na perspectiva da emancipação humana” (CFESS, 2011).

As ações do conjunto CFESS/CRESS, pensando sua função de fiscalização do exercício e trabalho profissional, são pautadas pela Política Nacional de Fiscalização/PNF, a qual se constitui enquanto elemento basilar para as ações do conjunto no que tange às questões correlatas à fiscalização.

Norteados pela Política Nacional de Fiscalização (PNF), o CFESS, os CRESS e Seccionais estruturam suas ações em duas grandes frentes: a primeira segue a trilha da defesa, da qualificação e da valorização profissional, e a segunda caminha na trincheira da classe trabalhadora na luta pela ampliação, socialização e universalização dos direitos e das políticas públicas. Organizadas em comissões de trabalho constituídas pelos/as conselheiros/os, são frentes de atuação que articulam e desenvolvem atividades pautadas por princípios e valores ético-políticos (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL – CFESS, 2011).

A perspectiva de atuação do conjunto CFESS/CRESS, sendo uma frente voltada para questões inerentes ao trabalho profissional e outra para fins de construção de ações políticas na consonância com as pautas da classe trabalhadora, ratifica o compromisso da categoria profissional no fortalecimento de ações com vistas a possibilitar a concretização do projeto profissional hegemônico e, não obstante, construir as mediações para construção de um projeto societário anticapitalista.

A ENESSO tem como responsabilidade a mobilização e organização política dos/as estudantes no âmbito do MESS. Atualmente se organiza e se representa pela Coordenação Nacional/CN, responsável por executar as estratégias e táticas deliberadas nos encontros nacionais, bem como pelas suas Coordenações Regionais/CRs. Estas se dividem estrategicamente em sete regiões, devido à abrangência territorial do país, e são responsáveis por articular a base estudantil nos espaços de militância e executar tarefas políticas no

âmbito concernente à sua região, de acordo com as deliberações dos encontros nacionais, regionais e locais.

Além destas representações, também há os/as Secretários/as de Escola, que são responsáveis por fazer a interlocução com as bandeiras de lutas da entidade, seus posicionamentos políticos, bem como articular ações concretas em sua escola, as quais devem estar em consonância política com a ENESSO.

Devido à dimensão do território geográfico brasileiro, a executiva se divide estrategicamente em sete (07) regiões para conduzir e dar capilaridade em seu trabalho em todo o país, objetivando garantir a organização, representação e fortalecimento do MESS. A divisão nacional se configura da seguinte forma: Região I – Acre, Amapá, Amazonas, Roraima, Rondônia, Pará, Maranhão e Piauí; Região II – Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco; Região III – Alagoas, Sergipe e Bahia; Região IV: Tocantins, Goiás, Distrito Federal, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul; Região V: Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro; Região VI: Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul; Região VII: São Paulo.

Todo ano ocorre o Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social/ENESS e os Encontros Regionais/ERESS, onde são eleitas as representações estudantis a nível nacional e regional, respectivamente. A duração das gestões da ENESSO, tanto para Coordenação Nacional/CN quanto para Coordenação Regional/CR, é de um ano. Os/as Secretários/as de Escola podem ser eleitos tanto no ERESS, quanto em assembleia, em sua respectiva escola, organizada pelos Centros e/ou Diretórios Acadêmicos de Serviço Social.

De acordo com as informações do *blog* oficial da ENESSO, compõe a atual Coordenação Nacional da ENESSO (2015/2016), gestão “É tempo de dissidência. É tempo de revolução!”, nove (09) estudantes de diversas regiões do país. As coordenações regionais estão compostas da seguinte maneira: Região I – oito (08) coordenadores/as; Região II – nove (09) coordenadores/as; Região III – sete (07) coordenadores/as; Região IV – dezoito (18) coordenadores/as; Região V – nove (09) coordenadores/as; Região VI – nove (09) coordenadores/as e Região VII – doze (12) coordenadores/as.

Acerca das bandeiras de lutas da entidade, historicamente, o MESS e notadamente a ENESSO, têm protagonizado lutas coletivas na direção social, ética e política da profissão no solo brasileiro que é, indubitavelmente, na mesma trincheira de luta dos/as trabalhadores/as. Concordamos com Guimarães que:

[...] as bandeiras de luta de um movimento social são um dos aspectos que conformam o seu projeto de ação, na proporção em que direcionam e sinalizam horizontes políticos para atuação do movimento. Investigar as principais bandeiras de luta do Movimento Estudantil de Serviço Social, na contemporaneidade, é, nessa perspectiva, uma expressiva possibilidade para apreendermos o sentido e a ideologia presente em suas reivindicações, bem como fomentarmos a reflexão acerca da natureza política das mesmas (GUIMARÃES, 2013, p. 95).

Portanto, conforme abordado no item 2.2, o MESS e a ENESSO tem encampado lutas bem para além das pautas específicas dos/as estudantes. Obviamente que essas lutas “expressam a síntese das necessidades e interesses que os sujeitos que constroem o movimento estudantil objetivam alcançar, o que está diretamente relacionado com o lócus de sua atuação – a universidade – e dão sustentação prática ao movimento, alimentando sua ação política e aglutinando novos sujeitos a partir disso” (GUIMARÃES, 2013, p. 95).

Ou seja, sem dúvidas o MESS atua nas lutas concernentes aos interesses estudantis, pois é, inclusive, pautas relacionadas às necessidades de ordens objetivas dos/as estudantes que, em grande medida, estão condicionadas à permanência na universidade. Entretanto, seria um equívoco dizer que as lutas dos/as estudantes de Serviço Social e da ENESSO, se limitam a essas questões.

As lutas no âmbito do MESS e da ENESSO transcendem as pautas estritamente estudantis, os seis eixos que norteiam as discussões nos encontros (Conjuntura, Movimento Estudantil, Universidade e Educação, Formação Profissional, Cultura e Combate às opressões), os posicionamentos presentes no Caderno de Deliberações da executiva, bem como a organização da entidade expressa no estatuto da ENESSO representam, indubitavelmente, um caráter de classe, alinhado às lutas mais gerais dos/as trabalhadores/as.

Nesta linha de argumentação, o Art. 1º do Estatuto da ENESSO (2013), traz que:

A ENESSO garante sua autonomia estimulando, unificando e fortalecendo a luta de todos/as os/as estudantes numa direção classista, anticapitalista e revolucionária, por uma educação e por uma universidade pública, gratuita, presencial, laica, popular, democrática, de qualidade e com acesso universal, que garanta acessibilidade às pessoas com deficiência, conjuntamente com outros movimentos sociais alinhados por um novo projeto societário sem dominação, exploração de classe e de qualquer forma (ENESSO, 2013, p. 5).

Infere-se, pois, que as lutas travadas historicamente no âmbito do MESS, robustecidas pela ENESSO, nos permitem afirmar que este movimento não é um movimento

endógeno, mas antes, apresenta um caráter classista e revolucionário, atrelado a diversas outras lutas coletivas que possuem o horizonte estratégico de rompimento com o modo de produção operante e construção de um projeto de sociabilidade anticapitalista, isento de qualquer forma de exploração, dominação e opressão.

Assim, o CFESS Manifesta de 15 de maio de 2011, construído juntamente com a ABEPSS e a ENESSO, traz um posicionamento da gestão “ENESSO Vermelha” (2010-2011), o qual ratifica nossa afirmação quando diz que “por meio dos nossos encontros, reuniões e mobilizações, a ENESSO vem historicamente protagonizando as lutas estudantis que se somam aos interesses da classe trabalhadora e dos movimentos sociais que caminham no contrafluxo do sistema opressor e desigual que é o capitalismo.”

Ainda nesta linha de argumentação, nos amparamos em Guimarães e concordamos com os aspectos apresentados por ela quando diz que:

[...] não restam dúvidas de que a articulação do MESS com outros movimentos sociais e organizações de esquerda faz-se extremamente necessária, principalmente neste contexto de grandes ofensivas dos metabolismos do capital. [...] O conjunto de bandeiras de luta, estratégias de organização e alianças que o Movimento Estudantil de Serviço Social tem estabelecido indica a abrangência de sua atuação, ao mesmo tempo em que são reveladores de alguns desafios a serem problematizados e, principalmente, enfrentados no cotidiano da atuação do movimento (GUIMARÃES, 2013, p. 101).

Outro elemento importante que nos faz refletir sobre nossa responsabilidade ética e política de fortalecer o MESS em tempos umbrosos de retrocesso à opção neoconservadora, de criminalização dos movimentos sociais e ofensiva à organização coletiva, é que, num todo, são os quadros do MESS que poderão vir a ocupar futuramente os espaços de representação nas demais entidades da categoria, bem como em outros setores.

É interessante ressaltar que o Movimento Estudantil (ME) se estabelece como uma arena de formação política da maioria dos(as) futuros(as) dirigentes profissionais que irão atuar na Abepss e no Conjunto CFESS/Cress. Enquanto movimento social com base social transitória, o ME é um *lócus*, muitas vezes, de iniciação de parcelas da juventude na militância política, se configurando como um espaço de formação político-ideológica de militantes que, depois, irão atuar em outras esferas organizativas. O ME de Serviço Social, em particular, vem desenvolvendo esse importante canal de capacitação de militantes políticos que, ao saírem da graduação, continuam participando de outras entidades da categoria ou em outros espaços organizativos (RAMOS, 2011, p. 120).

O fortalecimento da organização política dos/as estudantes na direção social gestada no seio profissional a partir da década de 1980, implica, não obstante, o fortalecimento da categoria de modo geral, bem como, possibilita maiores possibilidades de construção de mediações com vistas à se concretizar o PEP, pois são estes sujeitos que, em grande medida, a partir de sua formação política-ideológica no âmbito do MESS, ocuparão espaços de representação em outras entidades da categoria, bem como em outros espaços político-organizativos, contribuindo com outras lutas sociais.

Em virtude do que fora exposto aprioristicamente, apesar das entidades possuírem objetivos e finalidades diferentes, elas possuem o mesmo horizonte estratégico, o qual está vinculado a um projeto de sociedade anticapitalista. Eis, portanto, a necessidade imperativa do fortalecimento desta articulação, pois, concordando com Ramos:

Essa relação da Enesso com a Abepss e o CFESS enriquece o contato do segmento estudantil com a realidade da formação e do exercício profissional, através da participação conjunta em eventos, atividades e lutas coletivas, em cujos acontecimentos pauta-se a defesa de condições dignas para a materialização de uma formação e de um trabalho com qualidade (RAMOS, 2011, p. 120).

Ademais, importa-se também refletir o MESS e sua grande responsabilidade nesse processo, conforme apresentado, haja vista que grande parte das direções da ABEPSS e do conjunto CFESS/CRESS, historicamente, são compostas por estudantes que militaram e construíram o MESS e, por conseguinte, o direcionamento das entidades, num futuro não distante, dependerão, substancialmente, dessa construção ideopolítica dos/as estudantes.

Nesta direção, no capítulo seguinte, apresentaremos a voz dos/as estudantes que estão atualmente em espaços de representação estudantil, seja no âmbito da ENESSO ou da ABEPSS, acerca do significado histórico do MESS, de sua dimensão político-organizativa, como forma de contribuição para a consolidação do Projeto Ético-Político profissional, bem como do compromisso com o fortalecimento da organização política dos/as estudantes, sobretudo, em um cenário de agudizamento da desarticulação e fragilidade político-organizativa, de regressão de direitos e ofensiva às lutas coletivas.

NOSSO TEMPO

"Esse é tempo de partido,
tempo de homens partidos.

Em vão percorremos volumes,
viajamos e nos colorimos.
A hora pressentida esmigalha-se em pó na
rua.

Os homens pedem carne. Fogo. Sapatos.
As leis não bastam. Os lírios não nascem
da lei. Meu nome é tumulto, e escreve-se
na pedra.

Visito os fatos, não te encontro.
Onde te ocultas, precária síntese,
penhor de meu sono, luz
dormindo acesa na varanda?
Miúdas certezas de empréstimos, nenhum
beijo sobe ao ombro para contar-me
a cidade dos homens completos.

Calo-me, espero, decifro.
As coisas talvez melhorem.
São tão fortes as coisas!
Mas eu não sou as coisas e me revolto.
Tenho palavras em mim buscando canal,
são roucas e duras,
irritadas, enérgicas,
comprimidas há tanto tempo,

perderam o sentido, apenas querem
explodir.

Esse é tempo de divisas,
tempo de gente cortada.
De mãos viajando sem braços,
obscenos gestos avulsos.

Mudou-se a rua da infância.
E o vestido vermelho
vermelho
cobre a nudez do amor,
ao relento, no vale.

Símbolos obscuros se multiplicam.
Guerra, verdade, flores?
Dos laboratórios platônicos mobilizados
vem um sopro que cresta as faces
e dissipa, na praia, as palavras.

A escuridão estende-se mas não elimina
o sucedâneo da estrela nas mãos.
Certas partes de nós como brilham! São
unhas, anéis, pérolas, cigarros, lanternas,
são partes mais íntimas,
e pulsação, o ofego, e o ar da noite é o
estritamente necessário para continuar, e
continuamos [...]"

(Carlos Drummond de Andrade)

4 SERVIÇO SOCIAL SE FAZ NA LUTA: A PRÁXIS POLÍTICA DOS/AS ESTUDANTES NA DEFESA DO PROJETO PROFISSIONAL

Este capítulo apresenta reflexões acerca das significâncias do Movimento Estudantil de Serviço Social/MESS, enquanto organização política do segmento estudantil, e seu compromisso político no robustecimento da perspectiva profissional hegemônica. A reflexão se dá a partir da “voz” dos/as estudantes que participaram da pesquisa, trazendo a concepção do MESS e de sua contribuição para a consolidação do Projeto Ético-Político Profissional. Reiteramos aqui, que tais vozes são de militantes que estão na luta nos espaços nacionais e regionais da categoria, na representatividade discente na ABEPSS e na ENESSO.

4.1 LUTAR QUANDO É FÁCIL CEDER: A REALIDADE DO MESS EM ÂMBITO NACIONAL

Conforme apresentado anteriormente, as atuais gestões da ENESSO, de acordo com informações no *blog oficial*, estão constituídas da seguinte forma: Coordenação Nacional – 9 (nove) coordenadores/as; Coordenações Regionais: Região I – 8 (oito) coordenadores/as; Região II – 9 (nove) coordenadores/as; Região III – 7 (sete) coordenadores/as; Região IV – 18 (dezoito) coordenadores/as; Região V – 9 (nove) coordenadores/as; Região VI – 9 (nove) coordenadores/as e Região VII – 12 (doze) coordenadores/as.

No que concerne às representações estudantis no âmbito da ABEPSS, a composição se configura, de acordo com o estatuto da entidade: 1 (um/uma) representante titular e 1 (um/uma) suplente na nacional e 1 (um/uma) representante titular e 1 (um/uma) suplente em cada uma das seis regionais, perfazendo 14 (quatorze) representações da ABEPSS ao todo. Entretanto, nesta atual gestão, estamos com 12 (doze) representações, uma vez que uma representante da Região Centro-Oeste e uma da Região Sul II, saíram da gestão.

Sendo assim, considerando o quantitativo de 93 (noventa e três) representações da ENESSO e da ABEPSS das atuais gestões em todo país e objetivando levantar dados que, de fato, expressem a realidade do MESS a nível nacional, foram convidados/as a responder a presente pesquisa de trabalho de conclusão de curso 1 (um/uma) estudante por representação, ou seja: 1 (um/uma) membro da Coordenação Nacional, 1 (um/uma) de cada Coordenação Regional, 1 (um/uma) dos/das Discentes em ABEPSS Nacional e 1 (um/uma) dos/das Discentes em ABEPSS de cada regional, perfazendo, portanto, 15 (quinze) participantes.

O objetivo foi conhecer o que estes/as estudantes pensam acerca do Movimento Estudantil de Serviço Social e a importância deste como organização política da categoria e para consolidação do Projeto Ético-Político da profissão, entendendo que eles/as estão neste espaço da militância estudantil no Serviço Social em nível nacional e poderiam contribuir qualitativamente para o alcance dos objetivos desta pesquisa.

Contudo, coerente com o movimento da realidade e dos desafios de realização de pesquisa de campo, do quantitativo de 15 (quinze) estudantes, 09 (nove) responderam ao questionário, ou seja, 60% dos/as participantes. Destes/as estudantes que participaram da pesquisa, 02 (dois/duas) são da Região III, 02 (dois/duas) da Região VI e 01 (um/uma) de cada uma das demais regiões, ou seja, 01 (um/uma) estudante da Região I, II, IV, V e VII.

Tais dados de realidade também se configuram, para nós, como informações importantes a ser refletidas e disseminadas no âmbito do MESS: a participação em pesquisas enquanto sujeitos protagonistas na materialização do PEP e na contribuição da produção de conhecimento no Serviço Social, sobretudo, na temática MESS que ainda é parca a produção.

Além do mais, se trata de sujeitos que estão em espaços de representação nas gestões da ENESSO e da ABEPSS, o que é preocupante, tendo em vista que a pesquisa se constitui enquanto elemento fundamental no processo de formação e exercício profissional, é elemento indispensável para a construção/fortalecimento da atitude investigativa e, sobretudo, possibilita a apreensão mais concreta e consubstanciada de dados da realidade, os quais possibilitam evidenciar e refletir sobre as contradições que a perpassam e, a partir disso, construir as mediações deste concreto pensado.

No entanto, como pressuposto da não adesão de 40% à participação na pesquisa, temos a questão da sobrecarga de atividades acadêmicas e, por conseguinte, o tempo escasso dos/as participantes, principalmente por se tratar de estudantes que, para além de todas as determinações objetivas que perpassam o cotidiano, são também militantes no âmbito do MESS e possuem diversas tarefas políticas para serem tocadas.¹⁹

Tais pressupostos da não participação na pesquisa, não obstante, também precisam ser refletidos com base no modo de produção do capital e da contextura neoliberal que vivenciamos, em que dissemina-se a cultura da não participação em várias dimensões da vida social, dentre elas as pesquisas, uma vez que não somos educados/as e ensinados/as a

¹⁹ Todavia, faz-se necessário ressaltar, que os/as mesmos/as foram convidados por duas vezes a participarem da pesquisa, a qual não gastariam mais que quinze minutos para responderem. Por entender a importância da participação destes/as na pesquisa, o prazo para responder o formulário foi prorrogado por três vezes e, mesmo assim, não houve uma participação massiva na pesquisa.

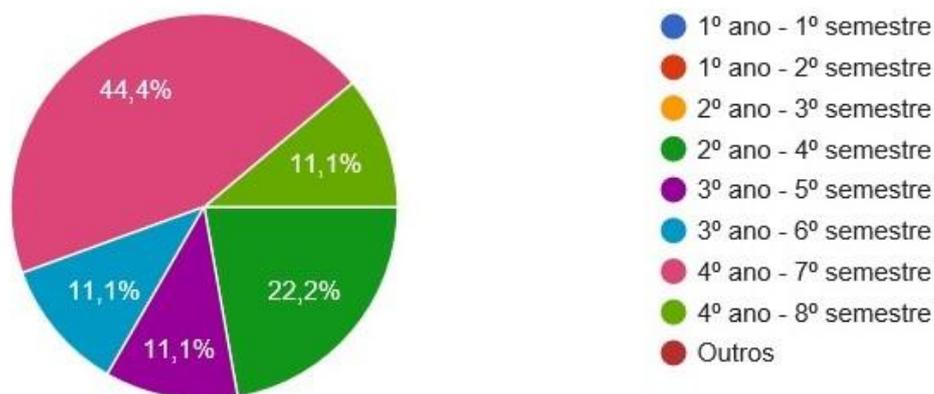
nos interessarmos por quaisquer questões que fogem do habitual e da cotidianidade.

4.1.1 O tempo no Serviço Social e a expressiva militância em nível nacional

Se envolver na militância estudantil no Serviço Social, de modo geral, percebemos que não se faz logo nos primeiros semestres do curso de graduação, mas em tempos de conhecer as especificidades desta profissão, inclusive também quando de ingresso na vida de estagiário, em que faz sentido a indissociabilidade entre formação e exercício profissional; entre lutas de estudantes e assistentes sociais.

Os/as participantes da pesquisa que responderam ao questionário estão a grande maioria no último ano do curso, no 7º semestre. Os dados apresentados nos mostram que 04 estudantes estão no 4º ano / 7º semestre, perfazendo 44,4% do total de participantes da pesquisa; 02 estudantes estão no 2º ano / 4º semestre, representando um quantitativo de 22,2% e, representando 11,1% cada, estão 01 estudante no 3º ano / 5º semestre, 01 no 3º ano / 6º semestre e 01 no 4º ano / 8º semestre, conforme o gráfico a seguir:

Figura 1 – Respostas dos/as participantes acerca do tempo no Serviço Social



Fonte: Elaborado pelo Autor, 2016.

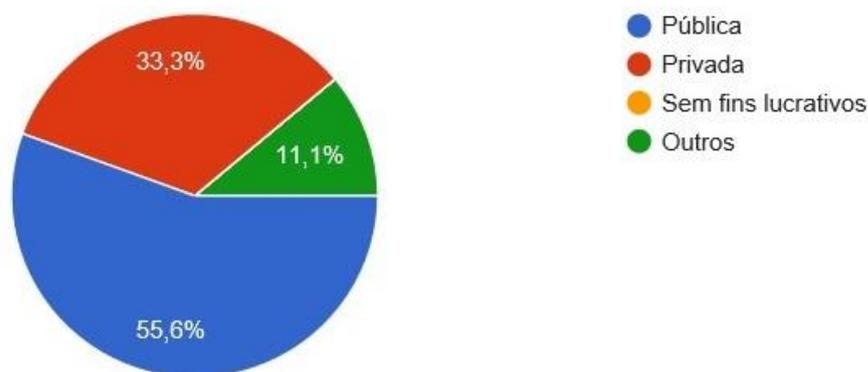
Tais dados evidenciam que a os/as estudantes que participaram desta pesquisa, majoritariamente, estão no último ano do curso de graduação em Serviço Social, o que denota uma possibilidade de maior maturidade teórico-metodológica, ético-política e

técnico-operativa da profissão, a partir, inclusive, de suas experiências no campo de estágio, como dito anteriormente.

Além disso, por estarem próximos/as ao processo de finalização do curso, pressupõe-se que tenham maior compreensão acerca da construção histórica do MESS, bem como do nosso compromisso ético e político e responsabilidade de manutenção do legado crítico gestado nas últimas décadas pelo Serviço Social Brasileiro.

Estes/as estudantes, coerentemente com as diferentes naturezas institucionais de educação superior preconizadas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação/LDB (1996), estão em Unidades de Formação Acadêmica/UFAs públicas: 05 (55,6%); privadas: 03 (33,3%); e nas denominadas mistas: 1 (11,1%). Destacamos olhar significativo para o dado de que a maioria dos/as militantes ainda estão nas UFAs públicas, considerando a dimensão profícua da universidade, no que tange ensino-pesquisa-extensão; também no aspecto de mais liberdade e autonomia estudantil e da possibilidade de dedicação exclusiva aos estudos para os/as estudantes em relação das UFAs de iniciativa privada, que tem a predominância de estudantes inseridos/as no mundo trabalho, inclusive para custeio das abusivas mensalidades dos cursos.

Figura 2 – Natureza das Unidades de Formação Acadêmica dos/as participantes



Fonte: Elaborado pelo Autor, 2016.

Os dados nos convocam a refletir também sobre o processo avassalador que vivenciamos de mercantilização, precarização e sucateamento da educação brasileira, os quais impõem diversos limites à nossa formação e, não obstante, à nossa organização política.

O desmonte da educação se faz mais presente a partir do governo Fernando Henrique Cardoso/FHC que, com a promulgação da Lei de Diretrizes Básicas da Educação Nacional/LDB (1996), apresenta, contraditoriamente, alguns avanços mas também se configura enquanto mecanismo de abertura da educação para o capital mundial.

Essa realidade é aprofundada nos mandatos de Lula e Dilma, reflexo de toda constituição da ascensão do Partido dos Trabalhadores/PT ao governo que, a cada mandato, se mostra cada vez mais refém das alianças e da política de conciliação de classes que têm estabelecido para garantir sua governabilidade (SILVA, 2016).

Vivenciamos também, a partir da LDB, e conforme já mencionado no capítulo anterior, a proposta de flexibilização e, tecnologiação, o crescimento exarcebado do ensino de modalidade à distância/EAD, que representa um desmonte na educação e no projeto de uma universidade pública, gratuita, laica, de qualidade, socialmente referenciada, pois formam profissionais em massa para o mercado de trabalho, sem nenhuma perspectiva de uma educação comprometida com a emancipação humana. No âmbito da militância estudantil, ainda não encontramos a luta de estudantes da modalidade EAD, o que aponta influência também na matéria fina da formação do Serviço Social que é a luta pela educação de qualidade, coerente com as Diretrizes Curriculares elaboradas pela ABEPSS (1996).

Ademais, contraditoriamente, também tivemos o aumento significativo de vagas nas universidades com a implementação do REUNI²⁰, entretanto, este programa proporcionou a expansão nas universidades, mas não garantiu, de fato, possibilidades de permanência para os/as filhos/as dos/as trabalhadores/as, o que evidencia a serviço de quem está o projeto de educação na contextura hodierna.

Nesse sentido, concordamos com Guimarães (2013), que a educação, na sociedade de classes, também se configura enquanto importante campo de disputa para o MESS e que este têm encampado diversas lutas neste âmbito, as quais não se circunscrevem apenas na

²⁰ O programa REUNI, instituído pelo Decreto 6.096, de abril de 2007 (Brasil, 2007b), apresenta como objetivo aumentar a eficiência das IFES propondo “criar condições para a ampliação do acesso e permanência na Educação superior, no nível da graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais” (Brasil, 2007b). A proposta apresentada às IFES indica que a adoção do REUNI, por adesão voluntária, seja votada nos Conselhos Superiores de cada instituição, para aprovação por parte da comunidade acadêmica, de projeto elaborado pela administração da universidade que esteja de acordo com as diretrizes propostas pelo governo federal alinhadas com as metas instituídas pelo programa REUNI, quais sejam: “metas relativas à abertura de novas vagas, às taxas de conclusão dos cursos e ao aumento gradativo da relação entre o número de alunos e professor estabelecidas nos projetos de cada universidade aderente” (Brasil, 2007a, p. 9). Isso significa que no período de cinco anos as IFES tinham a orientação de aumentar o número de matrículas em pelo menos 20%, principalmente em cursos noturnos, e a taxa de aprovação para 90%, além de prever o aumento da relação aluno-professor para a proporção de 18 alunos para cada professor (FREITAS; KÜNZLE; TOSTES; ZANIN, 2013). *Maiores informações acerca do tema em:* <http://www.andes.org.br/imprensa/publicacoes/imp-pub-1445514730.pdf>.

inserção de estudantes na universidade mas, ao contrário, perpassa também a luta pela permanência na perspectiva do direito social:

Com isso, percebemos que a grande parte das reivindicações se referem ao cotidiano dos(as) estudantes na universidade, especialmente porque para além da democratização do acesso ao ensino superior, o MESS reivindica a ampliação das formas de garantia da permanência dos(as) estudantes na universidade, o que envolve residência e restaurante universitário, auxílio didático, apoio psicossocial e bolsas de auxílio (GUIMARÃES, 2013, p. 97).

Em suma, são inúmeros os desafios e as contradições postos no cenário da educação brasileira que merecem reflexões e lutas concretas, na direção do rompimento com o modelo burguês educacional e construção de uma educação popular, para o povo.

Assim, estas breves reflexões, foram com o objetivo de nos propiciar a pensar sobre o cenário e entender que a educação pública no atual contexto também enfrenta diversos limites desde infraestrutura a condições de permanência dos/as estudantes nas universidades. Assim, o fato da maioria dos/as participantes da pesquisa estarem em UFAs de natureza pública, não os colocam numa condição de privilégio, mas antes, os colocam numa condição de luta permanente a favor de uma educação que esteja a serviço da classe trabalhadora.

4.1.2 Significâncias do MESS no processo de Formação Profissional no Brasil

Acerca do significado do MESS no processo de formação profissional, dos/as 09 estudantes que responderam ao questionário, 88,8% deles/as entendem o MESS como imprescindível, que contribui para compreensão e materialização do PEP, possibilitando o autorreconhecimento enquanto classe trabalhadora, a formação de consciência política e identidade com as lutas sociais, com vistas à construção de uma sociabilidade anticapitalista, entendendo as correlações de forças e os interesses em disputa na sociedade.

Nesta direção, a voz dos/as estudantes ratificam o MESS como um movimento social político ímpar na consolidação do PEP, conforme observaremos nas falas dos/as mesmos/as, sistematizadas analiticamente aqui a partir de categorias, as quais, revelam o movimento do real na totalidade concreta do MESS nos tempos atuais, em que a luta é travada ainda que seja fácil ceder.

A realidade apontada pelos/as participantes da pesquisa, expressam concretamente que o MESS, enquanto um movimento social com perspectiva de totalidade, se configura como um instrumento político que possibilita a formação crítica e coerente com o projeto profissional hegemônico, sendo um lócus de práxis política do segmento estudantil, em que ocorre discussões que não se têm em sala de aula, contribuindo de forma incontestada para a formação profissional. Além disso, apontou-se na pesquisa que participar do MESS durante o processo formativo, é fundamental, inclusive, no processo de qualificação da produção do conhecimento científico, conforme veremos nas falas dos/as estudantes de norte a sul e leste a oeste do Brasil:

“As pautas tocadas pela executiva vão ao encontro da realidade do estudante e cidadão brasileiro, vale fazer a ressalva de que o MESS se compõe majoritariamente por indivíduos que viveram e vivem a questão social na própria pele.” (Estudante 1)

“O MESS é um instrumento político que fortalece a formação profissional em Serviço Social, uma vez que a estrutura de educação que temos hoje, em especial a privada, não garante uma formação crítica, reflexiva, o contato com o coletivo, a identificação com o projeto profissional e com as questões de gênero, etnia, LGBTTTT, que são grupos discriminados na sociedade, com os quais temos um compromisso ético [...]” (Estudante 2)

“[...] no processo de formação profissional [...] o estudante tem sua formação primeiramente transversalizada por um movimento social (um dos pilares pelo qual acessamos a realidade social capitalista, verdadeiras plataformas de luta de classes), já que está intrínseco ao MESS, o cunho contestatório. O movimento estudantil constrói aqueles que se contagiam de maneira mais robusta, aguerrida, crítica, com ênfase na totalidade.” (Estudante 3)

“[...] a partir da participação no MESS que entendi, de fato, do que se trata o Projeto Ético-Político [...]. Sem essa participação minha formação com certeza não seria a mesma.” (Estudante 4)

“O Movimento Estudantil dá a oportunidade para os discentes de Serviço Social experimentarem a participação política e vivenciarem o que na teoria é muito debatido [...], é uma das formas de fomentar a categoria ao enfrentamento do modelo societário vigente.” (Estudante 5)

“[...] essencial para uma formação crítica, visto que o MESS discute tanto questões profissionais quanto a conjuntura política, econômica e social.” (Estudante 6)

“[...] a partir das vivências no MESS, nós estudantes, passamos a enxergar realidades que podem ser o diferencial para nossa formação enquanto assistentes sociais, uma vez que as temáticas que abordamos nos encontros do MESS trazem reflexões acerca de assuntos como combate às opressões, por exemplo, que raramente são debatidos em sala de aula. Aprendemos coisas no MESS que não temos como ter dimensão somente em sala de aula.” (Estudante 8)

“O MESS é um importante e necessário movimento de transformação pessoal, profissional e acadêmica, onde deixa-se uma cultura conservadora que sempre foi imposta e começa a pensar de uma forma mais libertária, longe de todas as normas e conceitos impostos e, como mulher, o MESS foi um importante movimento de empoderamento às lutas feministas, por ser negra, me proporcionou uma aproximação com as lutas raciais e, por ser lésbica, me deu forças para as lutas do movimento LGBT. [...] quando se constrói o MESS, a sede por mudança é maior.” (Estudante 9)

Infere-se, pois, a partir das falas supracitadas, que participar das lutas estudantis no âmbito do MESS durante o processo formativo é, sem dúvidas, um diferencial para uma formação profissional em consonância com o projeto profissional hegemônico, cuja direção social está alinhada à valores éticos e políticos que delineiam para a construção de uma outra ordem social: justa, livre, sem dominação, exploração e opressão. Por isso concordamos

com Braz e Matos quando dizem que:

Essa é uma das grandes contribuições do Movimento Estudantil em Serviço Social: a formação de profissionais de Serviço Social, críticos e militantes, que vêm renovando os quadros teóricos e político-profissionais que compõem o Projeto Ético-Político do Serviço Social brasileiro (BRAZ e MATOS, 2008, p. 181).

A despeito ainda da importância do MESS no processo de formação, o/a Estudante 7, que representa 11,1% dos/as participantes, relata não ter dúvidas da importância e a contribuição histórica do MESS no processo de formação profissional, haja vista que há longas datas, os/as estudantes de Serviço Social possuem significativo compromisso político frente as lutas e resistências, em conjunto com outros setores da sociedade. Entretanto, aponta que o movimento têm passado por um processo de fragilidade na sua articulação e organização política com a base dos/as estudantes.

“Não tenho dúvidas que o MESS possui um significativo papel frente as lutas, resistências junto à sociedade. O MESS na sua história, conseguiu uma grande articulação entre os pertencentes, membros, ou seja, os estudantes de Serviço Social. Mas, infelizmente, tem perdido essa articulação em massa, isso não significa que tenha perdido legitimidade e organização.” (Estudante 7)

É fundamental que reflitamos acerca desta problemática, entretanto, tal reflexão precisa ser feita a partir de uma análise do contexto macrosocietário, entendendo o MESS enquanto um movimento social que, não obstante, sofre os rebatimentos de todo contexto econômico, social e político, de criminalização, de deslegitimação, de não identidade com as lutas e a transformação social, de acirramento de ideários cada vez mais individualistas e distanciados da perspectiva de coletividade da luta da classe trabalhadora.

4.1.3 O MESS como dimensão político-organizativa na materialidade do PEP

Concernente à apreensão dos/as estudantes acerca da dimensão político-organizativa no MESS e esta relação com o Projeto Ético Político do Serviço Social, 77,8% dos/as participantes da pesquisa, entendem que esta dimensão contribui para o fortalecimento do projeto profissional hegemônico, pois possibilita projetar estratégias de enfrentamento à “questão social” e contribui para o fortalecimento na articulação com as lutas sociais, uma vez que se trata de uma construção ideológica, a qual é vinculada a um projeto de sociedade.

“Acredito que essa dimensão político-organizativa é pensada ideologicamente e pautada na defesa de um projeto de sociedade que defendemos e que ainda precisamos maturar e compreender mais como nossa organização política é importante na conformação do projeto profissional.” (Estudante 2)

Neste ínterim, os/as participantes apontam também que os valores éticos e políticos do PEP, tem sido um norteador para a tomada de posicionamento e construção dos/as estudantes, haja vista que o MESS e a ENESSO se alinham politicamente com tais valores. Evidenciam ainda, que trata-se de algo em constante construção e que, por isso, exige de nós um envolvimento e comprometimento com o fortalecimento deste projeto e que, por vezes, não têm-se essas discussões em sala de aula. Ademais, ressalta-se a organização da ENESSO, no sentido de registros do acúmulo histórico da executiva.

“O PEP da categoria tem total relação com a organização das/os estudantes, é a partir dele que se embasam os posicionamentos, as atividades e os encontros das/os estudantes.” (Estudante 4)

“Os estudantes de Serviço Social na dimensão político-organizativa, tem se posicionado na defesa desse Projeto Ético-Político ao estar na luta junto com os trabalhadores contra as investidas do neoliberalismo, no apoio as lutas por melhores condições de trabalho, na luta pela ampliação e garantia dos direitos [...]” (Estudante 7)

“Penso que seja um processo que esteja em constante construção e que enfrenta várias barreiras, uma vez que depende muito de cada estudante o envolvimento e comprometimento ético-político [...] Infelizmente ainda se faz pouco o número de estudantes que procuram se organizar em relação a sair da sala de aula e procurar e entender que fora dos muros institucionais também há diversas formas de enriquecer a formação profissional.” (Estudante 8)

“A ENESSO é um movimento forte de articulação política e possui importante papel no que refere-se a posicionamentos sociais, políticos e econômicos e de combate às opressões, como também é um importante movimento de fortalecimento das lutas sociais.” (Estudante 9)

Contudo, é fundamental que rompamos, cada vez mais, com a perspectiva limitada de que a formação profissional se dá apenas em sala de aula. É fundamental transcender os muros universitários, ocupando e construindo espaços de militância política, com vistas à construção de outro projeto de sociedade.

Conforme fala supracitada do/a Estudante 8, a qual nos convoca à responsabilidade ética e política de fortalecimento deste projeto, nós temos papel fundamental nesse processo. Afinal, a formação profissional deve ser pautada num processo dinâmico de construção de conhecimentos, que possibilite vivências acadêmicas, culturais, artísticas e políticas alimentando a dimensão intelectual do/a estudante em formação, por isso, como visto no capítulo III deste TCC, não cabe uma formação aligeirada e limitada aos moldes técnicos-operativos de atenção específica ao mercado de trabalho.

Temos compromisso com a manutenção da construção do legado crítico, na intenção de ruptura, da categoria profissional gestado, principalmente, a partir da década de 1980. Só construindo e participando de espaços coletivos, é que podemos nos fortalecer, sobretudo em um cenário extremamente adverso, de retrocesso à opção neoconversadora, discursos de ódio e solapamento dos direitos, historicamente conquistados.

Portanto, o fortalecimento da dimensão político-organizativa é fundamental e possui importância inconteste para materialização do PEP e os/as estudantes devem ter protagonismo nesta construção.

Todavia, 22,2% dos/as participantes da pesquisa, apontaram fragilidade organizativa por parte do MESS e elucidam que precisamos ousar mais. Também elucidam sobre disputas políticas em seu interior que, às vezes, obstaculizam a construção de uma unidade necessária para se avançar nas lutas coletivas.

“Sobre a maneira de organizar-se politicamente, o MESS deve ousar mais. A maneira como nos organizamos tem apontado várias lacunas ainda nos tempos de hoje [...]. Sobre ousar mais, quero dizer que a executiva precisa apostar em novas formas de atuação nas regiões (aumento do quantitativo de coordenadores das regiões; promoção dos secretários de escolas; encontros introspectivos e não somente discursivos como os que participei, dentre outros), trabalho de base acentuado, romper barreiras com instituições de objetivos iguais ou similares na busca pela educação de qualidade, presencial, laica, gratuita, pública e socialmente referenciada.” (Estudante 3)

“[...] particularmente na região [...] a qual faço parte, a disputa política dentro do Movimento Estudantil não contribui na organização política destes estudantes, ou seja, acaba enfraquecendo a força do movimento estudantil de Serviço Social no que diz respeito à força coletiva, pois enquanto há briga em torno de quem estará no poder e como será o direcionamento da executiva, o movimento reacionário se fortalece no Brasil. A ENESSO tem seu direcionamento claro, devendo ser respeitado e não deveríamos perder tempo discutindo questões que já foram discutidas e deliberadas.” (Estudante 9)

Assim, a partir das falas dos/as participantes acima, entendemos que há uma necessidade apontada da ENESSO (re)pensar sua articulação e organização política no âmbito das regionais, com vistas à realização de um trabalho de base que possa incorporar mais estudantes, bem como uma articulação com outros sujeitos coletivos, que dê mais capilaridade em suas ações e bandeiras de luta na direção de uma educação pública, gratuita, laica, de qualidade e socialmente referenciada.

Aponta-se também acerca das disputas políticas no interior do MESS. Importante ressaltar, com base em Paulo Netto (1999), que todo corpo profissional é um campo de tensão e luta e que dentro de um coletivo que objetiva e luta por um mesmo horizonte estratégico, este fato não o isenta das disputas e contradições em seu interior. Nesse sentido, entendemos que a disputa de ideias está intrinsecamente ligada à questão do pluralismo, o qual está presente nos diversos âmbitos de organização política, fazendo parte da construção coletiva.

O pluralismo está presente em todas nossas relações cotidianas, pois a diversidade – seja ela cultural, racial, de gênero, de ideias, concepção de mundo, dentre outras – faz parte e compõe o todo social. Acerca disto, ainda concordamos com Paulo Netto (1999, p. 6) quando traz que “[...] o pluralismo é um elemento factual da vida social e da própria profissão, que deve ser respeitado.” Sendo assim, precisamos entendê-lo enquanto um fenômeno da vida social, o qual perpassa todas as esferas da vida material. Todavia, seguindo nesta linha de argumentação, o autor supracitado elucida que:

[...] este respeito não deve ser confundido com uma tolerância liberal para o ecletismo, não pode inibir a luta de ideias. Pelo contrário, o verdadeiro debate de ideias só pode ter como terreno adequado o pluralismo que, por sua vez, supõe também o respeito às hegemonias legitimamente conquistadas (PAULO NETTO, 1999, p. 6).

Assim sendo, o respeito ao pluralismo não implica a ausência de debates e uma concordância com tudo, mas antes, as divergências e disputas políticas devem propiciar a construção de uma nova síntese. Ou seja, pluralismo supõe debate/confronto de ideias e as divergências ídeo-políticas não podem se tornarem questões pessoais, pois isso foge da perspectiva de um debate democrático e respeitoso, no campo teórico.

Ademais, o autor aponta que o pluralismo também supõe respeitar as hegemonias legitimamente conquistadas, por isso, pensando a realidade da categoria profissional, mais especificamente no âmbito do MESS, as disputas são fundamentais para, inclusive, travar debates, discutir as diferentes perspectivas e avançar na construção coletiva, contudo, sem perder de vista o direcionamento ético e político gestado pela categoria nas últimas décadas, o qual aponta para construção de outra ordem social. Nesta perspectiva, concordamos com Guimarães (2014, p. 77) que:

[...] é preciso maturidade política da militância do MESS para que, não obstante as profundas divergências que se possa ter com determinado grupo político – que em dado momento se encontre na direção da ENESSO, por exemplo, sejam em termos ideológicos, táticos ou de concepções práticas – tais divergências não comprometam a ação política da ENESSO. Isso porque entendemos que as divergências políticas são importantes e devem ser evidenciadas na proporção em que estas enriquecem o debate e expressam o amadurecimento político dos(as) militantes do MESS.

As divergências não podem sectarizar, limitar e dificultar a construção coletiva da entidade, tampouco impossibilitar a unidade na ação política, pois “esse processo fragiliza o MESS, também no sentido de desmotivar alguns(mas) estudantes a participarem dos espaços do movimento” (GUIMARÃES, 2014, p. 77).

Não estamos aqui fazendo uma defesa de uma “harmonia” nos espaços do MESS, nem achando que não devam ocorrer as disputas e, menos ainda, defendendo que haja união de concepções antagônicas, o que chamamos atenção é para o fato de que precisamos identificar as contradições, estabelecer o diálogo no diverso e, a partir de então, construir as possibilidades coerentes com os princípios éticos fundamentais do Serviço Social.

Precisamos compreender a importância de estabelecer o diálogo no diverso, onde as/os sujeitas/os organizadas/os ou não possam explicar as diferentes posições nos espaços do MESS. Mas isso não pode significar união de opostos, a junção de posições e/ou pautas inconciliáveis; nesses parâmetros, estaríamos caindo no sincretismo. O que estamos defendendo é a capacidade de construirmos espaços políticos em que as diversas posições possam ser postas ao debate de maneira que respeitemos as divergências políticas entre as/os sujeitas/os (VALDO; SILVA, 2015 *apud* VALDO; TEIXEIRA; SILVA, 2016, p. 144).

Observamos também, a partir das respostas dos/as estudantes que há uma fragilidade no entendimento do que, de fato, se constitui a dimensão político-organizativa enquanto um dos pilares de sustentação do Projeto Ético-Político, sobremaneira, na fala do/a Estudante 1, quando diz que:

“Esta é uma dimensão que serve para dar vida sobre o que já foi e sobre o que está por vir. Espaço em que os protagonistas desse espaço devem ser amplamente sobre os acontecimentos passados e de seu próprio tempo, visando assegurar o posicionamento do projeto ético político do Serviço Social [...]”

Esta fala evidencia um não conhecimento, de fato, desta dimensão e seu significado, haja vista que a mesma se constitui como um dos pilares que dão sustentabilidade e materialidade ao projeto profissional, se configurando como espaços de lutas coletivas que devem ser ocupados e fortalecidos.

Outras falas dos/as participantes da pesquisa também denotam o não entendimento da dimensão político-organizativa no âmbito do MESS e esta relação com o PEP, conforme subscrito:

“O projeto ético-político é muito debatido e tem sua relevância garantida entre os estudantes, todavia a organização acerca dessa pauta ainda não se assemelha à sua importância em dimensão, visto que outras pautas também não são em sua totalidade assumidas, percebo que há ações pontuais em problematizações urgentes.”
(Estudante 5)

“É algo que vem sendo debatido apenas fora da sala de aula, mas que a amplitude rebate dentro da academia, em acadêmicos/as mais preparados teoricamente falando” (Estudante 6)

Vemos que há estudantes que estão em espaços de representação, seja no âmbito da ENESSO e/ou ABEPSS, possuir fragilidades na compreensão acerca do que significa tal dimensão, de sua relação no âmbito do MESS e de seu papel para materialidade do PEP, mas entendemos que isso se deve as fragilidades inclusive da formação profissional no que tange a interpretação desta dimensão política organizativa.

Não identificamos aqui as fragilidades no sentido de responsabilização do/a indivíduo, mas para reiterar a luta pela educação de qualidade e da formação calcada nas Diretrizes Curriculares elaboradas pela ABEPSS, pela luta da ampliação dos direitos à permanência estudantil, e ainda para percebermos que estudantes que estão no MESS apresentam tal fragilidade conceitual, analítica e interpretativa, e aqueles/as que não estão? Assim, nos preocupamos com a forma como está sendo trabalhada tal dimensão na formação profissional atreladamente com as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa.

O fato de haver estudantes que estão nos espaços de representação não terem clareza desta dimensão, é algo preocupante e que merece reflexão, pois, entendendo-a como fundamental para materialização do PEP e que estes sujeitos são responsáveis pela construção e fomentação de debates, bem como pelo direcionamento ético e político no âmbito do MESS, não compreender essa dimensão coloca em risco a qualidade da formação política da base estudantil e, por conseguinte, dos futuros quadros que estarão encampando as lutas deste movimento.

A partir disso, devemos refletir sobre a necessidade da formação política como basilar para estar nestes espaços de representação. Tal formação deve estar, necessariamente, articulada com a militância, pois a formação sem ação, ou seja, sem construir espaços coletivos de luta, se torna um teoricismo sem utilidade, entretanto, a militância sem formação política, se torna um ativismo esvaziado, sem elementos que possibilitam entender a dinâmica deste espaço para fortalecimento das lutas se afastando, assim, de seu propósito político. Por isso, concordamos com Guimarães quando ela aponta que:

Obviamente, por mais profunda que seja a formação política, ela é incapaz de gerar a ação por si mesma, até mesmo porque a formação política acontece, sobretudo, na prática concreta da ação política. Contudo, é fundamental que a prática concreta seja mediada pela teoria. Caso contrário, não teremos nada além de um ativismo inconsequente e estéril, que estará longe de atender às suas finalidades (GUIMARÃES, 2014, p. 73).

Nesse sentido, para não sermos incoerentes com nosso discurso e para fazermos jus a toda história de lutas, alinhadas às demandas da classe trabalhadora que, historicamente, o MESS tem construído, precisamos avançar na questão da formação política. Ou, do contrário, cada vez mais perderemos de vista as possibilidades de construção de mediações que se coloquem no contrafluxo do capital e na direção da construção de uma nova ordem societária. Assim, ainda na concordância com Guimarães, entendemos que:

Para que o MESS não perca seu caráter de movimento social, de mobilização para as lutas, é fundamental a formação política de seus militantes. Compreendemos a formação política como um processo no qual o indivíduo se percebe como ser histórico capaz de intervir nos rumos da sociedade. Perpassa a apropriação de conhecimentos teóricos e da prática política que instrumentalizem o sujeito para a análise da realidade e para elaboração de alternativas, visando à sua transformação (GUIMARÃES, 2014, p. 71).

A formação política deve ser compreendida como um elemento imprescindível e que está indissociável da militância, na direção da superação do modo de produção operante e no delineamento de outro projeto de sociedade. Ademais, este processo também possui papel incontestado na formação da consciência política, o que trará rebatimentos diretos para a organicidade, reivindicações, bem como direção do MESS. Nesta perspectiva argumentativa, precisamos refletir que:

O papel da formação no processo de construção da consciência é demonstrado pelo fato da formação significar um momento teórico da prática política, que consiste na socialização da teoria acumulada, relacionando-a com um contexto concreto e, desse modo, incorporando-a como um horizonte para futuras ações do movimento [...] Pensamos que o estudo da teoria e a formação política são responsáveis pelo conteúdo dado às reivindicações do movimento, bem como por orientar as táticas e estratégias a serem adotadas. Se a formação política está fragilizada, por consequência, as ações perdem a radicalidade e o seu potencial de intervir qualitativamente na realidade, pois um aspecto não está dissociado do outro. Ao contrário, trata-se de uma relação intrínseca e direta (GUIMARÃES, 2014, p. 72).

Portanto, aprofundar nesta construção, também pode se configurar como uma estratégia de robustecer as lutas políticas do MESS, mesmo frente a uma contextura hodierna avassaladora do ponto de vista da organização coletiva, além de possibilitar um aprofundamento do movimento na consonância com a perspectiva profissional hegemônica, dando condições de uma apreensão da totalidade da realidade social, intervindo qualitativamente e radicalmente na estrutura social, objetivando destruí-la.

4.1.4 Dimensão ético-política no âmbito do MESS

Esta dimensão não pode ser confundida com a questão da dimensão político-organizativa. Conforme abordado no capítulo III acerca do Projeto Ético-Político, a dimensão político-organizativa, segundo BRAZ (2008), se configura como um dos pilares de sustentação do projeto profissional, se configurando enquanto espaços coletivos de militância que são fundamentais para a materialidade do PEP: movimentos sociais, fóruns das entidades da categoria, conselhos de direitos, dentre outros.

Já a dimensão ético-política, se configura como uma das dimensões constitutivas da profissão que, articulada com as dimensões teórico-metodológica e técnico-operativa, possibilita uma práxis política no sentido de tomadas de posicionamentos e defesas, na direção social dos valores profissionais expressos no Código de Ética de 1993.

No que diz respeito à visão dos/as participantes da pesquisa sobre a dimensão ético-política do Serviço Social e como esta se dá no âmbito do MESS, 66,7% relataram que tal dimensão possibilita a construção/fortalecimento dos valores profissionais, em defesa de outra sociabilidade, que contribui também para o fortalecimento da identidade profissional, a qual é forjada na luta de classes e possui compromisso com os/as trabalhadores/as.

“A dimensão ético-política do SeSo repousa sobre os valores de liberdade (valor central), equidade, justiça social.... Acho ideal. Não há melhor caminho a se seguir que não o estabelecido por uma profissão forjada na luta de classes e que sabe do seu compromisso: a classe trabalhadora.” (Estudante 3)

Apontou-se que esta dimensão possui importância inconteste para a construção de espaços políticos e que ela está presente nos espaços coletivos da categoria. Além do mais, menciona-se que a dimensão ético-política é fundamental e tem responsabilidade no direcionamento das ações estudantis, que o MESS é, por isso, potencializador da formação profissional, que caminha na direção do PEP e, também, está imbricado a um projeto societário.

“A dimensão ético-política do Serviço Social norteia nossa intervenção na realidade capitalista. Os valores e os princípios dessa dimensão nos posiciona contra e frente as questões sociais estabelecidas (étnicos/raciais, de gênero, territoriais e regionais, ambientais, econômicas, dentre outras) que são estruturadas pelo modelo de sociedade que estamos inseridos/as. Que tem total relação no movimento estudantil de serviço social que se organiza em torno dos seminários, encontros nacionais, regionais e locais afirmando essa dimensão na formação profissional para que no exercício profissional essa dimensão norteie nossa práxis na perspectiva da

transformação.” (Estudante 2)

“Como essa dimensão tem um caráter intrinsecamente ligado a crítica, ao envolvimento político, ela se apresenta de forma muito relevante no MESS, e dá o direcionamento das ações estudantis.” (Estudante 4)

“Se queremos um projeto de profissão, isso implica definir que projeto societário queremos e, conseqüentemente, posicionamentos políticos que vão em direção a esse projeto, que é também orientado pelo código de ética. No que tange essa dimensão no MESS, acredito que o movimento tem caminhado na mesma direção, reafirmando sua importância e o projeto ético-político da profissão [...]” (Estudante 7)

“[...] devemos enquanto profissional e enquanto militante do movimento estudantil, reconhecer a importância do nosso projeto e sempre buscar concretizá-lo, lutando por um novo projeto societário.” (Estudante 9)

Nota-se que os/as estudantes entendem a dimensão ético-política enquanto basilar e como um dos principais sustentáculos para o fortalecimento do nosso compromisso com a classe trabalhadora, enquanto referência para os posicionamentos e ações estudantis, contribuindo, deste modo, com a práxis transformadora.

Ainda sobre a perspectiva dos/as participantes da pesquisa no que tange a dimensão ético-política e esta no âmbito do MESS, 33,3% apresentam que há certo distanciamento de alguns/as estudantes com os valores éticos e políticos da profissão, havendo uma não identidade destes com o movimento estudantil e, assim, fragilizando a organização e participação política no âmbito do MESS. A esse respeito, o/a Estudante 1 aponta que “[...] ainda há dificuldade em abarcar maior participação dos estudantes. Mesmo quando se faz um evento regional, ou nacional, atualmente é difícil de juntar a massa estudantil.” Nesta direção, o/a Estudante 3 complementa, dizendo que:

“[...] a dimensão ético-política no âmbito do MESS tem sofrido alterações, ganhado novos sentidos no que tange a sua prática através dos estudantes. Tenho visto nos espaços (encontros regionais e nacionais) e ouvido através de relatos, que muitos dos valores que adotamos para a construção de uma nova sociabilidade tem sido atropelados [...] e isso tem trazido o afastamento dos estudantes.”

Sendo assim, precisamos fazer a autocrítica enquanto MESS e refletir como, historicamente, vem se dando a construção destes espaços, como está (ou se está) sendo feito o trabalho de base e de mobilização dos/as estudantes. Ainda, refletir acerca dos nossos valores profissionais e pensar se nossas ações e estratégias de lutas estão, de fato, condizentes com eles.

Outro aspecto apresentado acerca dessa dimensão é a questão da dicotomização entre teoria e prática. Nas palavras do/a Estudante 8 “[...] ainda há uma dificuldade enorme em conseguir efetivar de fato. O debate é muito rico, mas infelizmente a prática deixa a desejar, levando profissionais e estudantes a ficarem na barreira da dicotomia da teoria e prática.” Sobre essa questão, concordamos com Guimarães que:

A falsa dicotomia teoria e prática, amplamente disseminada atualmente, não pode ser, também, reproduzida no âmbito das organizações de esquerda que visam à transformação societária, dentre as quais a militância do Movimento Estudantil de Serviço Social. Ao contrário, o esforço deve ser na direção de superar tal dicotomia, articulando ação e formação política (GUIMARÃES, 2014, p. 72).

Eis, pois, a fundamental e necessária formação teórica e política para atuação dos/as militantes no âmbito do MESS. Se não tivermos uma teoria que ilumine nossa ação política, acabamos nos distanciando da perspectiva que defendemos. Precisamos ser coerentes e nossa ação não pode ser o oposto de nosso discurso e, a partir de nossa prática política, é que podemos verificar se estamos ou não em consonância com nosso discurso, na direção da práxis transformadora.

4.1.5 A responsabilidade política das representações estudantis

No que circunscreve a apreensão dos/as participantes da pesquisa sobre a responsabilidade política que compete às representações estudantis, seja no âmbito da ENESSO ou da ABEPSS, todos/as estudantes entendem como de suma importância, elucidando que as principais tarefas destes são: disseminar as pautas das entidades e encampar lutas, contribuir na construção coletiva com a gestão, compromisso ético para contribuir no fortalecimento da direção social da profissão, ter perspectiva de coletividade nos espaços e estar próximo da base estudantil, propiciando e contribuindo com debates políticos em consonância com nosso projeto profissional hegemônico.

“O estudante que faz parte de alguma representação na ENESSO ou na ABEPSS tem o compromisso ético de fortalecer a direção social e crítica do Serviço Social e na construção de outro projeto de sociedade junto a classe trabalhadora, pautados no código de ética profissional, no projeto ético-político e nas diretrizes curriculares da ABEPSS.” (Estudante 2)

“O papel político de todo e qualquer estudante comprometido com as organizações políticas, sejam elas estudantis e/ou profissionais, acredito que seja de carregar consigo o compromisso ideopolítico nas várias instâncias de ocupação e representação.” (Estudante 3)

“Essa/e estudante tem o papel, na minha opinião, fundamental para os rumos da categoria, as/os estudantes que hoje são envolvidas/os com o movimento contribuem para a formação acadêmica de muitos outros que são o futuro.” (Estudante 4)

“Penso que compete ao estudante que assume a representação em alguma dessas entidades, ter primeiro a dimensão política da própria representação, em que suas ações refletem uma gama maior de sujeitos, ter também a dimensão ética para que a personificação de um grupo não assuma um caráter narcisista. [...] os representantes nos espaços devem adotar um olhar de coletividade, construção e

desconstrução constante, e sempre aproximar das decisões aqueles que este representa.” (Estudante 5)

“Acredito que seja, além de representar como o próprio nome já diz, também articular os debates da categoria, fomentando assim, desde a base de sala de aula [...]” (Estudante 6)

“Penso que o papel político dos representantes é estar atentos aos acontecimentos local, regional e nacional, buscando entender a conjuntura que permeia esses espaços, refletindo as implicações desses movimentos [...] levar para as bases, para organizações/instituições representativas a qual participa, articulando com outras, para realizar esses debates e se posicionar. Todo esse movimento e outros que fazem parte deste papel político devem estar articulados com o projeto ético-político da categoria, fazendo resistência para que esse projeto profissional não seja substituído por outro que seja oposto ao que, hegemonicamente, vem sendo construído pela categoria.” (Estudante 7)

As presentes falas, sobre a responsabilidade ética e política dos/as estudantes que estão em espaços de representação, tanto na ENESSO quanto na ABEPSS, ratificam as reflexões e construções que foram feitas ao longo do trabalho acerca do protagonismo histórico do segmento estudantil na construção do Serviço Social brasileiro.

Portanto, a realidade concreta nos aponta que fortalecer o MESS, como forma de contribuição para manutenção do legado crítico da categoria, na intenção de ruptura, se faz *mister* e precisamos ter isso enquanto uma necessária tarefa ético-política, mesmo nos tempos atuais, em que a luta é travada ainda que seja fácil ceder.

Além disso, também evidenciam que estes/as representantes possuem grande responsabilidade ética e política para a formação de quadros das novas representações e devem entender o compromisso que significa tal responsabilidade.

“[...] É reformular e incitar a renovação da executiva, além de, somar-se ao trabalho de construção de uma instituição forte e representativa dos direitos dos estudantes e da classe trabalhadora.” (Estudante 3)

“Todos os comprometidos em qualquer representação, necessitam ter o entendimento do comprometimento com a formação e representação dos estudantes [...] levando informações e formação política para a base.” (Estudante 8)

“[...] fortalecimento das nossas bases e a realização de formação política e profissional com o objetivo de contribuir na formação dxs alunxs de forma mais coerente ao nosso projeto ético-político profissional e na busca de tornar os sujeitos mais envolvidos nas lutas da classe trabalhadora.” (Estudante 9)

Assim, as representações estudantis precisam estar muito bem fortalecidas a partir dos referenciais teórico-metodológicos, ético-políticos para que tenham condições de instrumentalizar, no processo de militância, a práxis política coerente com a direção social da profissão. Conforme apresentado aprioristicamente, a formação política do MESS é determinante para a formação de novos quadros que, em grande medida, poderão vir à ocupar espaços de representações em outras instâncias da categoria, seja na ABEPSS ou no conjunto CFESS/CRESS e, por conseguinte, serão responsáveis pelo direcionamento ídeopolítico da profissão em solo brasileiro.

Entretanto, concordamos com Guimarães quando aponta que a própria dinâmica do capital obstaculiza tal processo de formação, haja vista o processo de acomodação da ordem, o qual imputa a perspectiva do imobilismo e da apatia ao segmento estudantil, condicionando, inclusive, a um processo de descrédito do movimento por parte de alguns/mas estudantes:

Outro aspecto que vem dificultando para o MESS a formação de militantes se refere à própria relação do movimento com a base dos(as) estudantes. A própria dinâmica da sociabilidade do capital nos leva, muitas vezes, a claros momentos de acomodação da ordem – amparados na apatia e no

imobilismo – e entender esta dinâmica contribui para compreendermos o porquê da expressiva quantidade de estudantes de Serviço Social que não se inserem ou participam de nenhum espaço político fomentado pelo movimento estudantil e tampouco acreditam nas possibilidades da organização coletiva, atitudes extremamente difundidas pela lógica desta sociabilidade (GUIMARÃES, 2014, p. 73).

Nesse sentido, entender esse processo contraditório que faz parte da própria estrutura da sociedade do capital, é fundamental para que tenhamos condições de criar mediações de enfrentamento a esta lógica. Portanto, precisamos ter como tarefa imperativa o compromisso com a formação política dos/as estudantes que constroem o MESS, mesmo que em tempos de extremos retrocessos e fragilidade político-organizativa.

Eis, pois, a importância de “nos preocuparmos com as formas e estratégias, que estão sendo adotadas para mobilizar os(as) estudantes em torno das diversas pautas [...] isso implica efetivamente na realização do trabalho de base entre os(as) estudantes, como meio para se atender os objetivos do movimento” (GUIMARÃES, 2013, p. 99).

As estratégias que devemos adotar para mobilizar a base estudantil e formar politicamente os quadros no âmbito do MESS precisam estar em consonância com os valores éticos e políticos hegemônicos da profissão, os quais foram gestados a partir da década de 1980 no bojo profissional, e devem possibilitar a reflexão dos/as estudantes acerca do histórico protagonismo político do MESS na (re)construção do Serviço Social brasileiro e da necessidade, bem como do compromisso, de contribuirmos com este legado de luta e resistência e legitimidade do Serviço Social crítico e comprometido com a construção coletiva da classe trabalhadora de uma outra sociabilidade.

5 ELEMENTOS CONCLUSIVOS

A profissão de Serviço Social no Brasil tem como marco histórico a trajetória de resistência coletiva e organização política. Há longas datas vem construindo e se fortalecendo numa perspectiva de formação e exercício profissional para a vida social, numa perspectiva emancipatória e libertária, a qual se coloca numa direção social eminentemente antagônica da qual a profissão se originou na década de 1930.

O legado crítico gestado pela categoria nos últimos anos, como vimos nos capítulos deste TCC, evidencia que o segmento estudantil, historicamente, contribuiu/contribui para o fortalecimento do direcionamento político da categoria. Os desafios nunca se fizeram ausentes, contudo, nos últimos tempos a conjuntura política, econômica e cultural tem provocado desafios cada vez mais profundos, demandando ações que garantam o robustecimento deste legado crítico do Serviço Social diante da atual contextura.

A pesquisa realizada com os/as estudantes que estão nas representações da ENESSO e da ABEPSS, referente às gestões do período 2015/2016, possibilitou atingir os objetivos propostos, uma vez que conseguimos conhecer a visão deles/as acerca do MESS, de sua importância enquanto organização política da categoria, bem como de sua contribuição para a consolidação do Projeto Ético-Político profissional, nos marcos da intenção de ruptura.

Todavia, percebemos também algumas fragilidades a partir da análise dos questionários da pesquisa, o que nos incita à grande preocupação, haja vista que estes/as estudantes compõem os quadros de direção das entidades a nível regional e nacional e são responsáveis pelo direcionamento ético-político, bem como pela construção de novos quadros estudantis no âmbito do MESS.

Tais reflexões aqui tecidas não são no sentido de culpabilização destes/as estudantes, mas sim, para nos elucidar o quanto ainda precisamos avançar no sentido de uma formação profissional, de fato, alinhada à perspectiva das Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996, no fortalecimento dos valores éticos e políticos contidos neste projeto de formação, os quais delineiam para uma direção de formação emancipatória, para a vida social.

Entretanto, de modo geral, as falas dos/as participantes da pesquisa ratificam as reflexões construídas ao longo de todo trabalho, as quais afirmam, indubitavelmente, que a participação e fortalecimento do MESS se configuram enquanto fundamental para a potencialização da organização coletiva da categoria, na defesa do projeto profissional hegemônico, construído a partir da década de 1980.

Neste ínterim, se faz *mister* refletir acerca da construção histórica do MESS, a qual

caminha na mesma trincheira das lutas da classe trabalhadora, na intenção de ruptura com o conservadorismo e na construção de outra ordem social. Para tanto, é fundamental apreender as contradições, os limites postos à realidade concreta e social, mas, sobretudo, visualizar as possibilidades neste cenário e avançar na construção da luta e da unidade na ação política, a partir de práticas que caminhem na direção do mesmo horizonte estratégico.

Principalmente após o avanço exarcebado dos ideários neoliberais, que faz com que a luta política do MESS venha se dando, cada vez mais, num contexto adverso permeado por grandes ofensivas à organização política, que obstaculiza as ações do movimento.

[...] a ação política do MESS vem sendo materializada em um contexto de enorme ofensiva à organização coletiva crítica e combativa, mas este continua configurando-se como um espaço potencial de luta política (GUIMARÃES, 2013, p. 101).

Nesse sentido, apesar da atual conjuntura de regressão de direitos, avanço do individualismo, fragilidade na identidade com as lutas, agudizamento da barbárie, bem como todas as contradições postas à realidade do MESS, conforme evidenciadas também a partir das falas dos/as participantes da pesquisa, este ainda se configura enquanto um *locus* da luta política, numa perspectiva emancipatória.

Assim, tal como nos aponta Guimarães (2014), a história do MESS vem sendo escrita por muitas mãos e em diversas gerações e, mesmo frente a uma contextura de regressão de direitos e ofensiva à organização coletiva, os/as estudantes continuam na luta, escrevendo esta história, se colocando enquanto sujeitos fundamentais para o enfrentamento do conservadorismo político e acadêmico no âmago profissional, fortalecendo a perspectiva hegemônica da luta por outro projeto de sociedade livre de exploração, dominação, opressão e injustiça social.

Nesta direção, enquanto militante orgânico do MESS, conforme citado na introdução, e em tempos de finalização deste trabalho, vivenciei um marco histórico de organização coletiva e resistência dos/as estudantes do Movimento Estudantil da UFTM, se configurando enquanto um dos dias mais importantes da luta estudantil durante toda minha graduação na universidade.

No dia 16 de Junho de 2016 organizamos uma paralisação nos três campus da UFTM, como uma forma de resistência e luta por condições dignas de permanência na universidade. As nossas pautas são em torno de permanência estudantil que, de fato, garanta que o/a estudante permaneça na universidade; pela redução do preço do Restaurante

Universitário do campus Univerde, o qual está entre os mais caros do Brasil, e pela abertura de Restaurante no campus Abadia; espaços de convivência/socialização; espaços físicos para os Centros e Diretórios Acadêmicos; aumento de professores e estrutura física para laboratórios; contra precarização dos serviços terceirizados; dentre outras que perpassam questões básicas como papel higiênico nos banheiros, água, ar condicionado.

Realizamos um ato no centro da cidade em direção à reitoria, passando por dois campus da universidade. Participar deste momento foi extremamente fortalecedor e revigorante para a ação política. Os gritos de luta por uma educação pública, gratuita, laica, de qualidade, não nos deixa dúvidas da legitimidade e da força coletiva que possui os/as estudantes. Vivenciar este marco histórico no último período de graduação enquanto membro do MESS, sem dúvidas, foi fundamental para meu fortalecimento político-organizativo e para acreditar, cada vez mais, que a nossa luta é necessária e deve ser cotidiana!

Portanto, finalizamos este trabalho embebidos/as na esperança de que, apesar de um cenário avassalador, outros tempos virão! Para tanto, é fundamental que nos fortaleçamos na luta e organização coletiva. Assim, alicerçados/as nas reflexões poéticas de Mauro Luis Iasi, concluímos que:

“É tempo de lutar
 É tempo de festa, tempo de cantar
 As velhas canções e as que ainda vamos inventar.
 Tempos de criar, tempos de escolher.
 Tempos de plantar os tempos que iremos colher.
 É tempo de dar nome aos bois,
 De levantar a cabeça
 Acima da boiada,
 Porque é tempo de tudo ou nada.
 É tempo de rebeldia.
 São tempos de rebelião.
 É tempo de dissidência.
 Já é tempo dos corações pularem fora do peito
 Em passeata, em multidão
 Porque é tempo de dissidência
 É tempo de revolução!”

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (ABEPSS). **Estatuto**. São Luiz, MA, 2008. Disponível em:

<http://www.abepss.org.br/uploads/textos/arquivo_201604041530365473870.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2016.

_____. **Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social**: com base no currículo mínimo aprovado em assembléia geral extraordinária de 8 de novembro de 1996. Rio de Janeiro, 1996. Disponível em:

<http://www.abepss.org.br/uploads/textos/documento_201603311138166377210.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2016.

_____. **Projeto ABEPSS Itinerante**. Brasília, 2012. Não paginado. Disponível em:

<<http://www.abepss.org.br/projeto-abepss-itinerante-18>>. Acesso em: 05 abr. 2016.

_____. **Plataforma da chapa Ousadia e Sonhos em Tempos de Resistência: gestão 2015-2016**. Brasília, [2015]. Disponível em:

<http://www.abepss.org.br/uploads/textos/documento_201603311100311578590.pdf>. Acesso em: 05 jun. 2016.

_____. **Política Nacional de Estágio**. Brasília, [2010]. Disponível em:

<<http://www.abepss.org.br/politica-nacional-de-estagio-da-abepss-11>>. Acesso em: 17 de jun. de 2016.

_____. **Discente em ABEPSS, que bicho é esse?**. Rio de Janeiro, 2015. Cartilha elaborada pelos/as representantes Discentes em ABEPSS da gestão 2015/2016 e lançada no 37º Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 3.252, de 27 de agosto de 1957. Dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão de assistente social. **D.O.U.**, Brasília, DF, 28 ago. 1957. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L3252.htm>. Acesso em: 20 de mar. 2016.

_____. Presidência da República. Decreto nº 35.311, de abril de 1954. Regulamenta a Lei n. 1889, de 13 de junho de 1953. **D.O.U.**, Brasília, DF, 5 abr. 1954. Disponível em:

<<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-35311-2-abril-1954-449402-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 18 mar. 2016.

_____. Presidência da República. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **D.O.U.**, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 19 jun. 2016.

_____. Presidência da República. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **D.O.U.**, Brasília, DF, 20 dez. 1996. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 19 jun. 2016.

BRAZ, M. Notas sobre o projeto ético-político do serviço social. In: CRESS 7ª Região. (Org.). **Assistente social**: ética e direitos - coletânea de leis e resoluções. 5 ed. Rio de Janeiro:

Daugraf, 2008, v. 1, p. 78-85.

BRAZ, Marcelo; MATOS, Maurílio Castro de. 30 anos de rearticulação do Movimento Estudantil em Serviço Social. **Serviço Social e Sociedade**, n. 96, p. 174-182, 2008.

BRITES, Cristina Maria; SALES, Mione Apolinário. O Serviço Social, a ética profissional e outras histórias. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Ética e práxis profissional**. Brasília/DF: Serra Dourada, 2007. p. 21-39.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Código de Ética do/a Assistente Social. Lei 8.662/93 de Regulamentação da Profissão**. 10. ed. Brasília, 2011. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2016.

_____. **Código de ética profissional dos assistentes sociais de 1947**. Brasília, 1947. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_1947.pdf>. Acesso em: 10 de abr. 2016.

_____. **Código de ética profissional dos assistentes sociais de 1965**. Brasília, 1965. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_1965.pdf>. Acesso em: 10 de abr. 2016.

_____. **Código de ética profissional dos assistentes sociais de 1975**. Brasília, 1975. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_1975.pdf>. Acesso em: 10 de abr. 2016.

_____. **Manifesto CFESS, ABEPSS e ENESSO**. Brasília, DF, 2011. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/cartaentidades_CFESS-ABEPSS-ENESSO_FINAL.pdf>. Acesso em: 05 jun. 2016.

DORIA, André Luiz Novais. Resgate histórico da Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social: história de luta e organização política do movimento estudantil. In: EXECUTIVA NACIONAL DE ESTUDANTES DE SERVIÇO SOCIAL. **Textos, Artigos, TCC's e Dissertações**. [S.l.], 2007. Disponível em: <<https://enessooficial.files.wordpress.com/2012/04/histc3b3ria-do-mess.pdf>> Acesso em: 29 mai. 2016.

DURIGUETTO, Maria Lúcia. Movimentos sociais e Serviço Social no Brasil pós-anos 1990: desafios e perspectivas. In: ABRAMIDES, M. B.; DURIGUETTO, M. L. (Org.). **Movimentos sociais e serviço social: uma relação necessária**. São Paulo: Cortez, 2014. p. 177-194.

EXECUTIVA NACIONAL DOS ESTUDANTES DE SERVIÇO SOCIAL (ENESSO). **Documento: pro dia nascer feliz: contribuição para momento estudantil de Serviço Social**. Salvador, 1994. Disponível em: <<https://enessooficial.files.wordpress.com/2012/04/pro-dia-nascer-feliz-contribuic3a7c3a3o-para-o-mess-julho-1994.pdf>>. Acesso em: 25 jan. 2016.

_____. **Estatuto**. Cuiabá, 2013. Disponível em: <<https://enessooficial.files.wordpress.com/2013/10/estatutos-a5-12.pdf>>. Acesso em: 30 jan. 2016.

_____. **Caderno de Deliberações da ENESSO**. Florianópolis, 2014. Disponível em:

<<https://enessooficial.files.wordpress.com/2015/03/caderno-de-deliberac3a7c3b5es-2014.pdf>>. Acesso em: 10 fev. 2016.

_____. **ENESSO que bicho é esse?**. [S.l.], 2013. Disponível em: <<https://enessooficial.files.wordpress.com/2014/04/cartilha-enesso-1.pdf>>. Acesso em: 30 mar. 2016.

_____. Coordenação Nacional da ENESSO. **Carta de apresentação**. [S.l.], 2016. Disponível em: <<https://enessooficial.wordpress.com/coordenacaonacional/>>. Acesso: 30 mar. 2016.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos Sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 47, p. 333-361, mai/ago. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v16n47/v16n47a05.pdf>>. Acesso em: 02 jun. 2016.

GUIMARÃES, Maria Clarice Ribeiro. Movimento estudantil de serviço social e dilemas atuais: o desafio é (re)encantar-se. **Universidade e Sociedade**, Brasília, DF, n. 54, p. 70-81, ago. 2014. Disponível em: <<http://www.andes.org.br/imprensa/publicacoes/imp-pub-875933811.pdf>> Acesso em: 29 mai. 2016.

_____. Movimento estudantil de serviço social: lutas, alianças e organizações. **Universidade e Sociedade**, Brasília, DF, n. 51, p. 93-103, mar. 2013. Disponível em: <<http://www.andes.org.br/imprensa/publicacoes/imp-pub-1445514730.pdf>> Acesso em: 29 mai.2016.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Renovação e conservadorismo no serviço social: ensaios críticos**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1994.

_____. A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, v. 120, p. 609-639, out/dez. 2014.

MESQUITA, M. R. Movimento estudantil brasileiro: práticas militantes na ótica dos novos movimentos sociais. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 66, p. 117-149, 2003. Disponível em: <<http://www.ces.uc.pt/publicacoes/rccs/artigos/66/RCCS66-117-149-Marcos%20Mesquita.pdf>>. Acesso em: 15 abr. 2016.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org). **Pesquisa social, teoria, método e criatividade**. 27 ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

PAULO NETTO, José. A construção do projeto ético-político do serviço social. In: MOTA, Ana Elizabete Simões da, et al. (Org.). **Serviço social e saúde: formação e trabalho profissional**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

_____. **Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64**. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

_____. III CBAS: algumas referências para a sua contextualização. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 100, p. 650-678, out/dez. 2009.

RAMOS, Sâmya Rodrigues. A importância da articulação entre ABEPSS, conjunto CFESS/CRESS e ENESSO para a construção do projeto ético-político do Serviço Social Brasileiro. **Temporalis**, Brasília, DF, v. 2, n. 22, p. 113-122, jul/dez. 2011. Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/1727/1601>>. Acesso em: 25 out. 2015.

SANTOS, Tiago Barbosa. **A participação política dos estudantes de Serviço Social na defesa e consolidação da direção social da formação**: a práxis política dos estudantes e a relação com a formação profissional. 2007. 279 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) -- Faculdade de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2007. Disponível em: <<https://enessooficial.files.wordpress.com/2012/04/a-participao-politica-dos-estudantes-de-servicio-social-na-defesa-e-na-consolidao-da-direo-social-da-formao-a-prxis-politica-dos-estudantes-e-a-relao-com-a-forma.pdf>>. Acesso em: 22 out. 2015.

SILVA, Letícia Rodrigues. **A dimensão ético-política do Serviço Social e o ensino a distância**: avanços e retrocessos na formação profissional. 2016. 101 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) -- Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Uberaba, 2016.

SIMÃO, Andréa Branco; SOUZA, Robson Sávio Reis. Pesquisa em serviço social: reflexões sobre os desafios para a formação e atuação profissional. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, v. 96, p. 110-127, nov. 2008.

YAZBEK, Maria Carmelita. A dimensão política do trabalho do assistente social. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, v. 120, p. 677-693, out/dez. 2014.

VALDO, J. P. S; TEIXEIRA, R. V; SILVA, S. P. As contribuições e os entraves das organizações políticas no interior do Movimento Estudantil de Serviço Social. **Universidade e Sociedade**, Brasília, n. 57, p. 136-147, jan. 2016. Disponível em: <<http://portal.andes.org.br/imprensa/publicacoes/imp-pub-635801762.pdf>>. Acesso em: 06 jun. 2016.

APÊNDICE A – FORMULÁRIO DE QUESTÕES ENVIADO AOS/ÀS PARTICIPANTES

QUESTIONÁRIO DA PESQUISA – “A contribuição do Movimento Estudantil para a consolidação do Projeto Ético-Político na Formação Profissional em Serviço Social”

Objetivo Geral: Conhecer o que os/as estudantes, que compõem a atual gestão da ENESSO e da ABEPSS (2015/2016), pensam acerca do MESS e a importância deste como organização política da categoria e para consolidação do projeto ético-político da profissão.

Participantes: Representação estudantil das Coordenações Nacional e Regionais da ENESSO, bem como representação discente de graduação da ABEPSS da Nacional e das Regionais.

Pesquisador: Tales Willyan Fornazier Moreira

Docente orientadora: Profa. Dra. Lesliane Caputi

Questões:

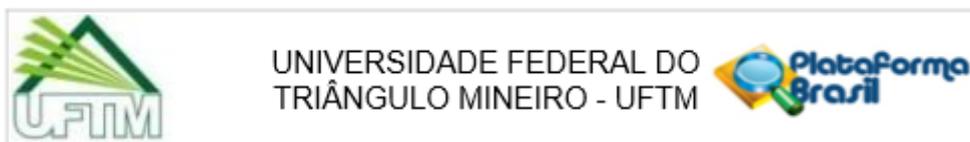
1. Em qual período/ano do curso de Serviço Social você está?
2. Qual a natureza da sua Unidade de Formação Acadêmica/UFA?

() pública () privada () Fundação sem fins lucrativos () outro.

Especifique _____

3. Qual região você representa no MESS?
4. Em quais aspectos você significa o MESS no processo de formação profissional?
5. O que você pensa acerca da dimensão política-organizativa dos/as estudantes de Serviço Social e sua relação com o Projeto Ético-Político?
6. Qual sua visão sobre a dimensão ético-política do Serviço Social e esta no âmbito do MESS?
7. Qual o papel político que você pensa que compete ao/a estudante que está em alguma condição de representação, seja na ENESSO ou na ABEPSS?

APÊNDICE B – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: A CONTRIBUIÇÃO DO MOVIMENTO ESTUDANTIL PARA A CONSOLIDAÇÃO DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO

Pesquisador: Lesliane Caputi

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 51556615.2.0000.5154

Instituição Proponente: Pro Reitoria de Pesquisa

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 1.398.685

Apresentação do Projeto:

A pesquisa se pautará no método do materialismo histórico dialético. Referencial este que dá sustentação teórico-metodológica, ético-político e técnico-operativa na efetivação e legitimação do Serviço Social na sociedade brasileira e que, com sua interlocução, a categoria profissional construiu o projeto ético-político a partir dos anos de 1980. O método de pesquisa adotado não é, para Marx, um conjunto de regras formais e pré-estabelecidas que se "encaixam" ou se "aplicam" a um determinado objeto que será pesquisado, tampouco, um conjunto de regras que o pesquisador escolhe, conforme sua vontade, para "adequar" a seu objeto de investigação. Para a teoria marxista, não há modelos ou regras aprioristicamente estabelecidas. Não existe o "como fazer", pois a realidade é dinâmica e dialética e o conhecimento teórico é o conhecimento do objeto, tal como ele é em si mesmo, na sua existência real e efetiva, independentemente dos anseios e das representações do pesquisador (PAULO NETTO, 2011, p. 20). (TEXTO DO AUTOR)

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Conhecer o que os/as estudantes, que compõem a atual gestão da ENESSO e da ABEPSS 2015/2016), pensam acerca do MESS e a importância deste como organização política da categoria



Continuação do Parecer: 1.399.685

e para consolidação do projeto ético-político da profissão.

Objetivo Secundário:

- 1- Historicizar o Movimento Estudantil do Serviço Social/MESS;
- 2- Conhecer a partir de estudos bibliográficos e documentais as lutas e conquistas da categoria profissional que envolveram o MESS;
- 3- Estudar a dimensão ética, política e organizativa da categoria de Serviço Social;
- 4- Significar o MESS na formação profissional e sua relação com o Projeto Ético-Político;
- 5 – Evidenciar a história do MESS no Brasil.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Os possíveis desconfortos se caracterizam pelo tempo do/da estudante em responder o questionário e se tiver dificuldade para tal, bem como, poderá ocorrer desconforto sobre a identificação do/da sujeito-participante e da questão sigilo. No entanto, para prevenir os desconfortos, realizaremos uma explicação, anterior, sobre o instrumento de coleta de dados e das perguntas como um todo. Apresentaremos o termo de compromisso livre e esclarecido, pelo qual, além de esclarecer sobre a pesquisa e seus objetivos, também elucidaremos sobre sigilo ético de pesquisa, conforme preconiza o Código de Ética do Assistente Social (1993) sobre sigilo profissional, e a Resolução n. 466/2012 acerca dos aspectos éticos.

Benefícios:

Possibilidade de reflexão acerca do MESS na formação profissional e despertar a importância de se construir a cultura de participação neste espaço formativo. Além do mais, na medida em que se debruce a aprofundar teoricamente sobre o MESS e fortalece-se a dimensão ético-política, isso tem rebatimentos significativos e qualitativos na qualidade dos serviços prestados à população usuária, haja vista que as condições com a qual o/a

profissional de Serviço Social vai intervir na realidade social, dependerá do seu arcabouço teórico-metodológico, ético-político e das determinações objetivas em que ele/a estiver inserido/a.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O projeto possui relevância social e científica.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Os termos estão adequados de acordo com os princípios da Resolução 466/2012



Continuação do Parecer: 1.398.685

Recomendações:

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

De acordo com as atribuições definidas na Resolução CNS 466/12 e norma operacional 001/2013, o CEP-UFTM manifesta-se pela aprovação do protocolo de pesquisa proposto, em reunião do colegiado dia 29/01/2016. Ainda, de acordo com as orientações da CONEP, após a aprovação do projeto pelo CEP, o pesquisador deve notificar na página da plataforma Brasil, o início do mesmo, bem como apresentar relatórios parciais (semestrais) e final.

A aprovação do protocolo de pesquisa pelo CEP/UFTM dá-se em decorrência do atendimento à Resolução CNS 466/12, não implicando na qualidade científica do mesmo..

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

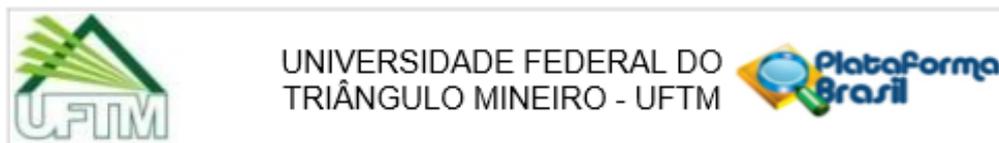
Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_627343.pdf	03/12/2015 01:41:02		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_CEP_TCC_Tales_FINALIZADO.doc	03/12/2015 01:40:38	TALES WILLYAN FORNAZIER MOREIRA	Aceito
Outros	Questionario_TCC_Tales_FINALIZADO_PDF.pdf	23/11/2015 21:08:49	TALES WILLYAN FORNAZIER MOREIRA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_TCC_Tales_FINALIZADO_PDF.pdf	23/11/2015 21:01:03	TALES WILLYAN FORNAZIER MOREIRA	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_Rosto_TCC.pdf	23/11/2015 20:52:23	TALES WILLYAN FORNAZIER MOREIRA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não



Continuação do Parecer: 1.398.685

UBERABA, 31 de Janeiro de 2018

Assinado por:
Marily Aparecida Spadotto Balarin
(Coordenador)